

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

PEDRO DA SILVA SANTOS

DO ENCANTO AO DESENCANTO:
Mudanças na percepção do projeto do COMPERJ pela vizinhança do empreendimento

Niterói
2009

PEDRO DA SILVA SANTOS

DO ENCANTO AO DESENCANTO:
Mudanças na percepção do projeto do COMPERJ pela vizinhança do empreendimento

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Antropologia Social.

Orientador: Professor Doutor MARCOS OTÁVIO BEZERRA

Niterói
2009

PEDRO DA SILVA SANTOS

DO ENCANTO AO DESENCANTO:
Mudanças na percepção do projeto do COMPERJ pela vizinhança do empreendimento

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Antropologia Social.

Aprovada em maio de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor MARCOS OTÁVIO BEZERRA – Orientador
Universidade Federal Fluminense

Professora Doutora SIMONI LAHUD GUEDES
Universidade Federal Fluminense (PPGA)

Professor Doutor EDUARDO RODRIGUES GOMES
Universidade Federal Fluminense (PPGCP)

Professor Doutor JOÃO PAULO MACEDO E CASTRO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Niterói
2009

RESUMO

Articulando dois interesses complementares – da Petrobras, que necessita de um determinado tipo de mão de obra e de valorização do seu “capital social”, através de ações orientadas pela ideia de *responsabilidade social*; com o de um agrupamento de pessoas, que pleiteiam fontes de renda em substituição às existentes antes das desapropriações realizadas para a instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) em Itaboraí-RJ –, o presente trabalho recorre à proposta de *drama social* de Victor Turner para analisar tal articulação. Essa relação estabelecida entre esse pequeno agrupamento de pessoas residentes nas proximidades do terreno onde funcionará o COMPERJ e a estrutura administrativa do empreendimento tem se desenvolvido sob uma dinâmica que procura oferecer elementos conciliadores, pelo lado da Petrobras, e a reivindicação da possibilidade de participação efetiva que se materializaria, minimamente, por meio do trabalho no reflorestamento, pelo lado dessa população. Além disso, a identificação da empresa como um agente estatal e da sua extensa estrutura repercutem na forma pela qual a vizinhança do COMPERJ vai procurando se adequar ao “novo momento”. Com isso, o esboço de um processo que foi projetado para ter significativas implicações socioeconômicas passa a ser percebido por quem o acompanha de perto, sobretudo, em função de uma relação assimétrica entre a empresa e a população local, cuja condução sofre sucessivas modificações.

Palavras-chave: Drama Social, Petrobras, COMPERJ.

ABSTRACT

Articulating the two complementary interests – the Petrobras (Brazilian Petroleum Corporation) in need of a worker kind and increase its “social capital”, which takes place through actions guided by the idea of *Corporate Social Responsibility*, with some people, who looking for sources or any remunerated thing that substitute the activities that there was before the expropriation occurred for installation of the Rio de Janeiro Petrochemical Complex (COMPERJ) in Itaboraí-RJ-Brazil –, the present work makes use of the proposal of Victor Turner’s *social drama* for to analyze such articulation. This relationship between a small group of people who living on the neighborhood of the land where will be localized the COMPERJ and the administrative structure of this enterprise has developed under established dynamic which seeks to gift some conciliators things, by side of the Petrobras, and claiming the possibility of effective participation that would be materialized, at least, through the work in the reforestation, by the side of population. Besides, the identification of the company as a State’s representing, besides its extensive structure, reflect in the way as the neighbors of COMPERJ try adjust themselves to “new moment”. Thus, the outline of a process which was projected for to have expressive implications social and economic is it seen, mainly, through an asymmetrical relationship between the company and local population, whose conduction suffers successive modifications.

Key-Words: Social Drama, Petrobras (Brazilian Petroleum Corporation), COMPERJ (Rio de Janeiro Petrochemical Complex).

Sumário

Introdução	1
COMPERJ: a Petrobras e o petróleo no contexto político brasileiro	2
Breve explanação histórica de Itaboraí	9
A vizinhança do COMPERJ	12
Trajetória da pesquisa	15
Capítulo I – O empreendimento e a população: um processo de mudança em curso	24
Algumas posições sociais locais	26
As desapropriações e as alterações nas relações econômicas e sociais	30
As diversas faces do empreendimento	45
Uma desarticulação percebida: em busca de novas perspectivas	53
Capítulo II – Convivendo com a Petrobras: a empresa vista de perto	57
A noção de <i>responsabilidade social</i> como parâmetro para a Petrobras	58
Proposta e condicionantes dos cursos	62
A percepção dos alunos em relação aos cursos conduzidos pelo INNATUS	69
Expectativas <i>versus</i> realidade: discutindo um ponto de equilíbrio	86
Capítulo III – O esboço do “futuro”	89
A face mais visível do desentendimento	89
Depois do curso: deixar de ser trabalhador rural para ser o quê?	97
À espera de um acordo	106
Considerações Finais	110
Referências	
Referências Bibliográficas	114
Periódicos citados	117
Apêndices	
Apêndice 1 – Alguns números da economia fluminense (1997-2005)	119
Apêndice 2 - Números populacionais e da produção Agropecuária de Itaboraí	120
Apêndice 3 – Mapa e Figuras	122
Apêndice 4 – Divulgação impressa do “Projeto Criando o Futuro”	124

Introdução

Entre os diversos acontecimentos relacionados com a implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) na cidade de Itaboraí, estado do Rio de Janeiro, algo que chama a atenção é a forma como a Petrobras se posiciona em relação à vizinhança daquele que é anunciado para ser “o maior empreendimento individual de sua história”. Através da mediação, ora de empresas prestadoras de serviço da petrolífera, ora dos seus próprios funcionários, a Petrobras procura demonstrar algum compromisso com os interesses da população localizada em torno da extensa área incorporada ao seu patrimônio. Com algumas ações concebidas como “projetos sociais” - sob os mesmos pressupostos apresentados na campanha publicitária comemorativa dos seus 50 anos de atividade, em 2003: “a empresa que mais investe em projetos sociais no Brasil” (CARRIL, 2004, p. 106) -, a direção do COMPERJ articula essas iniciativas com a principal proposta trabalhista do empreendimento para sua vizinhança: o projeto do reflorestamento em torno de toda a estrutura industrial para o qual seria utilizada como mão de obra a população que foi desmobilizada das suas atividades habituais em função das desapropriações provocadas pelo empreendimento.

Por outro lado, na visão de algumas pessoas que habitam as proximidades do local da construção, cuja principal expectativa é a concretização do projeto do reflorestamento em torno de toda área industrial principal, todos esses movimentos executados pela empresa não são analisados pelas suas peculiaridades – estejam eles vinculados a uma política de treinamento de mão de obra ou como oferecimento de curso de alfabetização -, mas como parte de um conjunto de intenções formulado por ela com o objetivo de amenizar os efeitos de sua presença, em função da grande extensão do projeto do COMPERJ, tentando-se compensar temporariamente o adiamento do reflorestamento.

Desse modo, tomando como ponto de partida a proposta de *drama social* de Victor Turner, este trabalho procura analisar o relacionamento da empresa com sua vizinhança, tomando como ponto de convergência entre os interesses mútuos o projeto do reflorestamento, cuja maior aproximação que se teve com ele foi o curso denominado de “Viveirismo e Reflorestamento” oferecido pela empresa durante o ano de 2008, como forma de treinamento para o trabalho ao qual estavam vinculados a oferta de alguns auxílios, encerrando-se nisso. Assim, a análise do significado desse curso, que é compreendido a partir das experiências dos alunos em sala de aula relatadas por estes, constitui-se como objetivo do trabalho de campo realizado durante o ano de 2008 e início de 2009 entre os bairros itaboraienses de Alto do

Jacu, Sambaetiba, e Agro Brasil¹, cujos desdobramentos remetem a significados distintos para os indivíduos afetados de alguma forma por esse processo.

O projeto do reflorestamento, a partir de determinado momento, passou a ser o ponto central da discussão entre a empresa e a vizinhança do seu empreendimento itaboraense, cujo ponto mais extremo dessa divergência foi a reivindicação pela via judicial feita por alguns dos alunos do curso de reflorestamento, depois que se desvincularam dele. Toda essa discussão tomava como ponto de partida o descompasso entre a expectativa criada pela manifestação da empresa em contar com a mão de obra local, que seria desmobilizada em função da extensa área desapropriada, no trabalho de reflorestamento e os posteriores adiamentos daquele projeto. Tais adiamentos contribuíram consideravelmente para o surgimento daquilo que Victor Turner chamou de *drama social*.

COMPERJ: a Petrobras e o petróleo no contexto político brasileiro

No pronunciamento do Presidente da República ocorrido em 7 de setembro de 2008, em referência ao 186º aniversário da declaração da independência política brasileira, exibido em rede nacional de rádio e televisão, como já habitual em datas históricas, o tema central era a discussão em torno do destino da renda do petróleo e a administração das novas jazidas a serem exploradas, em profundidades ainda não realizadas, além da definição das diretrizes para o fortalecimento da indústria do petróleo brasileira². Possivelmente, a escolha daquele momento para o anúncio do posicionamento oficial do governo ocorreu com o objetivo de associar o simbolismo da independência política com a ideia de independência econômica.

Com isso, a Petrobras volta a ser colocada no centro das discussões sobre o que se espera da indústria brasileira e que tipo de projeção se faz para a relação entre a idealização das políticas econômicas e a execução desses planos. Mais uma vez a empresa é incorporada aos projetos estatais, na condição de principal executora dos planos esboçados pelos gestores públicos, como a responsável pelo desencadeamento de todo um processo político-econômico planejado para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e Leste Fluminense.

O papel político dessa empresa petrolífera, que foi o seu embrião, esteve constantemente evocado ao longo desses seus 55 anos, a ponto de ser reproduzido nas relações

¹ Cf. Mapa 1 no Apêndice 3.

² Disponível em: <<http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pronunciamento070908@.doc>>. Acesso em: 11 de setembro de 2008.

trabalhistas entre técnicos e operários, que seriam vistas internamente como uma disputa entre os “interesses capitalistas” e os “interesses dos brasileiros”, respectivamente (SCALETSKY, 2003), na sua simbologia, cuja logomarca seria uma “segunda bandeira nacional” (CARRIL, 2004), ou ainda na concepção das suas repercussões operativas, tratando como “assuntos de Estado” os eventos ocorridos em 2006 na Bolívia, em que o Presidente Evo Morales impôs restrições às atividades da empresa naquele país³, tendo isso ofuscado um pouco as comemorações da conquista da chamada “autossuficiência brasileira em petróleo”, resultante de um equilíbrio matemático entre os índices de produção e de consumo de derivados do petróleo, anunciada em abril de 2006.

No momento de sua criação, a Petrobras representou a possibilidade de inserção econômica do Brasil no mundo industrializado e a nacionalização da exploração do petróleo, através de uma estatal de grande porte, na concepção do Estado empreendedor. Suas atividades estariam voltadas para a exploração do petróleo e de seus derivados no Brasil, sendo entre 1954 e 1997 tais atividades monopólio seu, quebrando-se tal exclusividade durante o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com informações disponíveis no sítio oficial da empresa na *internet*⁴, no Brasil atualmente se produz *mais de um milhão de barris de óleo por dia*, algo alcançado no mundo por apenas 16 países, e a empresa se faz presente em 27 países, sendo em 2007 classificada como a *sexta maior empresa de petróleo do mundo*, e no início de 2008, considerada a *petroleira mais sustentável do mundo*, segundo critérios baseados nas reservas de petróleo brasileiras e no contexto do chamado “desenvolvimento sustentável”, que considera a manutenção durável de certa condição produtiva, a partir de um maior controle entre a matéria-prima utilizada e a disponibilidade desta, além de servir como elemento de distinção no disputado mercado internacional.

Além do complexo petroquímico fluminense, a Petrobras também está atualmente construindo uma refinaria no estado de Pernambuco, em parceria com a estatal venezuelana “Petróleos de Venezuela SA (PDVSA)”. Desses dois empreendimentos, as propostas de produção estão sendo definidas de acordo com o que se espera dos perfis econômicos das regiões brasileiras. Enquanto o empreendimento pernambucano terá os combustíveis como

³ Cf. Revista *CartaCapital*, ano XII, número 392, 10 de maio de 2006.

⁴ <http://www2.petrobras.com.br>.

principais produtos, que, segundo os critérios estabelecidos, atenderão às demandas da agricultura das regiões Norte e Nordeste; o fluminense terá as resinas plásticas e insumos para a indústria química como os principais produtos das suas atividades, o que atenderia às necessidades da região mais industrializada do país, a Sudeste.

Assim, a Petrobras e suas ramificações, apesar das mudanças na sua composição de capital e na caracterização de sua imagem como uma empresa mais comercial e menos política, retorna a um lugar central nos projetos estatais, como articuladora de uma maior interação entre os governos federal e estadual, juntamente com prefeituras, além do incentivo às empresas privadas, que teriam seus custos operacionais reduzidos em se instalando próximas ao COMPERJ.

Diferentemente de outros casos analisados por antropólogos, como os trabalhos de Ferguson (1994 e 2005), nos quais são tratadas formas de ação de empresas estrangeiras em alguns países africanos, o COMPERJ tem do seu *holding* a sede instalada dentro dos seus mesmos limites territoriais nacionais e tem como principais acionistas instituições estatais brasileiras, sendo fortemente orientado pelos interesses destas. Resultado de uma parceria entre a Petrobras, o grupo Ultra - líder no Brasil em distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP) - e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com orçamento inicial em torno de US\$ 8,38 bilhões e uma área de 45 milhões de metros quadrados de extensão, com início de operação previsto para 2012, o projeto do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) é a efetivação de uma relação de complementaridade e subordinação dos poderes Estadual e Municipal ao Governo Federal, dentro de uma proposta que visa a dar um impulso à economia fluminense.

No aspecto macroeconômico, o empreendimento é apresentado como aquele que permitirá ao Brasil reduzir importações de derivados do petróleo, transformando a própria produção de petróleo bruto, em vez de exportá-lo e importar seus derivados, provocando uma posição favorável na balança comercial, além de valorizar a produção nacional, como colocado pelo Presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli dizendo “[...] que *não havia demanda por esse óleo*. ‘Teremos onde colocá-lo’, garantiu. Perguntado sobre a qualidade do óleo do país, *pesado*, respondeu: ‘É pesado, mas é bom, porque é nosso’” (Jornal *O Dia*. Edição de 29 de março de 2006, *apud* PMI, 2006, p. 107, grifos meus).

Além disso, articulado com a principal bandeira política do segundo governo Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o COMPERJ nasce

como parte da materialização dessa nova perspectiva, a partir do investimento que a ele está vinculado. Durante a posse do segundo mandato em 2007⁵, o Presidente da República anunciou o PAC como um conjunto de medidas a ser adotado pelo Poder Executivo Federal, em sintonia com os governos estaduais e municipais, incluindo políticas de assistência social e investimentos em obras de infraestrutura, visando a incentivar diversos setores da economia,

Quanto à localização no território nacional, já se decidiu inicialmente pelo estado do Rio de Janeiro, por ter a maior produção de petróleo entre as unidades da Federação⁶, sendo realizados estudos nas cidades de Itaguaí, Cachoeiras de Macacu, São Gonçalo, Campos dos Goytacazes e Itaboraí, optando-se por esta última. Embora não se possam negligenciar os aspectos políticos que influenciaram na escolha do local da construção, o lado técnico é concebido com precedência sobre os demais, ganhando destaque nas justificativas apresentadas: facilidade para a integração logística com o Porto de Itaguaí *a ser potencializada com o projeto do Arco Metropolitano*, que é um projeto de infraestrutura para integrar as principais rodovias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre si e com o Porto de Itaguaí, que já existe desde 1974; proximidade com a Bacia de Campos e com os principais mercados consumidores; ausência de outro investimento semelhante que viesse a competir por espaço naquela região; e por possuir localidade estratégica para incentivar a economia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PETROBRAS, 2007, p. 34-43 *passim*).

O Arco Metropolitano serviu como característica estrutural importante para a instalação do COMPERJ, ao mesmo tempo em que teve sua viabilidade propiciada por aquele. Ou seja, simultaneamente, anunciava-se a viabilidade do COMPERJ no local designado pela existência de um projeto de infraestrutura e se apostava na concretização de tal projeto pela chegada do empreendimento petrolífero, em uma relação dialética em que se amparavam mutuamente as duas partes, deixando espaço para as articulações entre as diferentes esferas políticas – nacional, estadual e municipal.

Como argumenta Bourdieu (1989), a definição da *região* não é um processo espontâneo, nem se ampara em parâmetros universais e extensivamente consensuais. Do ponto de vista das pequenas relações sociais, que consideram o parentesco, a amizade e os outros laços sociais de proximidade na conceituação da região, a sua definição é bem diferente

⁵ Disponível em: <<http://www.imprensa.planalto.gov.br/download/discursos/pr001-2.doc>>. Acesso em: 11 de setembro de 2008.

⁶ Cf. Apêndice 1.

daquela resultante das disputas intelectuais que definem as políticas de Estado e ações administrativas de grandes proporções. Na definição estatal, a *região* em que se insere um empreendimento das dimensões do COMPERJ não possui limites físicos e sociais estabelecidos. A sua extensão é diretamente proporcional às relações políticas e econômicas que se articularem na sua concretização e repercussões.

Ademais, de acordo com Farias (2003), a ideia de “nosso”, no movimento que culminou na criação da Petrobras, tomava como referência toda a nação, mas atualmente remete à região, colocando em relação de oposição as regiões que em outrora foram tidas como integrantes de uma grande coletividade. Da disputa entre os governos estaduais, pela oferta de maiores incentivos fiscais para a indústria, até a formulação dos planos regionais que busquem adequar às condições locais as propostas industriais, o regional ganhou preeminência ante uma dificuldade de oferecer soluções objetivas para os problemas locais pelo nacional, embora não se possa negligenciar a fragilidade dessa suposta autonomia local em relação ao nacional.

Apesar de estar localizado em Itaboraí, o empreendimento faz divisa com os municípios de Guapimirim e Cachoeiras de Macacu, com parte de sua estrutura organizacional instalada ou em instalação em Niterói e São Gonçalo⁷. O COMPERJ tem sido anunciado como, no futuro, o grande responsável pela total transformação da região Leste Fluminense. As projeções apontam para o entorno do COMPERJ a instalação de um número superior a 700 empresas que venham a utilizar a sua produção, além das pequenas atividades complementares que possam surgir, principalmente no setor de serviços, gerando um número superior a 200 mil empregos, que seriam contabilizados desde a sua construção (PETROBRAS, 2007).

No aspecto governamental, foi elaborado o Plano Diretor Metropolitano do Rio de Janeiro e a formação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região Leste Fluminense (CONLEST)⁸ pelos 11 municípios atingidos pelo COMPERJ – Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá –, nos quais serão instalados os chamados Centros de Integração provisórios, cuja função é oferecer cursos voltados para as necessidades do empreendimento, além da construção do Centro de Integração fixo em São Gonçalo. Este município também esteve na disputa para sediar as instalações industriais do COMPERJ e foi

⁷ Cf. Apêndice 3.

⁸ Cf. Figura 2 no Apêndice 3.

preterido, mas, por ter a maior população dos municípios do CONLEST, foi escolhido para sediar o Centro de Integração fixo (PETROBRAS, 2007).

Os prefeitos têm procurado propor caminhos que mais possam se adequar ao perfil de suas respectivas populações. A Prefeitura de São Gonçalo, por exemplo, aposta nos incentivos fiscais para atrair empresas interessadas em se instalar na cidade⁹; a de Niterói tem se pronunciado através da imprensa como favorável aos incentivos à Indústria Naval¹⁰; a de Itaboraí aposta na arrecadação de impostos, das atividades do próprio COMPERJ, das empresas que possam se instalar na cidade e no crescimento do comércio local¹¹; e as demais no fortalecimento das negociações em torno do treinamento da mão de obra voltada para as necessidades da indústria petrolífera e das atividades subsidiárias. Nos discursos políticos realizados durante a inauguração das obras de terraplenagem são mostradas preocupações com o controle sobre problemas que normalmente acompanham os grandes empreendimentos, mesmo em se considerando a discrepância entre o aspecto performático dos discursos políticos e as ações concretas tomadas pelos administradores públicos, pois, se tais problemas foram citados certamente já existia alguma discussão pública sobre eles. Na cobertura feita pela imprensa da inauguração das obras de terraplenagem do COMPERJ, ocorrida em 31 de março de 2008, destacam-se as declarações dos Prefeitos de São Gonçalo, Aparecida Panisset, e de Itaboraí, Cosme Salles, sobre os problemas projetados como resultantes das atividades do empreendimento: “São Gonçalo não vai virar Macaé”, diz a prefeita gonçalense, e “estamos preocupados com a ‘favelização’”, diz o prefeito itaboraiense, durante os respectivos discursos, na cerimônia em que estavam presentes o Presidente da República, o Governador do estado do Rio de Janeiro e alguns Ministros de Estado, além de representantes de instituições independentes¹².

Em entrevista com representante da Prefeitura de Itaboraí em setembro de 2008, membro de uma comissão municipal, no âmbito do Poder Executivo, responsável pela discussão sobre as repercussões da instalação do COMPERJ, o entrevistado mencionou que as ações da Prefeitura têm se restringido à fiscalização e repressão à ocupação do solo. Com a colaboração das associações de moradores e da população de um modo geral, as Secretarias de

⁹ Cf. Jornal *O São Gonçalo*. Edições de 18 e 20 de julho de 2008.

¹⁰ Cf. Jornal *O Globo*. Edição 24 de junho de 2007, Caderno Niterói.

¹¹ Cf. PMI (2006).

¹² Cf. Jornal *O São Gonçalo*, edição de 1º de abril de 2008.

Obras e de Fazenda do Município têm se preocupado com a migração e com a ocupação dos terrenos sem construção, particulares ou estatais.

Instituído pelo Decreto Estadual 40.916, de 28 de agosto de 2007, foram criados canais de diálogo com o chamado “Fórum COMPERJ”, cuja proposta é servir como espaço de discussão dos problemas regionais resultantes das operações do COMPERJ e do que ocorre em seu entorno. Este fórum é composto pelos Poderes Executivos Federal e Estadual, por comissão do Legislativo Estadual, pelo CONLEST, e com abertura para representações da Sociedade Civil e do setor industrial, além de alguns Ministérios do Governo Federal e instituições financeiras estatais.

Formou-se ainda por instituições representativas dos interesses da população, o Conselho Comunitário Regional do COMPERJ (CONCRECOMPERJ), por 16 representações municipais, dos 11 municípios do CONLEST e de outros cinco da Região Metropolitana, que buscam integrar as discussões sobre o COMPERJ com aquelas relacionadas com a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC). A Federação das Associações de Moradores de Itaboraí (FAMI) representa aquele município. Esse conselho foi criado com a proposta de tornar acessível à população os canais de reivindicação sem a mediação de instituições estatais, podendo inclusive se inserir nas discussões do Fórum COMPERJ, no espaço destinado à Sociedade Civil.

No que se refere ao gerenciamento do espaço físico, o empreendimento se apresenta como, se não a solução, o responsável por maiores reflexões sobre urbanização e sobre a possibilidade de corrigir rumos “equivocados” que foram seguidos anteriormente (PETROBRAS, 2007, p. 105, 106, 136 *passim*). Além disso, dentro do que Bendix (1996) definiu como um embate entre a “tradição” e a “modernidade”, sendo esta última compreendida para além do aspecto histórico que se iniciou com a Revolução Industrial inglesa no século XVIII, passando a ser tratada como sinônimo de inovação, a valorização da industrialização em oposição à depreciação da agricultura desenvolvida em Itaboraí, tida como degradante da natureza, passa a ser anunciada como a solução para diversos problemas: “[...] no município de Itaboraí restam hoje apenas 2,9% da floresta original, [assim,] este empreendimento representará uma renovação não apenas econômica como ambiental para a região” (PETROBRAS, 2007, p. 6). E mais adiante: “este terreno [destinado à construção do COMPERJ] é constituído de pastos e culturas *enfraquecidas e mal conduzidas*” (Petrobras, 2007, p. 38, grifos meus).

Quanto ao empreendimento propriamente dito, dois terços da área total do terreno do COMPERJ serão ocupados pelo denominado Corredor Ecológico, no qual serão plantadas espécies vegetais e serão colocadas espécies animais originários da Mata Atlântica, restando um terço para a instalação da estrutura industrial¹³. O reflorestamento tem sido apresentado como uma das “ações positivas” a serem desenvolvidas pela Petrobras como medida compensadora pelos prováveis impactos ambientais que serão provocados, além de constituir o elo que alimenta a perspectiva de ligação entre o empreendimento e a sua vizinhança.

Assim, o COMPERJ não é um mero investimento capitalista, ele está amparado em fortes pressupostos de legitimação das prerrogativas das instituições estatais sobre a condução e a programação do que se espera do *desenvolvimento* e de suas repercussões diretas. Ele surge em sintonia com as mudanças que ocorreram na economia fluminense a partir do final da década de 1990, quando o petróleo começa a ganhar a preferência até chegar ao momento mais recente, quando representa mais de 43% do total de valores monetários processados no estado do Rio de Janeiro. A forma como é apresentada tal informação já demonstra a preferência pelo petróleo, já que a comparação é feita entre o petróleo e todos os *demais produtos* exportados. Em relação à produção industrial, a *indústria extrativa*, na qual se insere a exploração do petróleo do subsolo, supera a chamada *indústria de transformação*. A produção agropecuária do estado em comparação com a situação geral do Brasil, em termos monetários, apresentou certa queda, enquanto a produção nacional apresentava uma elevação¹⁴.

Desse modo, a indústria do petróleo, com todas as suas atividades subsidiárias, entre elas a Indústria Naval que tem em na cidade de Niterói o seu grande foco, foi ganhando a preferência dos governos estaduais até articular influências em regiões onde tradicionalmente se teve outro de tipo de referencial econômico, como Itaboraí e as cidades vizinhas, denotando a sua ascensão em contraposição à perda de importância da produção rural e convergindo para a articulação da escolha daquele local específico para a localização do COMPERJ¹⁵.

Breve explanação histórica de Itaboraí

Situada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro a aproximadamente 46 quilômetros da capital fluminense, fundada em 1567 e reconhecida como cidade em 1833, Itaboraí teve ao

¹³ Cf. Mapa 1 no Apêndice 3.

¹⁴ Cf. Apêndice 1.

¹⁵ Cf. Apêndices 1 e 2.

longo de sua história a produção agrícola de grande escala como principal atividade econômica, diferenciando o produto de acordo com a época. Entre os ciclos produtivos a cidade teve o da cana-de-açúcar, iniciado no século XVI; o do café, no século XIX, com vulto menor do que o anterior; e o mais recente da laranja, no século XX (MAIA e PEREIRA, 2005; PMI, 2006). O século XX foi o grande marco econômico para Itaboraí, mais do que nos períodos da cana-de-açúcar e do café, porém, a partir da sua segunda metade, a concorrência internacional fez a produção local decrescer e ser direcionada para o mercado interno (PMI, 2006, p. 12-13). No intervalo de duas décadas, entre 1950 e 1970, Itaboraí superou Nova Iguaçu e São Gonçalo em áreas ocupadas por laranjais e em quantidade produzida, transformando-se no maior produtor fluminense de cítricos, havendo uma posterior queda na produção nas décadas subsequentes.

Atualmente, o comércio, o turismo e a cerâmica se constituem como as principais atividades econômicas do município. Esta última, inicialmente relacionada com a produção de telhas e tijolos para a Região Metropolitana, passou a figurar como tal a partir da década de 1940, principalmente após a pavimentação das rodovias. Além disso, a produção para uso decorativo da cerâmica, cujo lado artesanal se atribui a um legado indígena, tem resistido às vicissitudes temporais desde o século XVIII, fazendo parte da paisagem ao longo das rodovias os objetos expostos para a venda (MAIA e PEREIRA, 2005; PMI, 2006).

O município que foi indicado para ser a capital do estado do Rio de Janeiro ainda no século XIX, perdendo pela diferença de um voto para Niterói na votação final, atualmente possui uma área total de 429,3 quilômetros quadrados, que corresponde a 7,5% da área da Região Metropolitana e em torno de 1% da área total do estado do Rio de Janeiro. A população estimada da cidade é de 216.657 habitantes, correspondendo a 1,9% da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PMI, 2006).

A partir da segunda metade do século XX, Itaboraí apresentou uma rápida urbanização, o que se atribui em parte ao decréscimo na produção agrícola. Algumas das grandes propriedades tornadas improdutivas passaram a ser loteadas, principalmente as próximas às rodovias, acompanhando uma tendência nacional da época, que privilegiou o crescimento urbano em detrimento da habitação rural, com o Estado brasileiro investindo na malha rodoviária. Durante as décadas de 1960 e 1970 a urbanização continuou a se expandir, e a construção da Ponte Presidente Costa e Silva, conhecida como Rio-Niterói, concluída em 1974, contribuiu ainda mais para tal processo (*Idem*).

Na parte setentrional da cidade fica localizado o Distrito de Porto das Caixas, cujo nome vem do porto por onde era escoada a produção de açúcar, onde ficavam acumuladas as caixas do produto, de onde teria surgido a cidade e de lá se expandido. Até o momento anterior às desapropriações, Porto das Caixas possuía grandes propriedades e tinha uma das mais baixas demografias, cujas causas, em parte, atribuem-se a algumas epidemias que atingiram a região no século XIX, produzindo uma espécie de êxodo, inclusive dos religiosos que construíram o convento de São Boaventura no século XVII. Localizado no terreno em que funcionou a Fazenda Macacu, o convento encontra-se em ruínas, e provavelmente será preservado por se tratar de construção protegida pelas leis de preservação do patrimônio histórico.

Em 1968, o bairro de Porto das Caixas, localizado no distrito de mesmo nome, virou um local de peregrinação religiosa, depois de surgirem relatos sobre um sangramento da imagem do Cristo Crucificado, que fora transferida das ruínas do convento de São Boaventura, e estava no altar central da Igreja, em janeiro daquele ano. Ocorrendo novamente tal evento em 1970, os responsáveis pelo templo em que se encontrava a referida imagem tomaram providências para o reconhecimento dos acontecimentos como milagre pelo Vaticano, o que aconteceu, continuando o grande fluxo de pessoas em busca de experiências religiosas.

Diante de uma relativa perda de importância econômica nas décadas seguintes, juntamente com o crescimento populacional, a cidade se transformou no que se convencionou chamar de “cidade dormitório”, com a maior parte de sua população economicamente ativa exercendo atividades trabalhistas nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói e mantendo apenas vínculos residenciais com a cidade. Sua condição de economicamente relevante havia ficado para trás, e, desse modo, a possibilidade de sediar um empreendimento com as dimensões do COMPERJ representou para a cidade, e para a região próxima, uma boa oportunidade econômica.

Na reestruturação administrativa recente do município, a Secretaria que era de “Agricultura e Meio Ambiente” se dividiu, e cada uma das partes assumiu novas atribuições: A “Agricultura” incorporou à sua pasta “Comércio, Indústria e Turismo”; enquanto “Meio Ambiente” se juntou ao “Urbanismo”, para adequar os trâmites burocráticos municipais às atividades do COMPERJ. A pasta que tratava “Meio Ambiente” e “Agricultura” dentro de um mesmo contexto, com a instalação do COMPERJ, separou os dois temas e os colocou em lados distintos, com “Meio Ambiente” passando a ser vinculado às atividades industriais, ao

passo que, “Comércio, Indústria e Turismo” foram colocados com peso equivalente ao tema “Agricultura”. Com isso fica evidente a mudança na distribuição das atribuições das estratégias de trabalho com a criação do COMPERJ. Ao que parece, o “Meio Ambiente” ganhou *status* superior, enquanto a “Agricultura” perdeu importância, sendo colocada na mesma condição de “Comércio e Turismo”, como atividades secundárias¹⁶.

A vizinhança do COMPERJ

No local específico definido para a instalação do COMPERJ¹⁷, havia algumas grandes propriedades envolvidas com a agricultura, pelo lado de Porto das Caixas, e outras menores voltadas para a pecuária e produção de leite, ovos, entre outros produtos, ou simplesmente residenciais, pelo lado de Sambaetiba. Entre os dois distritos, a maior população está do lado de Sambaetiba, haja vista ter ocorrido uma política de Reforma Agrária na década de 1960, sendo a extensão das propriedades inferior às encontradas do lado de Porto das Caixas. Além disso, também há uma rodovia do lado de Sambaetiba, a RJ-116, o que contribuiu para a definição oficial de uma área urbana maior no Distrito de Sambaetiba do que em Porto das Caixas¹⁸. Inicialmente, segundo a empresa, foram 175 proprietários indenizados, dos quais 122 eram “veranistas”, e 53 eram residentes, com 301 empregados, nos 45 milhões de metros quadrados (PETROBRAS, 2007, p. 122), sendo, posteriormente, ampliados tais números com as negociações envolvendo propriedades que estavam fora da área definida pelo Decreto, sobre os quais não se tem informação oficial, apenas aquelas fornecidas pelos próprios moradores, que estimam em torno de 23 propriedades.

Nos limites do terreno do COMPERJ, ao norte, passam os rios Macacu e Imbuí, definindo os limites entre os municípios de Itaboraí e Cachoeiras de Macacu. Esses rios separam o terreno do COMPERJ de algumas grandes propriedades, ficando todo o terreno do empreendimento localizado no município de Itaboraí. De acordo com as informações oficiais, em todo o Distrito de Porto das Caixas havia um número estimado um pouco superior a 4,5 mil habitantes nos seus 51,6 quilômetros quadrados, e no Distrito de Sambaetiba havia quase 6,9 mil habitantes nos seus 72,5 quilômetros quadrados¹⁹. Pelo lado de Sambaetiba, havia, e

¹⁶ Cf. página oficial, disponível em: <<http://www.itaborai.rj.gov.br/prefeitura/legislacao/index.php>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2008.

¹⁷ Cf. Mapa 1 no Apêndice 3.

¹⁸ Cf. Apêndices 2 e 3.

¹⁹ Cf. Apêndice 2.

ainda há, algumas poucas casas de sitiantes que se destacam pela sua arquitetura em comparação com as discretas casas dos trabalhadores e pequenos produtores. Essas casas com arquitetura mais trabalhada, geralmente, têm extensos terrenos ao seu redor, assim como as dos pequenos produtores, ao passo que a maioria dos trabalhadores - entre aqueles que possuíam residência própria, que não residiam nos imóveis dos sitiantes na condição de caseiros – morava em casas construídas próximas umas das outras em pequenos loteamentos.

Em torno de toda a extensão do terreno do COMPERJ, o ponto de maior concentração populacional é onde foi realizado o trabalho de campo, nos demais trechos há extensas propriedades. Neste local, quanto à infraestrutura, a eletrificação é fornecida e mantida por uma cooperativa local, que a adquire de uma companhia maior e a repassa aos seus associados, cuja receita foi fortemente atingida pelas desapropriações, já que a Petrobras adquire energia elétrica diretamente do produtor, sem intermediários. O fornecimento de água pela companhia responsável é bastante limitado, o que leva alguns trabalhadores a realizarem ligações clandestinas que são feitas a partir dos dutos principais, os sitiantes geralmente têm poços artesianos para complementar o fornecimento de água. Não existe uma rede de esgotos, todas as residências constroem fossas coletoras.

Em relação à presença da administração municipal, existiam quatro escolas municipais entre os bairros de Sambaetiba e Alto do Jacu, sendo duas desativadas após as desapropriações, uma em cada um dos bairros, por escassez de alunos, segundo a Prefeitura, e o Centro Comunitário de Sambaetiba. Os centros Comunitários são representações oficiais da Prefeitura Municipal em diversas localidades do município, o pessoal lotado nos centros, ocupando cargos comissionados, pode ser vinculado às diversas secretarias, o de Sambaetiba tem seu pessoal ligado à Secretaria de Agricultura, Comércio, Indústria e Turismo por estar localizado em área oficialmente definida como de produção rural, mas há outros cujo pessoal lotado está subordinado a outras secretarias, de acordo com a localidade em que se encontrarem. Aquele centro ainda abriga um Posto de Saúde e tem servido como sede provisória da Associação de Pequenos Pecuaristas de Sambaetiba, reativada no final de 2008.

Havia ainda uma escola envolvida com os primeiros passos do processo de alfabetização, localizada em Sambaetiba e mantida com recursos particulares, dirigida aos filhos dos trabalhadores da localidade que ainda não tivessem idade para a matrícula no sistema público de ensino, cujos pais trabalhassem, que também foi fechada e sobre a qual

funcionários da Petrobras disseram que tentariam substituí-la por outra equivalente, não ocorrendo.

Quando ocorreu a definição do local, ainda havia algumas grandes propriedades ativas envolvidas com a agricultura, inclusive a Fazenda Macacu, além das pequenas envolvidas com outras atividades²⁰. Em toda a extensão do terreno definido no Decreto s/nº de 13 de junho de 2006, incluindo a sua periferia mais próxima, não há pavimentação nas estradas. Os sítiantes geralmente se deslocam em automóveis próprios, enquanto a maioria dos trabalhadores depende da linha de ônibus que sai do bairro de Manilha, localizado no Distrito de mesmo nome, e passa pelo centro da cidade, seguindo para o bairro do Alto do Jacu a cada duas horas, entre 7h e 19h, com um trajeto que inclui as estradas sem pavimentação consideradas principais. Há ônibus e transportes alternativos para Cachoeira de Macacu até às 22h, circulando pela rodovia RJ-116, restringindo-se às estradas pavimentadas, e pelas estradas sem pavimentação circulam motociclistas que oferecem, fora das normas, transporte a baixos custos por toda aquela região²¹.

A Associação de Moradores e Agropecuaristas do Alto do Jacu ficou responsável pelo preenchimento de um cadastro a ser utilizado para contratações de mão de obra pelas empresas que atuavam nas obras e passou a representar um ponto de referência para discussões sobre a abrangência do COMPERJ e as desapropriações, a partir do final de 2006. No entanto, embora tenha adquirido uma maior visibilidade com essas funções, no contexto de mudanças decorrentes da instalação do COMPERJ, também ficou sob influência das disputas político-partidárias das eleições municipais de 2008, quando o presidente, que também era assessor de vereador na Câmara Municipal, passou a articular os interesses da campanha para a reeleição com as suas funções naquela associação, em relação aos cursos de artesanato e reflorestamento oferecidos pela Petrobras para aquela população.

A Associação de Pequenos Pecuaristas de Sambaetiba, após um período de discreta atividade, passou a ser vista como objeto de disputa entre um grupo de sítiantes e pequenos produtores, que tentavam se organizar diante das grandes modificações ocorridas na localidade decorrentes das desapropriações, e outro de moradores que tinham a intenção de transformá-la em uma ferramenta a serviço dos interesses político-partidários naquela localidade, como as

²⁰ Cf. Apêndice 2.

²¹ Cf. Mapa 1 no Apêndice 3.

associações de moradores haviam servido habitualmente, sendo o controle assumido pelo primeiro grupo, quando venceu as eleições realizadas em novembro de 2008.

Dessa forma, em um período de quase três anos, desde o anúncio do COMPERJ até o momento atual, as mudanças que vão ocorrendo nas proximidades do terreno que abrigará esse empreendimento provocam uma série de discussões entre as pessoas que permaneceram residindo naquela região, cujas soluções para os problemas resultantes das operações do empreendimento têm sido concebidas a partir da consideração da sua inserção nos planos daquelas pessoas.

Trajetória da pesquisa

Inicialmente, a ideia era reconstruir a forma de ação da Petrobras e das primeiras empresas prestadoras de serviço no processo de desapropriação. Esta perspectiva tinha como ponto de partida o trabalho realizado pela empresa Cena Brasileira, responsável pelo primeiro cadastro das pessoas que trabalhavam e/ou viviam dentro do terreno definido para a implantação do COMPERJ, procurando analisar o papel que a empresa desempenhou na mediação da relação entre a Petrobras e a população local no cadastro censitário e no apaziguamento, comparando a postura da Cena Brasileira com sua antecessora, a Engefoto, responsável pelo mapeamento do terreno, que foi tida como responsável pelos primeiros desentendimentos com a população. Porém, essa perspectiva foi se tornando inviável, em função da grande quantidade de proprietários que deixaram a região, cuja localização demandaria excessivo tempo, além dos que eram localizados e não simpatizavam com ideia de falar sobre o assunto.

Mesmo aquelas pessoas que supostamente poderiam ter algum motivo a mais, como um casal umbandista que possuía uma propriedade, conhecida na localidade como “Fazenda da Macumba”, em que havia várias construções dedicadas aos orixás, e que recebia um grande número de visitantes regularmente, recusou-se a falar sobre o assunto quando foi tentado estabelecer contato por meio do antigo administrador do imóvel, alegando que tudo já era passado. O administrador da maior propriedade produtiva da região, a Fazenda Macacu, disse-me que já tivera alguns problemas por expor detalhes do processo de desapropriação envolvendo a propriedade em que trabalhava e não se sentia à vontade para falar sobre o assunto. Uma outra pessoa, que mantém uma escola de capoeira com filiais pelo Brasil e em

alguns países, e tem projetos financiados pela Petrobras, também não se mostrou simpático à ideia de falar sobre o processo, depois de algumas tentativas desisti.

Estes casos apontados foram os mais significativos, pois se tratavam de três propriedades cujos proprietários ou administradores poderiam ter alguma reflexão sobre o processo, pela extensão e importância delas naquele contexto, mas não foi possível. Os que sempre estiveram receptivos à ideia de falar sobre o processo foram os trabalhadores e os pequenos proprietários que permaneceram em locais próximos ao que viviam antes, até mesmo pela possibilidade de serem ouvidos por alguém, sob a expectativa de ter alguma repercussão o que viessem a falar, já que permaneceriam vivendo naquela localidade, portanto, fazia sentido para eles discutir os assuntos relacionados ao COMPERJ.

No início da pesquisa, utilizei-me de algumas informações sobre o trabalho da empresa Cena Brasileira, obtidas com um funcionário daquela empresa, que foi aluno do curso de Ciências Sociais da UFF. Com essas informações, fiz contato com a secretária do Sindicato Rural de Itaboraí [de produtores] e ela me indicou algumas pessoas que trabalhavam no Centro Comunitário de Sambaetiba. O Sindicato no qual ela trabalha costumava organizar alguns cursos voltados para os pequenos produtores da região, sob o patrocínio da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FAERJ).

A partir das informações iniciais básicas sobre o trabalho da Cena Brasileira, e com o mapa daquela região, fui até o bairro de Porto das Caixas, pois era a localização oficial do COMPERJ, mas pelo lado de Porto das Caixas estavam as maiores propriedades e, conseqüentemente, uma menor concentração populacional nas proximidades dos terrenos desapropriados, enquanto pelo lado de Sambaetiba estavam as propriedades menores e uma maior concentração populacional, o que tornava mais interessante o investimento na pesquisa pelo lado de Sambaetiba.

As disputas políticas entre sindicatos de trabalhadores e de produtores tratadas no trabalho de Bastos (1977), que poderiam inviabilizar a pesquisa, a partir da mediação que eu tivesse por alguma dessas instituições, já não tinham tanta importância, pois as questões colocadas nas décadas de 1960 e 1970, se ainda ocorriam, restringiam-se a outros tipos de *arena*, pois, ao perguntar sobre os sindicatos aos trabalhadores, não obtive qualquer resposta convincente sobre o papel político que poderiam ter exercido em todo esse processo, ou qualquer forma de ação política no momento mais recente, sendo tal suposição confirmada com a declaração do Vice-Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itaboraí, ao

dizer que a participação daquela instituição tinha sido restrita às discussões sobre temas ambientais, previstos na chamada Agenda 21. Quando algum trabalhador fazia referência ao Sindicato de Trabalhadores Rurais, geralmente o associava à assistência médica, e dentre os entrevistados não encontrei algum que fosse filiado ao sindicato, talvez pelo local escolhido para a pesquisa, ao passo que, o Sindicato Rural [de Produtores] tinha certa visibilidade, em função dos cursos que organizava no Centro Comunitário de Sambaetiba. Naquele Centro tomei conhecimento da existência da Associação de Moradores e Agropecuaristas do Alto do Jacu.

A partir dessas duas instituições, o Centro Comunitário e associação de moradores, fui ampliando minha rede social de contatos, inicialmente próximo a elas, até conseguir me deslocar sem mais tê-las como pontos de referência. Nesses dois locais obtive informações sobre a situação geral após as desapropriações e fui tendo contato com quem vivenciou de dentro o processo em curso. Ainda naquele Centro, encontrei uma funcionária, Lúcia, que tivera a propriedade de sua família desapropriada, dentre as que estavam fora do Decreto, e nas proximidades do prédio da associação de moradores do Alto do Jacu encontrei algumas pessoas que continuaram residindo próximo ao local onde antes trabalhavam e que passara a pertencer à Petrobras.

O prédio da associação de moradores do Alto do Jacu, por ficar localizado mais próximo do centro do processo, foi se tornando o meu principal ponto de referência, para onde me dirigia inicialmente a cada ida ao local do trabalho de campo, e de lá me deslocava, mantendo-o sempre como ponto de referência para retornar ao término de cada dia de trabalho e por onde recomençaria da próxima vez, enquanto não estivesse familiarizado com os diversos trajetos. Aos poucos, o Centro Comunitário de Sambaetiba foi se tornando um ponto de referência secundário, com o qual foi mantido contato quando havia a necessidade de verificar informações que parecessem desconhecidas. A secretária do sindicato de produtores era a quem eu recorria para informações mais pontuais, cuja experiência e espontaneidade foram fundamentais para a superação de alguns obstáculos que surgiram ao longo da pesquisa, principalmente em relação à obtenção de informações oficiais, pois, o seu conhecimento da estrutura administrativa do município me permitia ser mais objetivo ao procurar informações.

Com isso, as perspectivas de análise foram convergindo apenas para os trabalhadores e para os pequenos proprietários que permaneceram próximo ao local onde viviam antes. O trabalho de campo foi se desenvolvendo nos bairros do Alto do Jacu e de Sambaetiba,

principalmente no primeiro, com idas pouco frequentes ao bairro Agro Brasil, quando era necessário encontrar alguém que vivera em um dos dois primeiros, já que muitos trabalhadores e pequenos proprietários fixaram residências em Agro Brasil²². Com o passar do tempo, o que chamava a atenção era a constante referência aos cursos oferecidos pela Petrobras, sob a coordenação do Instituto Nacional de Tecnologia e Uso Sustentável (INNATUS). Tais cursos eram voltados ao treinamento para o trabalho no reflorestamento e para o ensino de artesanato, além da administração dos auxílios a eles vinculados, dirigindo-se, prioritariamente, às pessoas que haviam sido deslocadas pelas desapropriações, mas, com o tempo, foram incorporando muitas outras pessoas que não estavam entre aquelas desalojadas, tomando um rumo que, talvez, não tenha sido pensado inicialmente. Um dos problemas encontrados quanto ao registro dessas informações sobre os cursos estava relacionado com os depoimentos das mulheres, principalmente das mais jovens, que sofria a constante interferência dos seus cônjuges.

Em função do local e do público pesquisado, as grandes questões colocadas não estavam relacionadas com as desapropriações propriamente ditas, com valores ou com os critérios adotados, mas com as perspectivas das pessoas que permaneceram na vizinhança da área desapropriada, independentemente do grau de envolvimento direto que tiveram com as desapropriações. Tomando como ponto de reflexão a desarticulação de um sistema econômico e social, aqueles cursos e a interação em sala de aula entre alunos e professores passaram a representar um importante objeto de análise sobre a relação da Petrobras com a vizinhança do seu empreendimento. Como não obtive autorização da Petrobras para visitar as instalações onde eram realizados os cursos para constatar as versões oficiais ou contrapor pontos de vista, após sucessivas tentativas frustradas, resolvi me concentrar no que os alunos concebiam a respeito dos cursos e como se relacionavam entre si e com os professores, com os conflitos e disputas que evidenciavam algumas questões que não estavam relacionadas diretamente com problemas didáticos, mas diziam respeito às mudanças decorrentes das desapropriações.

Em relação ao registro das informações, muitas pessoas haviam passado pela experiência de ter seus depoimentos gravados em vídeo, pela empresa Cena Brasileira durante o levantamento feito por seus funcionários, além da grande exposição a que foram submetidas, por isso, as entrevistas foram registradas apenas da forma escrita para evitar qualquer semelhança com alguém a serviço da Petrobras ou com jornalista, pois ser classificado em

²² Cf. Mapa no Apêndice 3.

algumas dessas categorias gerava problemas na condução dos diálogos, que se apresentavam como reclamação dirigida à direção da empresa ou como uma espécie de denúncia, sendo tal preocupação nos primeiros momentos o principal objetivo. Embora o registro escrito limitasse bastante a reprodução dos diálogos, essa forma parecia mais convincente no sentido de evitar ser classificado em algumas das categorias já constituídas, que pudessem gerar limitações na condução da pesquisa.

Certa vez, estive na casa de um homem que havia trabalhado como caseiro, Victor, que era constantemente citado nos relatos de outras pessoas, porque sua história era bastante emblemática em alguns aspectos. Não o encontrando entre as diversas vezes que estive em sua casa, fui localizado por ele, ao me perguntar se eu o havia procurado para “fazer uma entrevista”, embora eu não tenha utilizado em momento algum tal expressão nas ocasiões em que fui procurá-lo. Essa foi uma das razões pelas quais prevaleceu a opção pelo registro escrito apenas. Ao compararem o entusiasmo com que deram seus depoimentos gravados pela Cena Brasileira com o momento mais recente, aquelas pessoas se sentiam manipuladas, já que tais depoimentos foram utilizados na propaganda que chegou a ser exibida em alguns eventos organizados pela Petrobras como divulgação do COMPERJ, o que contrastava dois sentimentos relativos a dois momentos distintos: a satisfação criada pela expectativa da chegada da Petrobras, mostrada nos depoimentos, e o desânimo criado pela constatação de toda a desarticulação provocada pela empresa sem a chegada daqueles empregos que eram ansiosamente aguardados. Para alguns, o termo “entrevista” fazia recordar uma experiência desagradável.

As dificuldades para obter informações oficiais diretamente da Petrobras foram muitas. Quando fui aos escritórios da petrolífera localizados no terreno do COMPERJ e em prédio comercial no centro de Itaboraí, recebi a seguinte informação dos guardas que protegiam as respectivas entradas: “qualquer solicitação precisa ser feita pelo telefone 0800 728 9001 opção 4”. Ou seja, não havia a possibilidade de contato direto com funcionários da empresa sem a prévia apreciação interna quanto à necessidade de contato direto com algum funcionário ou se a resposta seria fornecida por telefone posteriormente, ou mesmo se haveria resposta. Geralmente a empresa opta pelo uso do telefone.

Entretanto, esse canal apresentava grandes limitações: para cada informação solicitada que surgia no decorrer da pesquisa gerava-se um novo número de protocolo, não havendo um histórico para cada usuário, o que criava a sensação de estar sempre começando do ponto

inicial quando ao final dos procedimentos conduzidos pelo atendente este concluíra anunciando como seria feito o resumo que seria encaminhado ao setor responsável: “desejam-se informações sobre os *impactos* causados pelo COMPERJ”, sem haver muita flexibilidade quanto à categoria em que minhas solicitações eram classificadas, estavam todas relacionadas com os *impactos*, independentemente da sua aceção. Além disso, poderia haver um intervalo de até uma semana entre o momento em que se fazia a solicitação e a resposta de um funcionário, o que criava problemas para a condução da pesquisa, pois quando algumas respostas eram dadas já não tinha mais qualquer importância, porque as perspectivas da pesquisa se modificavam na medida em que as dificuldades parecessem intransponíveis.

Em duas dessas ocasiões, na primeira solicitei informações sobre a função dos centros de integração e dos cursos neles oferecidos e sobre o projeto do reflorestamento – quando ele seria iniciado -, mas não obtive retorno. Na outra, quando solicitei autorização para frequentar as aulas e falar com algum funcionário da empresa que coordenava os cursos de artesanato e reflorestamento, já que ao tentar estabelecer diretamente o contato com estes, por meio de um dos meus informantes, eles se recusaram, dizendo que era a Petrobras que autorizava aquele tipo de contato, pois qualquer informação que eles me fornecessem teria que ser submetida à apreciação da petrolífera, também não obtive resposta.

No meu primeiro contato com os guardas que protegiam o terreno do COMPERJ, pelo lado de Porto das Caixas, quando procurava as primeiras informações sobre desapropriações e sobre as pessoas que ainda residiam dentro da área desapropriada, em janeiro de 2008, fui informado que não poderia passar pela única estrada que existia porque ela estava interrompida pelas desapropriações e só com autorização da Petrobras alguém poderia passar, cuja permissão passava pelo mesmo contato telefônico anteriormente citado. Apenas alguns meses depois eu consegui fazer contato com alguém que ainda residia dentro do terreno e entrar na condição do “amigo” daquele morador. Porém, ao me dirigir à sua casa os guardas tentaram me impedir alegando que não foram informados antecipadamente da minha visita, cedendo depois de algum tempo, mas registrando o número da minha identidade e reiterando que da próxima vez o morador deveria avisar antes. Quando comentei sobre isso com o morador que eu visitara, André, ele disse em tom de brincadeira que “as pessoas das classes baixas [*sic*] quando fazem ou recebem visitas não combinam antes”, por isso seria difícil até acertar com os guardas o dia e horário que vão receber visita.

Ainda enviei mensagem eletrônica através do sítio oficial da empresa, sendo tal mensagem registrada com um número de protocolo, mas não me foi dado retorno quanto à solicitação do número de alunos matriculados nos cursos e se eles estavam submetidos a alguma política trabalhista da empresa ou se proposta principal era assistência social às pessoas deslocadas pelas desapropriações. Nessa mensagem ainda havia solicitação de informações sobre as desapropriações, quanto ao número de imóveis fora da área definida pelo Decreto e quanto à produtividade destes – quantos estariam classificados como produtivos e outras informações mais específicas -, porém nunca houve resposta para esta mensagem.

Essa dificuldade para ter acesso ao interior do terreno da Petrobras também era compartilhada pela população local, quando em certa ocasião participei de uma reunião sobre a reformulação dos projetos pedagógicos em uma escola municipal localizada no Alto do Jacu, uma das professoras se expressou da seguinte forma, quando foi citada a inclusão de temas ambientais entre os novos temas educacionais: “como a comunidade vai participar ativamente da fiscalização dos impactos ambientais se não temos informações nem acesso ao que acontece internamente no terreno do COMPERJ?”.

Muitas das informações que obtive a respeito da Petrobras foram fornecidas por funcionários da Prefeitura do município e pessoas vinculadas a associações de moradores, sindicatos, escolas, igrejas, ou pequenos comerciantes, além de alguns pequenos fragmentos que apareciam durante as entrevistas. Diante disso, o que restou foi recorrer ao material impresso de divulgação, principalmente na *internet*, de forma a não inviabilizar a pesquisa dentro de tempo previsto.

Quanto aos nomes das pessoas que fazem parte deste trabalho, todos foram alterados, com o propósito de preservá-las. E procurando facilitar a identificação dos laços familiares durante a leitura, foram atribuídas as mesmas letras iniciais aos nomes de pessoas que tenham algum grau de parentesco ou outras relações familiares.

Dessa forma, o trabalho foi estruturado em três capítulos, procurando trabalhar as fases do processo dentro de um quadro que busca apresentar os movimentos feitos pela empresa e por sua vizinhança após a implantação do empreendimento naquela localidade. No primeiro capítulo, foi esboçada a chegada da empresa e a percepção que aquela população teve disso, a partir das mudanças decorrentes das desapropriações, em contraste com a propaganda em torno da escolha de Itaboraí como “local ideal” para a implantação do COMPERJ que procurava apontar os atores envolvidos e projetar nomes para as disputas eleitorais. Nas

proximidades do terreno destinado à construção do empreendimento, as mudanças que ocorriam em decorrência das desapropriações em prol do COMPERJ passaram a ser compreendidas dentro de um quadro de dificuldades e de poucas novas possibilidades de emprego, ao mesmo tempo em que as expectativas criadas pela propaganda sugeriam vantagens econômicas em relação ao momento anterior. A partir de determinado momento, a principal questão para quem ainda residiria nas proximidades do terreno pertencente à Petrobras era conviver com a escassez de atividades capazes de gerar renda, constatando que a maior parte dos empregos anunciados pela propaganda demoraria algum tempo para chegar, com mais precisão alguns anos.

No segundo capítulo, o tratamento que é dado ao curso sobre reflorestamento tem o propósito de mostrar como aquele curso foi se tornando o fator mais importante de articulação entre os interesses da petrolífera e daquela pequena população, pois ele se tornava a fase preliminar do ponto de convergência dos interesses mútuos, o reflorestamento. Ademais, a experiência no curso evidenciava uma face da Petrobras desconhecida para a maioria delas, que só pôde se revelar através do contato mais direto, além de colocar em atrito pontos de vista distintos.

O terceiro capítulo foi construído para analisar o momento posterior à realização dos cursos de reflorestamento e artesanato, enfatizando a reivindicação jurídica sobre acontecimentos que tinham relação direta com os cursos e com os métodos adotados pela empresa que os conduziu, que atingia a Petrobras de alguma maneira, além de procurar mostrar outros desdobramentos que não seguiram pela via jurídica. Tais acontecimentos mostram como o curso sobre reflorestamento se transformou em algo extremamente importante para a aquela população, já que a sua realização e o certificado de conclusão seriam condições necessárias para o posterior trabalho no reflorestamento em torno da estrutura industrial do COMPERJ.

Assim, este trabalho foi construído com a expectativa de ser útil ao entendimento da forma de agir de uma empresa que assume em seu discurso oficial a condição de representante do Estado e se apresenta como a solução para diversos problemas, como urbanismo, meio ambiente, entre outros; enquanto as pessoas que sentem os efeitos de sua presença da forma mais direta e procuram se adequar ao “novo momento”, cuja reflexão a respeito tem conotações bem diferentes do que seria o “novo” para a empresa, a percebem de uma forma bem diferente quando a veem de perto.

Quanto ao título, a palavra “desencanto” não foi utilizada com a intenção de atribuir desdobramentos definitivos às discussões entre a empresa e a vizinhança do COMPERJ, mas apenas apresentar uma percepção momentânea que ocorreu durante a pesquisa que durou um pouco mais de um ano, sem qualquer pretensão de afirmar que um novo “encanto” não seja possível. Assim, consciente de que qualquer trabalho de investigação das interações sociais não passa de uma interpretação entre tantas outras possíveis e que todos eles também são “fotografias” de momentos específicos, procurei ser fiel às minhas percepções, a partir dos discursos dos informantes, no momento em que o trabalho ocorreu. Desse modo, não se descarta a possibilidade de novos desdobramentos diferentes desses aqui apresentados em outros trabalhos que surgirem, dependendo da época e das mudanças que estiverem ocorrendo em cada momento. Novos “encantamentos” e “desencantamentos” serão possíveis ou poderão simplesmente ser ignorados, de acordo com o enfoque dado por outras pesquisas.

Portanto, a proposta de *drama social* de Victor Turner se deu em função dessa indefinição da relação que sofre sucessivas oscilações, e também porque aquele autor trabalha com a pressuposição de fundamentos morais. Além disso, como será mostrado ao longo do trabalho, não foi dada uma configuração definitiva sobre o processo, o diálogo não foi encerrado. E mesmo que a narrativa possa ser vista como fatalista, não considero que essa percepção possa inviabilizar a construção aqui apresentada, desde que o trabalho seja visto mais pela sua função sociológica do que pelo aspecto literário. A utilização da proposta de *drama social* ocorreu, principalmente, por ser esse um processo que ainda está no seu início e poderá ter muitos desdobramentos ao longo do tempo, cujo diálogo entre a Petrobras e a vizinhança do seu empreendimento itaboraense, juntamente com a contínua convivência, poderá ter diversas configurações. O *drama social*, certamente, tal como construído aqui continuará existindo por algum tempo.

Por outro lado, não foi dada ênfase a formas de dominação ou a mecanismos de controle da população, a preocupação principal, em relação ao aspecto esquemático, foi com essa dinâmica envolvendo a discussão entre a empresa e a população local, pois faltou o pronunciamento oficial da empresa para as solicitações feitas por telefone e correio eletrônico que pudesse servir com essa finalidade. Assim, faltou algo para que se pudesse trabalhar com uma ideia de dominação em detrimento da ideia de relação, já que só uma das partes pôde ser ouvida, a população.

Capítulo I

O empreendimento e a população: um processo de mudança em curso

Articulado entre a perda de importância da produção rural itaboraiense e a ascensão da indústria do petróleo fluminense, o COMPERJ, trazendo consigo todo o peso simbólico da marca Petrobras, encontra a princípio um ambiente favorável que o fez ser bem aceito e desejado. A motivação criada pela propaganda a seu respeito facilitou a sua chegada e provocou repercussões extremamente amplas, criando-se uma expectativa desde o início do ano de 2006, quando já se articulava a localização do projeto do complexo petroquímico que já se sabia a princípio que seria fluminense, cuja ratificação ocorreu em junho de 2006 com a assinatura do Decreto Presidencial.

Os principais jornais fluminenses, mesmo antes da oficialização da área a ser desapropriada, já exibiam manchetes que defendiam a importância econômica do novo empreendimento da Petrobras no estado, destacando possíveis mudanças no mercado de trabalho, que eram corroboradas com depoimentos de pessoas entrevistadas nas ruas, principalmente desempregadas. Ao longo das principais rodovias da região foram exibidas propagandas citando o empreendimento e destacando nomes de conhecidos políticos itaboraienses e gonçalenses, associando-os às disputas que resultaram na escolha de Itaboraí, embora a empresa oficialmente enfatize o aspecto “técnico” da decisão. Os representantes dos municípios vizinhos a Itaboraí se expressavam através da imprensa como se estivessem buscando sintonia com a administração itaboraiense. Diversos tipos de projeções eram exibidas nos principais veículos de comunicação, destacando número de empregos a ser criado e valores monetários a serem investidos no estado do Rio de Janeiro, com transposição dessas projeções para o país como um todo. Ou seja, aquele empreendimento que fora anunciado como o maior projeto isolado em toda a história da Petrobras criou muitas expectativas na população (SANTOS, 2006).

Além disso, as projeções menos otimistas eram minimizadas, entre as quais os possíveis acidentes ambientais e a emissão de substâncias descartadas na atmosfera e nos rios, as alterações no espaço urbano que “ameaçam” os patrimônios culturais e/ou arquitetônicos, e todos os possíveis movimentos migratórios que “põem em risco” estilos de vida e provocam novos tipos de ocupação no espaço físico das cidades. Tais problemas poderiam ser amenizados ou mesmo resolvidos com a expressiva arrecadação de impostos, que no caso do petróleo aparecem como “*royalties*”, e a posterior aplicação destes, colocando em lados

opostos os otimistas e os pragmáticos, que também poderiam ser classificados como pessimistas, com os primeiros atribuindo a essa arrecadação a possibilidade de um “*desenvolvimento social*”, enquanto os últimos diriam que outras experiências mostraram que essa correlação já se mostrou problemática em outros lugares (*Idem*).

Enfim, em meio a todas essas discussões algumas vezes eram citadas as pessoas que habitavam e/ou trabalhavam no local definido pelo Decreto, mas a elas estariam reservados os valores indenizatórios – pelo patrimônio, a serem pagos pela Petrobras aos proprietários, e os referentes às relações trabalhistas, pelos patrões aos trabalhadores –, além dos empregos que apareceriam desde a construção e se estenderiam até a fase de operação do COMPERJ nas mais de 700 empresas que certamente se instalariam em toda aquela região. Tais posições ainda eram reforçadas durante as reuniões realizadas pela Petrobras em locais públicos localizados próximos ao terreno do COMPERJ. Além do mais, segundo a empresa, aquelas pessoas seriam assistidas pelos “projetos sociais” a serem desenvolvidos especialmente para elas, entre eles os cursos de reflorestamento e de artesanato aos quais estaria vinculado o recebimento mensal de um auxílio enquanto estivessem matriculadas.

Porém, as alterações provocadas pela implantação do empreendimento quando começaram a ocorrer não puderam ser vistas como benéficas para aquela população que permaneceria residindo nas proximidades do terreno do COMPERJ, devido à grande extensão da área desapropriada. Com o tempo, o que a empresa apresentou como possibilidade para aquela população foi o projeto do reflorestamento, sendo este ansiosamente aguardado, e os poucos empregos que seriam criados pelas empresas envolvidas com as obras. As limitações de uma interação entre a empresa e a população começam a se mostrar e as dificuldades vão aparecendo na medida em que o espaço desapropriado vai aumentando.

Dessa maneira, o *drama social* se compreendido pela sua principal característica, a transgressão, é aplicável à situação aqui analisada na relação do COMPERJ com a sua vizinhança. Concebido como modelo heurístico por Victor Turner o *drama social* é apresentado com quatro fases: a quebra ou violação de uma norma regular que seja amplamente difundida; seguida por um momento de crise entre as partes em divergência, no qual ocorre alguma turbulência na relação; havendo posteriormente uma discussão em torno de alguma ação reparadora ou mudança de postura pela parte que esteja sendo acusada de violação; e finalmente, a reintegração, se houver reparação, ou o rompimento definitivo que se legitima pelo desenrolar em público das discussões (TURNER, 1974, 1982 e 1987).

O desenrolar do processo foi gerando diversas situações que foram compreendidas dentro de um quadro de múltiplas articulações que deixou vulnerável um conjunto de relações sociais. A quebra pode ser vista como o não cumprimento de um acordo implícito entre a empresa e a população e de uma expectativa não atendida, criada pelas promessas da empresa. Assim, a transformação do antigo sistema em algo que atende aos interesses da empresa, mas não atende aos da população, cria todo um ambiente de insatisfações que pode ser mais bem compreendido a partir da descrição a seguir.

Algumas posições sociais locais

Inicialmente, há a necessidade de se traçar um quadro geral das características mais recorrentes da população local no momento imediatamente anterior ao anúncio do projeto do COMPERJ, buscando assinalar a transformação desse conjunto de relações em algo diferente do que se tinha. Dentre as posições observadas durante a pesquisa, ou tomadas como referência pelos informantes no conjunto de relações, foram esboçadas algumas posições sociais que podem ser colocadas como *tipos ideais*, e como tais, não correspondem a situações específicas, servem para agrupar sob uma mesma denominação posições sociais semelhantes e recorrentes. Contudo, não são criações aleatórias ou arbitrariamente definidas, elas fazem parte do contexto social pesquisado, sendo utilizadas pelos informantes, tanto como categoria na qual se incluem quanto como posição de referência da qual estão distanciadas, para descrever o espaço social no qual estão inseridos, embora nem sempre apareçam nos diálogos exatamente como estão aqui colocadas. Tais agrupamentos foram definidos a partir de uma série de fragmentos que apareciam com certa regularidade nos discursos.

Grande produtor proprietário – pessoa cuja propriedade tem ou tinha grande extensão e serve ou servia como unidade produtora de grande escala. Essas unidades eram ou são responsáveis pela contratação de grande número de trabalhadores, na sua maioria da própria localidade, que se deslocam por meios próprios, e residem dentro ou fora da propriedade, de acordo com as funções. Esses grandes produtores podiam ou não residir nas dependências de suas propriedades, a maioria residia fora, pois em algumas situações esse proprietário poderia não ser uma pessoa física, mas um grupo empresarial – a Fazenda Macacu já pertenceu ao grupo Bozzano Simonsen. Esta condição específica não faz parte do contexto social onde ocorreu o trabalho de campo, na maioria das situações vivenciadas a referência feita a ela se deu quase abstratamente, sem maiores reflexões sobre uma ação direta dos *grandes* naquele

contexto social. Geralmente, a alusão aos *grandes* se dava em contraste com os chamados *pequenos* daquela localidade, quando o *grande* aparecia, estava colocado em oposição ou em alguma outra condição distinta do *pequeno*, que poderia ser em relação ao aspecto econômico - com maior capacidade produtiva e com mais recursos para se reposicionar depois das desapropriações - ou ao aspecto político - com mais conhecimento e recursos para resistir a uma possível situação desvantajosa que surgisse no momento da desapropriação.

Pequeno produtor proprietário – pessoa cuja propriedade tinha ou tem alguma atividade produtiva, relativamente limitada, por questões técnicas ou pela extensão do terreno. Pequenos produtores agrícolas e pecuaristas que em alguns momentos podiam alternar o tempo destinado ao trabalho em atividades dentro do próprio sítio ou prestando serviço a algum outro proprietário. Geralmente, os pequenos residiam dentro do próprio sítio e gerenciavam de perto toda a atividade produtiva e poderiam ter auxílio da própria família nas diversas atividades desenvolvidas no interior da propriedade, ou mesmo contratar por tarefa trabalhadores locais. Algumas dessas propriedades ficaram isoladas ou tiveram cadeias produtivas desarticuladas, que se processavam em conjunto com outros pequenos produtores. Na produção de leite, que formava uma espécie de cooperativa, a viabilidade do negócio dependia do número de produtores, pois a venda e o transporte desse leite eram compartilhados, e com as desapropriações rompeu-se uma cadeia produtiva que ficou encarecida devido aos custos do transporte, que foram mantidos, mas passaram a ser divididos por um número menor de produtores. Os trabalhadores, constantemente, utilizavam o termo *sitiante* para fazer referência tanto aos *pequenos produtores proprietários* quanto para os *proprietários de sítios*, sem grandes distinções em relação à posição social deles. Eram os próprios *pequenos produtores* que insistiam em se distinguir de outros tipos de proprietários como *produtores*.

Proprietário de sítio ou sitiante – pessoa que tinha ou tem a propriedade apenas para fins residenciais, permanente ou sazonalmente, sem compromisso com a produção agrícola ou pecuarista, embora, em alguns casos, os próprios ou seus funcionários desenvolvessem alguma atividade voltada para o consumo interno. Estas propriedades se constituíam como importantes para a economia local, como contratadoras de mão de obra, tanto permanentes, para atividades domésticas, quanto provisórias, para a manutenção das casas e da área externa. A denominação *sitiante* utilizada pelos trabalhadores se aplicava com mais ênfase a essas

pessoas. A maioria dos que tiveram seus imóveis desapropriados estava nesta situação, de acordo com a empresa (PETROBRAS, 2007, p. 122).

Pequeno produtor não proprietário – produtor que não dispunha de terra própria para produzir, cuja atividade dependia do arrendamento da terra de outrem. Suas atividades, geralmente, eram assistidas por trabalhadores locais, contratados por tarefa ou por período, de acordo com a extensão da produção. Essas atividades eram quase todas ligadas à agricultura. Não tive conhecimento de arrendamento para a pecuária, embora essa possibilidade não possa ser descartada.

Trabalhador rural residente na propriedade – pessoa que trabalhava e residia na propriedade executando qualquer tipo de trabalho. Algumas dessas pessoas não possuíam residência própria e estão entre as mais atingidas pelos impactos das desapropriações, porque os valores recebidos pelas indenizações trabalhistas não foram suficientes para a aquisição de imóvel em condições imediatas de residir. Na carteira de trabalho, quando havia registro, estavam oficializados como trabalhadores domésticos, geralmente sob a denominação de “caseiro”, para o chefe da família, com os demais membros da família sem qualquer registro, em todos os casos encontrados durante a pesquisa, mesmo que tivessem atribuições trabalhistas no interior da propriedade. Após o pagamento das indenizações, era dado um prazo de 15 dias para desocupar o imóvel, que poderia ser prorrogado se o chefe da empresa de segurança contratada julgasse pertinente.

Um desses caseiros foi Victor, de 36 anos. Depois que o seu patrão recebeu a indenização e tirou os seus pertences, ele e a sua família continuaram residindo no imóvel até encontrarem um novo endereço, mas não conseguiram, mesmo depois de prorrogado seu prazo para desocupação. Sofrendo a ameaça de ter a casa onde estava morando demolida com seus pertences e sua família dentro, a solução encontrada por Victor foi se instalar na casa de seu sogro, juntamente com sua esposa e seus oito filhos, dividindo o espaço com outras três famílias e totalizando 16 crianças em um terreno de cerca de 400 metros quadrados em que se tinha uma casa de aproximadamente 200 metros quadrados.

Trabalhador rural não residente na propriedade – pessoas que apenas trabalhavam em propriedade específica, executando trabalhos agrícolas ou outros tipos de tarefas domésticas, como reparos em geral ou as mais diversas possíveis, residindo fora da propriedade onde trabalhavam. Poderiam ter vínculos formais ou informais com a propriedade na qual trabalhava. Estes também foram atingidos de forma significativa pelo empreendimento, porém

tiveram menos problemas com residência por já possuírem algum endereço constituído e uma rede social de relacionamentos mais extensa do que os outros que viviam dentro das propriedades. O problema que os trabalhadores informais mais reclamavam era a falta de uma indenização dentro do que prevê a legislação, pois, segundo a maioria deles, os valores recebidos estavam bem abaixo do que os registrados em carteira receberam, em comparação com o tempo proporcional de serviço.

Trabalhador prestador de serviço – pessoas que dependiam economicamente dos serviços oferecidos nas diversas propriedades, por grandes e pequenos produtores, pelos *proprietários de sítios* e arrendatários da região, não possuíam vínculo trabalhista com nenhuma delas, a maioria deles não tinham um único referencial de atividade e de propriedade para trabalhar. Essas pessoas foram, juntamente com os *trabalhadores residentes nas propriedades* que não possuíam residência própria, as que mais sofreram o impacto do processo, e ainda de forma mais acentuada porque não receberam indenização alguma, já que não tinham vínculos com nenhuma propriedade, contavam com a possibilidade de emprego depois da implantação do empreendimento, com seus habituais “biscates” e com os cursos e auxílio oferecidos pela Petrobras, quando conseguiam a inscrição. Com a desarticulação de um sistema que funcionava basicamente a partir dessas pequenas atividades, cujos principais executores eram esses *prestadores de serviço*, que gradualmente aumentava seu número, estas pessoas passaram a enfrentar a escassez de oferta de trabalho. Preferi esta denominação porque essas pessoas não desenvolviam apenas atividades ligadas à agricultura e à pecuária, mas também serviços domésticos diversos e de reparos em geral, de manutenção nas redes hidráulicas e de esgotos, até nas instalações elétricas. Quando perguntadas sobre o tipo de trabalho que faziam, diziam que faziam “biscates”, fosse realizando alguma atividade que exigisse algum conhecimento, como, por exemplo, nas instalações elétricas ou como pedreiros, fosse capinando alguma propriedade. O termo “biscate” era sinônimo de atividade avulsa, aquela que se faz sem vínculo trabalhista, formal ou informal, entre o *prestador de serviço* e quem o contratava para uma determinada tarefa, com isso, havia diversos níveis de “biscates”, do mais simples ao que exigia maior conhecimento. Os *prestadores de serviço* não constituem um grupo homogêneo, o que os conecta é versatilidade e o desejo de se adaptar às diversas situações que surgem no cotidiano.

Desta última categoria passaram a fazer parte muitos trabalhadores que perderam seus empregos após as desapropriações, alguns poucos compraram motocicletas e passaram a

oferecer transporte alternativo para os locais mais afastados das vias pavimentadas; outros, cujos recursos econômicos não permitiram seguir os mesmos passos dos anteriormente citados, procuravam alguma atividade nos arredores de onde moravam ou anteriormente trabalhavam, nas propriedades que não foram desapropriadas, que lhes garantisse alguma remuneração, ou, insistentemente, procuravam os escritórios das empresas prestadoras de serviço da Petrobras em busca de emprego. Um outro recurso do qual dispunham era esperar serem inscritos, os que ainda não haviam sido, nos cursos que a Petrobras oferecia e receber a ajuda de custo por um período de três meses.

Assim, aqui estão descritos os principais tipos locais de posições sociais verificadas durante o trabalho de campo que mantinham em funcionamento aquele sistema, os quais foram definidos a partir dos discursos dos informantes e como estes se viam em relação ao processo desencadeado pela instalação do COMPERJ.

As desapropriações e as alterações nas relações econômicas e sociais

Tratando com mais detalhes o significado desse rompimento, como colocado pelos informantes que se constituem como vizinhos do empreendimento, com o que foi possível apreender das reflexões elaboradas a esse respeito, a exploração um pouco detalhada disso é necessária. Contudo, a citação do problema não significa tomar as relações trabalhistas e o *modus operandi* dessa pequena economia como desejáveis ou ideais, mas partir do ponto de vista de quem vivenciou tal ruptura para possibilitar uma melhor compreensão daquilo que causou grandes discussões sobre o significado daquele empreendimento e qual a importância para aquela população dos cursos e do reflorestamento.

Assim como no trabalho de Sigaud (1986), no caso aqui analisado, a principal questão que se coloca é a influência que um empreendimento de grandes dimensões, sob iniciativa estatal, tem na vida da população que habita o local onde ele é implantado e as suas proximidades, cujo anúncio já foi suficiente para causar grandes alterações, como a interrupção de atividades produtivas e de projetos pessoais, onde as questões sociais são colocadas como secundárias e subordinadas à questão principal: a viabilidade econômica. Pela forma como são esboçados os primeiros passos do projeto do COMPERJ, a sensação de preterição em quem permaneceu nas suas imediações é a percepção que se mostra mais acentuada nos depoimentos. E ainda, o desejo dos trabalhadores de constituir o novo endereço o mais próximo possível de onde antes se vivia e trabalhava também está entre as

similaridades percebidas com os projetos hidrelétricos de Sobradinho e Machadinho, embora não se tenha na situação aqui tratada um referencial simbólico tão forte quanto um rio.

Entretanto, deixando de lado as semelhanças, entre os temas que são colocados por quem viu inicialmente o projeto do reflorestamento como a possibilidade de continuidade de um modo de vida existente, no momento mais recente, as reflexões estão mais relacionadas com essa ideia de desarticulação. Quando Patrícia, uma dona de casa de 32 anos, diz “não foi ruim a chegada da Petrobras, mas ficamos desempregados”, percebe-se que ao mesmo tempo em que ela atribui importância ao empreendimento aponta essa desarticulação por ele provocada.

Entre o momento da política de Reforma Agrária realizada na região de Sambaetiba na década de 1960 e o momento atual, a configuração social da região que teve a maior produção de cítricos do estado do Rio de Janeiro na década de 1970 sofreu significativas alterações. Algumas das propriedades em que se tinha considerável produção agrícola foram transformadas em espaços meramente residenciais, tendo como principal utilidade para seus proprietários a moradia permanente ou sazonal. O trabalho de Bastos (1977) faz uma análise dessas relações que compunham as perspectivas produtivas e as discussões que tomavam como ponto de partida a manutenção daquele sistema econômico, com as variações de posições sociais e com as disputas políticas que se reforçaram com a chegada de trabalhadores de outras partes do estado do Rio de Janeiro, incluindo a luta pela terra (*idem*, p. 36-37). Ao longo das três últimas décadas, as relações foram se transformando até sofrer em 2006 o ataque mais contundente: a divulgação oficial da desapropriação de uma extensa área, que alteraria significativamente as referências econômicas daquela região.

Em relação às características dos imóveis desapropriados divulgadas pela empresa, embora os números mencionados não nos possam dizer muito, pois poderiam ser pequenos lotes com construções, ao lado de umas poucas grandes propriedades produtivas, as informações obtidas durante a pesquisa confirmam uma tendência à descaracterização daquela região como área de produção rural, mesmo em se considerando as atividades das grandes propriedades e das pequenas, nas quais se desenvolviam atividades agrícolas e pecuaristas, produção de ovos e de leite, entre outros produtos²³. A maioria dos trabalhadores entrevistados não estava envolvida com atividades que possam ser consideradas de produção rural, mas exercendo atividades domésticas ou voltadas para a manutenção das residências localizadas no

²³ Cf. Apêndice 2.

interior das propriedades dos sitiantes. As atividades agrícolas ou pecuaristas entre esses trabalhadores, na maioria das vezes, eram serviços secundários, que se acumulavam com outra atividade, ao passo que os pequenos produtores trabalhavam com mão de obra familiar ou com número reduzido de trabalhadores, alguns contratados por tarefa ou sazonalmente.

À primeira vista, a situação encontrada nos primeiros momentos da pesquisa sugeria uma divisão de classes demarcada pela diferenciação entre produtores/proprietários e trabalhadores, suposição que era indicada pela forma que muitos trabalhadores reclamavam do posicionamento das associações de moradores, que estaria abaixo da expectativa deles, e pelos nomes das duas associações: A Associação de Pequenos Pecuaristas de Sambaetiba e a Associação de Moradores e Agropecuaristas do Alto do Jacu. Os termos *pecuaristas* e *agropecuaristas* presentes nos nomes oficiais remetem a meados da década de 1980, época em que elas foram criadas, ocasião em que se incentivava o fortalecimento dos movimentos sociais, no contexto da transição do regime político e discussões sobre a revisão constitucional.

No início da década de 1980, o governo federal incentivava as ações econômicas vinculadas ao melhoramento da educação no meio rural e a formação de instituições representativas que atuariam como receptoras de recursos financeiros da União, em sintonia com os governos estaduais. Em Sambaetiba houve apoio técnico, mantido pelo governo estadual, em alguns projetos, entre os quais a formação de uma pequena criação de caprinos, através do rodízio de cabras, que após dar cria eram transferidas de uma família para outra, ficando os filhotes com a família anterior, visando a formar pequenos negócios. Porém, algum tempo depois, o novo governo estadual, ao chamar de volta para suas secretarias os técnicos envolvidos nas atividades de apoio às populações, acabou desmobilizando aquele trabalho e o resultado foi a redução das atividades, e posteriormente também parando de chegar os recursos financeiros federais, que foram suficientes até para adquirir tratores e máquinas de grande porte. Ivone, que na época era professora de uma escola municipal localizada em Sambaetiba, recorda que participou de alguns desses projetos, em especial a organização e publicação de um trabalho de recuperação da memória da comunidade, composta por três livros, dentro do Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural (PRONASEC) que tinha a proposta de melhorar a qualidade da educação rural através de atividades que buscassem incentivar o fortalecimento das identidades locais, em 1982, no momento de transição do regime político.

A curiosidade sugerida pela denominação das duas associações, com a suposta divisão de classes e exclusão dos trabalhadores dos processos políticos locais, foi esclarecida através de alguns depoimentos. Na época da criação das associações, naquelas duas localidades, o grande referencial econômico ainda era a produção rural, incluindo os diversos tipos de trabalhadores, cujas ocupações também estavam orientadas nesse sentido, sem um grande apelo às atividades exclusivamente voltadas para trabalhos domésticos e de manutenção das propriedades que não tinham maiores envolvimento com a produção comercial. Foi essa descaracterização daquela localidade, como área de produção para uma área de residências com características rurais, iniciada a partir do início da década de 1990, que definiu a situação que à primeira vista parecia ter rígidas divisões de classe social. Com isso, aquelas duas instituições se mantiveram dentro de uma posição relativamente discreta e inserindo em suas bases representativas uma composição social que incorporou os sitiantes e demais tipos de moradores, além dos produtores e trabalhadores rurais já existentes.

Atualmente, olhando a composição dos arranjos sociais que se articulam em torno dessas duas associações, ficam perceptíveis dois tipos de ação política: a maior parte das pessoas que frequentavam a associação de moradores do Alto do Jacu é composta por antigos trabalhadores rurais que perderam suas ocupações com as desapropriações e procuravam soluções de curto prazo, entre estas o reflorestamento; enquanto as que procuram a associação de moradores de Sambaetiba são sitiantes e pequenos proprietários que tinham como projeto político a preservação de espaços de lazer e a perspectiva de uma mínima condição produtiva. O grupo do Alto do Jacu começou a se articular antes da ocorrência das desapropriações, ainda em 2007, e contava com a mediação da associação de moradores no encaminhamento para o curso e perspectiva de trabalho no reflorestamento; tendo o grupo de Sambaetiba pensado em algum tipo de articulação quando o projeto do COMPERJ começou a anexar ao patrimônio da Petrobras os espaços de lazer do bairro, cujas repercussões deixavam vulnerável o conjunto de relações sociais que havia restado, consolidando-se no quarto trimestre de 2008. Assim, fica denotada uma perda de referencial ocupacional mais acentuada no Alto do Jacu do que em Sambaetiba e uma condição socioeconômica superior neste último bairro em relação ao primeiro.

Desde o início do processo, a associação do Alto do Jacu era vista como um ponto de referência, tanto pelos trabalhadores quanto pela Petrobras, quando aquela associação serviu como local de reuniões entre a empresa e a população, além ter ficado com a incumbência de

preencher um cadastro de trabalhadores para ser encaminhado para as empresas auxiliares, ao passo que o grupo de Sambaetiba só conseguiu se organizar quando, através de processo eleitoral, afastou a antiga diretoria que havia deixado a associação praticamente inativa nos últimos anos, depois de uma acirrada disputa.

Após um período de discreta atividade, a partir do segundo semestre de 2008, a associação de moradores de Sambaetiba passou a ser vista como um objeto de disputa entre um grupo formado por sitiantes, moradores de Sambaetiba e pequenos produtores e outro formado por integrantes da antiga diretoria, composto principalmente por moradores de Sambaetiba e Alto do Jacu que tinham relações com as disputas político-partidárias no município. O primeiro grupo tentava se organizar e assumir a direção, procurando posicionar a associação como um instrumento de reivindicação diante das sucessivas perdas decorrentes das desapropriações, principalmente aquelas relacionadas com a redução dos espaços de lazer do bairro, como um campo de futebol e uma área livre que havia em torno de uma capela dedicada a Santo Antônio, enquanto o segundo procurava viabilizar tais pleitos com a perspectiva de transformá-la em uma espécie de segmento articulado dos interesses dos grupos político-partidários que desejava manter algumas áreas de influência naquela localidade que fosse legitimada pelas associações de moradores.

A antiga diretoria ameaçou solicitar o cancelamento do registro formal da associação se o grupo que tentavam assumir o controle não resolvesse rapidamente o processo eleitoral, situação que foi resolvida no final de novembro de 2008, quando foi composta uma chapa às pressas. Até a véspera do último dia definido para apresentação de chapas só havia uma concorrendo, mas no último dia, alguns remanescentes da antiga diretoria com outros nomes novos formaram uma chapa para fazer oposição, além de providenciar a inscrição de diversos trabalhadores de Sambaetiba e Alto do Jacu, que se constituíam como votantes, e fornecer transporte no dia das eleições para quem residisse mais distante. Essa forma de agir gerou uma série de discussões sobre a legitimidade do processo eleitoral, já que o pessoal residente no Alto do Jacu possuía a sua associação, embora ela estivesse passando por problemas depois que o seu presidente deixou de comparecer aos sábados para mantê-la aberta como era de costume, deixando o prédio fechado por longos períodos. Apesar disso, o grupo que representava a continuidade foi vencido pelo outro que se apresentava como “a chapa da mudança”.

Com isso, as associações que tinham trajetórias discretas se transformaram em espaços de disputas, ficando submetidas a diversos tipos de interesses e oscilando momentos de efervescência com outros de retorno à apatia habitual. Desse modo, percebe-se que as mudanças que ocorreram em função das desapropriações foram além de uma simples transferência de patrimônio, implicando significativas mudanças nas relações sociais.

Entre as diversas perdas apontadas pelos trabalhadores também está a pequena escola que era mantida no Alto do Jacu por um sitiante e foi desativada depois que o local onde ela funcionava foi indenizado pela Petrobras. Algumas pessoas dizem que ouviram de funcionários da Petrobras que seria pensada uma forma de substituí-la por outra similar, mas tal ideia ficou apenas nos planos, nunca foi posta em prática.

Das quatro escolas municipais anteriormente existentes entre os bairros de Sambaetiba e Alto do Jacu, restaram duas. Entre as que foram desativas, segundo a Prefeitura, por falta de alunos depois das desapropriações, uma delas, que já foi dirigida por Ivone, levava o nome do Coronel Ernesto Júlio Rodrigues que teria se instalado em Sambaetiba ainda na primeira metade do século XX, sem data precisa, e tornou-se proprietário de grande extensão territorial através de usucapião, que na década de 1960 seria desapropriada, quando o coronel já havia abandonado a área, em prol de uma política de reforma agrária, sendo mantida a casa principal como sede do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que em 1970 se transformaria no Instituto Nacional para Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esta mesma casa serviu como residência para Ivone durante boa parte do tempo em que residiu em Sambaetiba.

Algo interessante a se observar está relacionado com a política de reforma agrária que havia sido implantada naquela região na década de 1960, que depois de quatro décadas, teve um desfecho que implicitamente sugeria que se desejava romper com uma época, sob a condução do mesmo Governo Federal que a havia realizado no passado. As atividades chamadas, *grosso modo*, de rurais passaram a ser associadas a um período da história daquela localidade com o qual se desejava romper. Naquele momento os remanescentes do antigo sistema precisavam traçar novas estratégias, além das tantas que lhes permitiram manter durante quatro décadas algumas atividades, em alguns momentos de forma bastante precária.

De acordo com informações obtidas no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Itaboraí, na segunda metade da década de 1960 foram fragmentadas 28 propriedades e entregues aos assentados. Dessas propriedades, algumas se mantiveram até o momento mais recente como unidades produtoras, como a da família de Bruno, de 31 anos, pequeno produtor de leite. Da

terceira geração de pequenos produtores, Bruno nasceu e cresceu em Sambaetiba, sendo um dos responsáveis pela conservação da condição de bacia leiteira de Sambaetiba, cuja manutenção era realizada pelo grupo de produtores que negociava coletivamente a comercialização do produto, algo que foi profundamente atingido pelas desapropriações. Segundo ele, produzia-se em torno de dois mil litros diariamente, volume que era acondicionado em um recipiente com refrigeração e conduzido até os locais de comercialização por transporte custeado pelo conjunto de produtores.

A produção individual diária da família de Bruno, até o primeiro semestre de 2008, era de aproximadamente 80 litros, por isso, transportá-la sem a parceria dos outros produtores que tiveram seus imóveis desapropriados representaria um alto custo. Naquele momento, a solução mais rápida encontrada foi a entrega feita por ele mesmo com uma motocicleta, que foi várias vezes interceptada pela Polícia Militar, quando trafegava pela rodovia, tendo contornado a situação porque conhecia alguns policiais que trabalhavam naquele posto policial e alguns eram donos de sítios próximos ao da sua família.

Bruno ainda lembra que seu avô, o precursor, quando soube que vários dos seus vizinhos teriam os imóveis desapropriados e temendo pelo futuro do negócio de sua família, na mesma época em que descobriu a existência de um câncer em seu organismo, entrou em depressão e perdeu a voz nos últimos seis meses de vida. Ele ainda recorda que, apesar do trabalho familiar que mantinha com seus irmãos na propriedade de sua família, havia algumas pessoas que eram solicitadas para alguns trabalhos, como a manutenção das instalações onde os animais ficavam abrigados e da propriedade como um todo, que passaram a não ter os serviços demandados porque os custos operacionais da sua produção subiram consideravelmente.

Outra família que esteve entre as assentadas foi a de André, de 43 anos, casado e com três filhos com idade entre 15 e 18 anos. Ele lembra que no final de década de 1980 teria surgido uma especulação sobre um possível confisco pelo Banco do Brasil daquelas propriedades cujos proprietários estivessem em débito com aquela instituição, o que teria propiciado a venda de algumas propriedades pelos primeiros assentados pelo IBRA para aqueles que viriam a se tornar os sitiantes. A partir da década de 1990, segundo Ivone, a região passou por uma significativa descaracterização em relação aos donos das terras: os assentados foram gradativamente vendendo as propriedades para aqueles que se tornariam os sitiantes, até haver uma expressiva mudança no perfil socioeconômico da região, embora alguns

proprietários tivessem voltado posteriormente como trabalhadores ou arrendatários, como Saulo.

Natural de Miracena-RJ, Saulo, de 66 anos, foi um daqueles assentados. Durante os quase 50 anos que vive entre Porto das Caixas e Alto do Jacu, ele esteve na condição de produtor rural, embora tenha se desfeito de sua propriedade quando se divorciou do primeiro casamento, no início da década de 1980, passando a arrendar para produzir. Ele lembra que não adquiriu mais terras porque não era viável tê-las, sendo preferível arrendar a ser proprietário de algo que tem um custo, já que ser o proprietário significava ter condições de assumir riscos sobre a totalidade da produção e das atividades secundárias que subjazem às relações de produção. A manutenção de uma situação de arrendamento, mesmo com reduzidos índices de retorno financeiro, era ainda vantajosa dentro de um quadro de pouco apoio técnico ao pequeno produtor e pela experiência de alguns conhecidos seus, que, em função dos empréstimos bancários, tiveram grandes perdas materiais e sociais. Ou seja, a terra como patrimônio não era contabilizada apenas pelo aspecto material, mas por um conjunto de fatores a ela ligados responsáveis pelo seu valor contextual.

Naqueles primeiros momentos, logo após a efetivação dos assentamentos, ele disse que algumas pessoas que receberam terras não davam a menor importância ao patrimônio, em algumas situações o empregado que ficava cuidando das terras as vendia sem qualquer participação do verdadeiro dono, além daquelas pessoas que ficaram endividadas com o Banco do Brasil, e o caminho encontrado era o abandono ou venda da terra. “Para quem entendia de terra era melhor arrendar do que comprar”, disse ele.

Diante de alguns problemas relacionados com a agricultura, ele resolveu investir na criação de minhocas. Essa ideia, segundo ele, surgiu como uma atividade alternativa quando a agricultura passou a representar um risco. Constantemente, ele citava o início de sua trajetória com as minhocas, mencionando que fez seu primeiro investimento de dez quilos, a 63 dólares cada quilo, depois de saber da existência de um espanhol que criava minhocas para vender o húmus em sítio próximo ao local onde vivia, adquirindo suas primeiras minhocas com esse espanhol. Ele lembra que foi seu conhecimento acumulado que possibilitou estar em condições melhores do que alguns de seus vizinhos e amigos depois de consumadas as desapropriações.

A criação de minhocas embora pareça relativamente simples, exige alguns cuidados básicos: não deixá-las em contato direto com o solo, para não penetrarem a terra e escaparem, mantê-las constantemente alimentadas, na criação dele a alimentação é feita com fezes de gado

e cavalo que Saulo consegue recolher nos pastos, que vão ficando cada vez mais escassas devido às desapropriações e às repercussões do COMPERJ, e em condições de umidade que ele controla com a água que joga sobre o criadouro e com a cobertura feita por lonas, protegendo do excesso provocado pela chuva ou da evaporação provocada pelo sol.

Em relação ao COMPERJ e às suas repercussões mais próximas, ele analisa pela visão de alguém “com experiência de vida”, nas suas próprias palavras, como previsível toda a desarticulação e situação de desemprego naquela região, pois, de antemão já tinha uma rápida ideia do que poderia acontecer em relação à escassez de empregos. No que se refere ao futuro, Saulo acredita que todos irão se empregar de alguma forma, inclusive as pessoas de cidades vizinhas. Sobre os problemas urbanos, ele acha que se o problema chamado de “favelização” já existe em outros lugares, não será esse um privilégio de Itaboraí não tê-lo, por isso se o problema estiver perto ou distante de Itaboraí pouco importa.

Em outro depoimento, do antigo administrador da propriedade conhecida como “Fazenda da Macumba”, que também é o presidente da associação de moradores do Alto do Jacu, também é citado o problema da escassez de atividades provocada pelas desapropriações. Ele lembra que durante os 18 anos que morou e trabalhou em tal propriedade o seu antigo patrão deu emprego a muitas pessoas da localidade e gerou renda, considerando-a como uma das propriedades que mais oferecia trabalho, principalmente na manutenção das construções existentes dedicadas aos orixás. Essa denominação foi dada em referência às atividades religiosas realizadas naquela propriedade e pela existência de uma extensa área reservada às amplas edificações dedicadas as orixás.

Outro entrevistado que fez comentário a respeito da escassez de atividades foi Daniel, de 43 anos, casado e com cinco filhos. Tendo como referencial de residência o bairro do Alto do Jacu desde que nasceu, ele já viveu no interior do estado de São Paulo trabalhando na agricultura durante dez anos, a partir do início da década de 1990, retornando há poucos anos para o local onde nasceu. Contrastando o momento mais recente com o anterior, ele citou que as empresas envolvidas com as obras do COMPERJ estavam se recusando a empregar pessoas com idade superior a 40 anos CONCREMAT, embora a associação de moradores do Alto do Jacu estivesse levando ao conhecimento da Petrobras essa situação e solicitando um posicionamento da petrolífera a esse respeito. “O difícil é manter os armários com comida. A mulher pode até não falar, porque ela sabe que não é culpa sua, mas a família fica triste quando não tem aquilo que está acostumada”. Ele ainda lembrou que tem conseguido

administrar o problema porque ainda tem crédito com alguns comerciantes, pagando posteriormente quando consegue algum “biscate”, o que tem sido facilitado, em comparação com outros moradores da localidade, pelo fato de ter uma motocicleta que lhe permite ir mais distante do seu habitual espaço de referência social procurar esses “biscates”.

Entre os depoimentos que enfatizam as perdas está o de Moisés, de 44 anos, residente no Alto do Jacu. Sobre as mudanças que ocorreram em sua vida em função do projeto do COMPERJ, ele diz que perdeu parte do referencial social, como ser reconhecido no local onde vive como um trabalhador competente que refletia na sua estima social, entre outras coisas, contrastando o momento atual com o passado. Sobre o papel social do caseiro, condição que possuía, ele recorda que como administrador do imóvel ele era o elo entre o patrão e os empregados, função que lhe assegurava certas prerrogativas, como o assessoramento em todas as decisões do proprietário relacionadas com o sítio, principalmente em relação a trabalhadores. No entanto, ele lembra que o convívio com o ex-patrão nem sempre foi uma “relação de amigos”, como ocorria no período mais recente, pois já fora advertido sobre a necessidade de sua permanência no sítio durante os finais de semana porque era quando o patrão mais necessitava de sua presença.

Embora Moisés reconhecesse as dificuldades do trabalho nos sítios, devido à grande quantidade de serviços braçais, ele destacava a importância do papel dos sítiantes naquele contexto, pois eles eram os principais responsáveis pela manutenção de uma pequena economia que girava, principalmente, em torno dos sítios residenciais. Pela sua observação, aquelas propriedades conseguiam oferecer a maior quantidade de atividades remuneradas na localidade, que por sua vez incentivavam os pequenos comércios locais e permitiam a muitas pessoas trabalharem próximas às suas casas sem a necessidade de se deslocarem até o comércio do centro da cidade.

Ainda dentro dessa perspectiva de rompimento, Ricardo, de 50 anos, residente no Alto do Jacu, diz o seguinte: “depois que a Petrobras chegou eu vendi meu cavalo, as minhas vacas e um pedaço do meu terreno e estou quase vendendo minha moto para poder alimentar minha família, mas como é que eu vou brigar com a terceira maior empresa da América Latina sozinho? O pessoal fica com medo de fazer um protesto e arrumar problema com a empresa”.

Relembrando o passado, ele se classificava como um trabalhador dinâmico, que trabalhava tanto limpando plantações e capinando quanto com eletricidade e serviços de pedreiro, sendo a esta última dada mais ênfase, insistindo em mostrar as paredes da sua casa

que foi construída por ele mesmo, para comprovar sua perícia – embora a aparência não sugerisse toda a perícia que ele julgava ter. Ele diz que já foi várias vezes aos escritórios das empresas envolvidas com as obras tentando se cadastrar para algum emprego que poderia surgir, mas nunca recebeu qualquer retorno.

Certa vez o encontrei em frente à sua casa tentando consertar um controle remoto do vídeo game dos seus filhos, que ele disse ser um substituto de presente para o dia das crianças, já que não tinha conseguido comprar um presente novo, lamentando por tudo o que havia perdido e projetando perdas para o futuro: “eles [da Petrobras] nos vão dando esses *cala-bocas* [os cursos de reflorestamento e artesanato e o programa de alfabetização] para evitar denegrir a imagem da empresa. Eu já estou com 50 anos, como vão deixar de empregar um garoto de 20 anos para me dar o emprego? Será que a empresa não pensa no nosso lado?”, observando que a muitas das propriedades em que normalmente ele trabalhava como pedreiro foram desapropriadas ou negociadas pelos proprietários que procuraram aproveitar o momento de especulação imobiliária, o que acabou deixando até mesmo aquelas que não foram desapropriadas temporariamente inativas.

Postura semelhante à de Ricardo é assumida por Francisco, de 38 anos, morador do Alto do Jacu, casado e com dois filhos com idades de 16 e 20 anos. Ele fez uma observação sobre uma suposta passividade dos moradores locais em condições semelhantes à sua, em relação ao momento de escassez de trabalhos remunerados: “tentei juntar um grupo para fazer um protesto lá na Petrobras, mas ninguém quis ir comigo e eu desisti, porque o pessoal tem medo de ficar ‘marcado’, como causador de confusão” e, conseqüentemente, ter dificuldade para conseguir emprego em alguma das empresas que prestam serviço a Petrobras.

Comparando o momento anterior às desapropriações com o mais recente, Francisco diz que “perdeu a liberdade”, concebendo liberdade como a perspectiva de planejamento e alguma previsibilidade. Ele conseguiu construir aos poucos uma casa, enquanto trabalhava no sítio que foi desapropriado, o que lhe teria assegurado certa tranquilidade quando ficou desempregado, porque não precisou construir às pressas uma nova casa para sua família, lembrando que na condição de caseiro não era dono de coisa alguma, mas tinha a possibilidade de se alimentar de tudo que havia no sítio onde morava – ovos, leite, aves, frutas e legumes -, algo que não era contabilizado formalmente como remuneração, mas a complementava significativamente. Pela sua projeção, a situação de desemprego só irá se reverter no longo prazo, o que acarretará um longo tempo para recuperar a sua “liberdade” perdida.

Essa suposição sobre a reversão da situação dos empregos apenas no longo prazo também é compartilhada por Paulo, de 34 anos. Antes da desapropriação do sítio onde trabalhava, ele, sua esposa e seus três filhos moravam na propriedade onde trabalhava como caseiro. Natural de Pernambuco, Paulo chegou ao local em 1997 através de uma irmã sua que residia em Sambaetiba, tendo permanecido trabalhando naquela propriedade até a efetivação da desapropriação desde que chegou, embora só tenha recebido como indenização o equivalente aos dois últimos anos, pois, já havia recebido certo valor, que não correspondia ao valor integral, referente ao período anterior quando o sítio mudou de proprietário.

Ao falar sobre o envio de currículo para as empresas instaladas no centro da cidade, como lhe foi sugerido pelo pessoal da empresa que ministrou o curso de reflorestamento, ou procurar emprego naquelas instaladas na localidade, cujas funções que estão acessíveis aos moradores locais são a de sinalizador, em que o trabalhador fica posicionado em alguns pontos das estradas, principalmente nas curvas acentuadas, para evitar colisões, e de controlador de entrada e saída dos veículos envolvidos com as obras, Paulo se mostrou pessimista. Em relação à possibilidade de contratação por alguma empresa, ele admite uma desvantagem sua em comparação com outros concorrentes, no que se refere à escolaridade, dedução que chegou a partir da experiência de ir regularmente aos escritórios das empresas e verificar pessoas de fora ocupando as vagas, enquanto ele e algumas outras pessoas da localidade, com apenas as duas ou três primeiras séries do ensino fundamental concluídas, nada conseguiam.

Na fala de Júlio, de 35 anos, ele lembra que retornou aos estudos, reiniciando a sexta série do ensino fundamental, de onde havia parado há alguns anos atrás, depois que foi alertado por seu antigo patrão, pouco antes da desapropriação do sítio onde ele trabalhava, a respeito da necessidade de se preparar para o momento futuro. Nascido em Sambaetiba e morando atualmente em Agro Brasil, ele trabalhava e morava em um sítio localizado no Alto do Jacu até este ser desapropriado, sendo o responsável por tudo o que ocorria na ausência de seu patrão, na condição de caseiro. Trabalhando desde os 12 anos e criado apenas pela mãe, ele recorda que passou por algumas dificuldades ao longo da sua trajetória e teve uma “vida desregrada”, passando a ter uma vida mais calma depois que parou de consumir bebidas alcoólicas e entrou para a igreja Assembleia de Deus. Ele ainda lembra que foi zombado quando foi procurar emprego, logo depois que ficou desempregado, quando foi visto o registro em sua carteira de trabalho com a ocupação “caseiro”, tendo ouvido que aquela ocupação não existia e que tal inscrição era uma estratégia do empregador para se livrar de obrigações

trabalhistas, já que os trabalhadores rurais dispõem de mais direitos prescritos na legislação do que os trabalhadores domésticos, como o registro “caseiro” sugere, diante disso ele resolveu rasgar e jogar fora a carteira de trabalho.

Sobre o seu primeiro patrão, com o qual começou a trabalhar com 12 anos, ele recorda que esteve durante cinco anos trabalhando informalmente em sua propriedade até ser despedido. Depois que deixou o local onde trabalhava, por uma questão de honra, ele preferiu não reivindicar por meio judicial todos os seus direitos trabalhistas, simplesmente para não cumprir uma aposta de um funcionário do Sindicato de Trabalhadores Rurais, que havia dito ao seu patrão que ele o acionaria na justiça tão logo fosse despedido.

A respeito da relação com o seu último patrão, depois do rompimento do vínculo trabalhista, ele diz que não sente vergonha em lhe pedir ajuda financeira quando necessita, pois, tinham uma “relação de amizade”, embora recorde que no início a relação foi estritamente formal, quando trabalhava praticamente sozinho, e só recebia auxílio de algum trabalhador temporário esporadicamente, se surgisse algo fora do habitual. No início recebia uma extensa lista de serviços que cumpria com muita dificuldade, mas com o tempo o patrão foi se tornando um “amigo” e ficando mais flexível. Para ele o sítio era como uma prisão, trabalhava-se muito de segunda a sexta-feira, e nos finais de semana o patrão chegava e exigia a presença do funcionário: “O caseiro não tinha direito a nada”. Apesar dos problemas resultantes da chegada da Petrobras, Júlio diz estar com uma “sensação de liberdade”, que se instala com a nova perspectiva nas relações de trabalho, baseadas não mais no aspecto pessoal, mas na capacidade de cada um ser o que bem entender, desde que cumpra com seus deveres de trabalhador e seja competente. Ele aposta na Indústria Naval, pois procurou cursos que o habilitem a trabalhar nos estaleiros localizados em Niterói-RJ, sob orientação de seu antigo patrão e da promessa deste em lhe assessorar financeiramente se for necessário.

Para Carlos, de 49 anos, o proprietário de um pequeno comércio, que antes da chegada da Petrobras também executava trabalhos de pedreiro na região entre Sambaetiba e Alto do Jacu, sair de uma condição de posseiro e se transformar em proprietário de outro terreno, adquirido com o dinheiro recebido pela indenização de sua antiga residência, foi algo benéfico na sua visão, embora a sua decisão de ir morar no Alto do Jacu tenha lhe custado uma significativa perda no seu comércio. Ele reconhece que esperava pelo reflorestamento, por isso teria optado pelo Alto do Jacu e não por Agro Brasil, como fez a maioria dos seus clientes, imaginando que aumentaria o movimento de seu bar quanto mais se aproximasse do terreno do

COMPERJ, pois imaginava que o reflorestamento seria iniciado juntamente com a terraplenagem.

Ele lembra que esperava por uma simples alteração no modelo econômico local, no qual as atividades habituais seriam substituídas pela plantação de espécies nativas da Mata Atlântica, de acordo com o que chegou ao seu conhecimento sobre o projeto do reflorestamento, e as demais características locais seriam mantidas. Entretanto, como observou ele, o processo foi mais acentuado do que ele e outros trabalhadores em condições semelhantes à sua imaginaram.

Desse modo, com a transformação daquilo que Elias (2001) chamou de *figuração*, situação que se caracteriza pelas relações simultâneas entre os diversos atores sociais, o arranjo existente entre os diversos tipos de trabalhadores, sítiantes e pequenos produtores para outra *figuração* que modificava significativamente as distinções sociais, alterando as múltiplas relações remanescentes daquele antigo sistema que foi desarticulado pelas desapropriações, gerou vários problemas. A interação que se processava baseada na manutenção das características rurais da região deixou de ter tal referencial heurístico nas relações sociais e não se conseguiu identificar em que medida a Petrobras representaria a substituição de certos atores que foram afastados pelas desapropriações, como os grandes e pequenos produtores e sítiantes. Sabia-se que as coisas haviam mudado, mas não se tinha com clareza a nova forma dessa nova *figuração*.

Quando se anunciou o reflorestamento em torno de toda a área industrial, cuja mão de obra a ser empregada seria da própria região, aproveitando a tradição agrícola local, deu-se a entender que as referências sociais para os trabalhadores seriam pouco alteradas, o que pode ter provocado um movimento de retração das tendências que poderiam ser expansivas. Ou seja, alguns trabalhadores dizem que teriam fixado residência em outra localidade se tivessem alguma ideia sobre os planos da empresa a respeito do reflorestamento, além daqueles, como Victor, que saíram da localidade acompanhando os antigos patrões, mas voltaram porque esperavam que o curso e o reflorestamento assegurariam uma condição trabalhista superior àquela que possuíam.

A proposta que inicialmente pareceu interessante para os trabalhadores, na medida em que o tempo foi passando, foi se mostrando cada vez menos vantajosa. O rumo que estava sendo percorrido não seguia exatamente na direção da simples transferência de patrimônio, na qual se trocava apenas os proprietários dos terrenos, concentrando-os sob o controle de um só

proprietário toda a área que antes pertencera a quase 200 pessoas. Apesar das significativas mudanças nas relações trabalhistas que ocorreriam, o reflorestamento possibilitaria a continuidade de um *modo de vida*, porém, a sua materialização foi se transformando em um sonho cada vez mais distante e difícil de ser atingido, quando ele foi adiado continuamente.

A partir do segundo semestre de 2006, os empregos e atividades remuneradas habituais foram desaparecendo, na proporção em que as atividades foram reduzidas ou extintas nos imóveis localizados no interior da área definida pelo Decreto de desapropriação e nos outros cujos proprietários queriam aproveitar o momento de especulação imobiliária para obter vantagens financeiras, além daquelas propriedades que funcionavam em sintonia e complementaridade, como foi o caso dos produtores de leite. Essa situação foi ficando mais acentuada ao longo do tempo, pois, quanto mais propriedades eram negociadas tanto mais complicada era a situação de quem permanecia residindo na periferia do terreno do COMPERJ, por opção ou pela falta dela. Oficialmente, só em 31 de março de 2008 foram iniciadas as obras de terraplenagem do empreendimento, com previsão inicial de quatorze meses, para só depois ser pensado o reflorestamento.

Com isso, terão se passado, pelo menos, três anos entre o início de tudo e a possibilidade de concretização da ideia inicial: a efetivação da relação materializada no reflorestamento. Durante esse tempo, as pessoas procuraram trabalho nas empresas que compõem o Consórcio Terraplenagem Comperj (CTC); nas propriedades que restaram próximo ao local onde moram, com distâncias relativamente próximas; pleiteando uma vaga em algum dos cursos oferecidos pela Petrobras, enquanto eles estavam em atividade no ano de 2008; contando com auxílio financeiro oferecido por candidatos a cargos políticos nas eleições municipais de 2008; ou simplesmente recorrendo aos parentes e amigos quando não havia a possibilidade de estarem em alguma das situações anteriormente citadas.

Dessa forma, a desarticulação dessas relações econômicas também teve consequências nas relações sociais compreendidas de um modo mais amplo, alterando afinidades e distinções que se amparavam em uma tradição rural daquela localidade. Como já mencionado anteriormente, a ideia dessa abordagem não é defender, valorizar ou sugerir que as relações trabalhistas fossem ideais, mas, sobretudo, mostrar o rompimento de toda uma rede de relações que deixou um vazio entre o passado e o “futuro promissor” que fora anunciado para chegar juntamente com o empreendimento.

As diversas faces do empreendimento

A conclusão de um estudo paralelamente realizado nas cinco cidades fluminenses que disputavam o COMPERJ, cujo desfecho foi a definição da região ao norte da cidade de Itaboraí, ratificado pela assinatura do Decreto Presidencial s/nº de 13 de junho de 2006, deu-se após uma intensa atividade de pesquisa, que incluía fotografias aéreas, feitas por barulhentos aviões que realizavam voos frequentes sobre as áreas pretendidas, e demais trabalhos de recenseamento e investigações socioeconômicas. Além de toda a propaganda em torno do “progresso que finalmente chegava” a Itaboraí após a confirmação do local, como tratado pelo trabalho de Santos (2006), começaram a chegar as primeiras empresas prestadoras de serviço, que passavam a representar formalmente a Petrobras.

A Petrobras, mediada pelas empresas contratadas para tarefas específicas, apresentava o projeto do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro com múltiplas faces. A Engefoto, a Cena Brasileira, a Atnas Engenharia, o Instituto Nacional de Tecnologia e Uso Sustentável (INNATUS), o Consórcio Terraplenagem Comperj (CTC), a construtora Mello Júnior e a CONCREMAT eram, a princípio, o que se tinha como Petrobras. Ou seja, uma variação de faces que mostrava a complexidade e a proporção do projeto e, simultaneamente, indicava a possibilidade de múltiplas formas de interação e evidenciava a dificuldade de localizar a essência do processo.

Destas citadas, a Engefoto foi a mais incisiva, em relação ao modo de agir, sem fornecer informações sobre suas pretensões e de quem a havia contratado, de acordo com os depoimentos, e a primeira a representar aquele emaranhado de formas. Com representações em Curitiba-PR e São Paulo-SP esta empresa cuidou do que pode ser tido como a primeira fase do processo, sendo a responsável pelo levantamento topográfico da região que posteriormente seria a escolhida como ideal para receber o projeto do COMPERJ. As ações dos seus funcionários foram tidas como causadoras dos primeiros atritos entre o que se mostrava como Petrobras e os diversos moradores da área que viria a ser desapropriada em junho de 2006, quando realizavam constantes pedidos de entrada nas propriedades sem fornecer muitas explicações sobre a razão para estar ali, por não possuí-las ou por não ter a devida autorização para fornecê-las, já que a Petrobras exige discrição das empresas prestadoras de serviço.

A próxima empresa foi a Cena Brasileira, responsável pelo primeiro contato formal da Petrobras com a população, cujo trabalho era realizar o levantamento do número de pessoas a

serem deslocadas com as desapropriações, em algumas situações por amostragem, e dar explicações básicas sobre o projeto, com a recomendação de contornar a má impressão deixada pela sua antecessora, de acordo com informações concedidas por um de seus funcionários. Esta empresa cuidou de uma parte importante do processo: a formalização, autorizada, do desejo da Petrobras em contar com a mão de obra disponível naquela região que seria desmobilizada das suas atividades habituais pelo projeto do COMPERJ, em cujo aproveitamento haveria algumas alterações nas relações trabalhistas, trabalhando-se totalmente legalizado, em contraste com momento anterior, porém, sem alterar de forma significativa um dos referenciais ocupacionais locais, da agricultura para o plantio de espécies nativas da Mata Atlântica. A ideia de utilizar aquele contingente no reflorestamento era o anúncio dos “novos tempos” e o esboço de uma relação entre a petrolífera e sua vizinhança.

Além dessas empresas, a CONCREMAT foi a responsável pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA), que gerou o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), como prevê a legislação, como passo inicial para dar início ao processo de licenciamento pelos órgãos estaduais - no caso do Rio de Janeiro é a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) -, para subsidiar as autoridades públicas na tomada de decisão. A CONCREMAT, que atualmente é um conglomerado de empresas que atuam em várias áreas ligadas à construção civil, surgiu como produtora de cimento em Brasília-DF durante a construção da atual capital federal, segundo informações disponíveis no sítio do grupo²⁴. A versão final da proposta de licenciamento deu entrada na FEEMA em outubro de 2007, em cerimônia pública na sede da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), na gestão do Secretário Estadual de Meio Ambiente Carlos Minc, que no ano seguinte seria escolhido para o Ministério do Meio Ambiente, após receber publicamente os cumprimentos do Presidente da República por seu empenho no licenciamento ambiental das obras do COMPERJ.

Entre as atribuições da CONCREMAT também estava a reciclagem de todo o material da demolição das construções existentes no interior do terreno cuja demolição foi autorizada, as demais protegidas pelas leis de preservação do patrimônio histórico serão mantidas e restauradas, quando for o caso. Esses resíduos eram separados pelo tipo de material – madeira; plásticos; vidros; ferragens; tijolos, telhas e concreto – e retirados do interior do terreno sob o argumento de que seriam enviados para a reciclagem, a ser processada por alguma das

²⁴ Disponível em: < <http://www.concremat.com.br>>. Acesso em: 16 de agosto de 2008.

empresas do grupo. Esta empresa, embora em número reduzido, chegou a dar emprego a pessoas do local, sendo a primeira experiência de emprego relacionada com a Petrobras.

Paralelamente ao trabalho da CONCREMAT, a construtora Mello Júnior, sediada no centro da cidade do Rio de Janeiro, realizava as demolições e cuidava da limpeza no interior do terreno do COMPERJ. Em agosto de 2008, antes desta construtora deixar o trabalho para o qual foi contratada sem concluí-lo, sem fazer qualquer depósito referente às obrigações legais do empregador para as quais são debitados valores nas folhas de pagamento dos trabalhadores, sem pagar os salários dos dois últimos meses e sem fechar os registros nas carteiras de trabalho de seus empregados, entre os quais vários moradores locais - o que os deixava, inclusive, impossibilitados de procurar novo emprego, porque nas carteiras continuava constando o vínculo empregatício com a construtora -, ficando em atividade por pouco mais de um ano. A respeito da situação dos trabalhadores, Carlos, o mesmo comerciante que disse ter se instalado no Alto do Jacu porque esperava pelo reflorestamento, emitiu a seguinte sentença: “a Petrobras não podia deixar que isso acontecesse, por que ela é uma *empresa nova no local*, isso não é bom para uma empresa que chega. A Mello Júnior está trabalhando para a Petrobras, por isso ela é responsável até pelos salários atrasados”.

A observação de Carlos sobre a responsabilidade da Petrobras, dizendo que era uma *empresa nova no local*, estava baseada no modo de agir local tradicional, a uma época em que as pessoas compartilhavam as experiências nas relações trabalhistas, entre outras situações, e definiam quais proprietários seriam bons ou maus patrões para futuras situações de contratação de mão de obra. Dentro daquilo que Weber (1979) chamou de *dominação tradicional*, na qual as pessoas acatam as normas baseadas na tradição e na perspectiva de continuidade de um sistema de referências comportamentais que explica, em princípio, a sua razão de ser na observância do que lhes já é habitual, Carlos tomava como referência um modo de vida, pelo menos nas relações trabalhistas, principalmente em relação às ações do empregador, em via de extinção. Nos seus 49 anos vividos naquele local ainda não havia presenciado situação parecida com aquela, em que um empregador, mesmo o sendo indiretamente, e tendo uma reputação a defender, pois, ele lembrava que a Petrobras é uma empresa séria e uma das mais importantes do país, não se manifestava de forma enérgica contra quem manchava sua idoneidade.

Em alguns depoimentos aparece um componente burocrático, que em alguns momentos também é chamado de “democrático” (*sic*), no trato com tudo o que faça referência à

Petrobras, quanto à exigência e observância de muitas formalidades. Certa vez, um morador do Alto do Jacu, dono de algumas poucas cabeças de gado, reclamou da proibição para colher capim para alimentar a criação em um terreno onde muitas vezes ele o havia feito sem a necessidade de qualquer pedido, sob a alegação de se tratar de “propriedade particular”, como se antes não fosse, e de ter visto frutas maduras sendo desperdiçadas, depois que o terreno em ficava a árvore frutífera, vizinho ao seu, foi desapropriado, sem que ele pudesse aproveitá-las, sob o mesmo argumento anterior.

No que se refere a execução das desapropriações, a Atnas Engenharia foi a empresa responsável pela avaliação dos imóveis, pelo repasse do pagamento das indenizações, e da condução da desocupação de toda área incorporada ao patrimônio da Petrobras, assessorada pela empresa de segurança nesse último ponto. Depois de definida a extensão exata do terreno que abrigaria o COMPERJ e assinado o Decreto de desapropriação, a empresa sediada em Niterói-RJ, contratada exclusivamente para tratar deste assunto, através de seus funcionários avaliadores, realizavam visitas às propriedades que estavam dentro da área definida pelo Decreto ou mesmo que estivessem fora, desde que, pela localização, fosse conveniente a aquisição e evitasse que algumas famílias ficassem isoladas. Havia valores de referência para o terreno e para as benfeitorias, que incluía plantação e culturas, mas cada caso era tratado isoladamente. Saulo perdeu parte de sua cultura de minhocas porque seu criadouro não estava totalmente cimentado, como previsto na definição de cultura, e a outra parte, que estava de acordo com as normas para ser indenizada, segundo ele, foi recebida por seu antigo patrão, tendo sido avaliada como pertencente ao patrão, por estar o minhocário localizado no limite entre o seu terreno e a rua, sob o consentimento do empregado, que recebera a promessa de repasse do valor, o que não ocorreu.

Depois que as cercas começaram a ser erguidas em toda a extensão do terreno do COMPERJ, ainda permaneceram residindo no seu interior, em meio aos terrenos já desapropriados, seis famílias que precisavam resolver problemas de inventário, por ter falecido algum membro da família, ou por estar a propriedade submetida a algum outro trâmite jurídico, isoladas e tendo que se identificar para os guardas ao retornar para casa depois de alguma saída, mas com o tempo essa formalidade foi sendo flexibilizada porque os guardas passaram a conhecer os poucos moradores que restaram. Contudo, quando algum morador fosse receber visita precisava avisar com antecedência aos responsáveis pela segurança, ou passar pelo constrangimento de ter sua visita impedida de entrar ou ouvir reclamações dos

guardas, que sofriam pressão dos dois lados na condição de elo entre a Petrobras e os moradores. Eu mesmo fui advertido por um dos guardas, depois de ter marcado uma visita a um desses moradores e quase ser impedido de entrar, porque a segurança não havia sido avisada antecipadamente pelo morador. Depois de algum tempo consegui entrar, após convencer o guarda que se tratava de assunto importante.

Dos tipos de indenização, houve três situações. Na primeira estavam os imóveis indenizados localizados dentro dos limites definidos pelo Decreto, cujos valores indenizatórios, até onde minha rede de socialização conseguiu alcançar, foram vistos como satisfatórios. Além disso, quem estava nesta situação, recebeu mais atenção e flexibilidade em relação ao estabelecimento dos valores. O proprietário de uma academia de capoeira, com filiais espalhadas pelo território brasileiro e em alguns países, manteve seu negócio com a transferência para uma localidade próxima à anterior, depois da desapropriação de seu imóvel. Outro proprietário, patrão da companheira de Saulo, que mantinha com recursos próprios a escola que algumas pessoas lamentam ter sido fechada por ser voltada aos filhos de trabalhadores da localidade, assim como a academia de capoeira, teria levado mais tempo para definir os valores devido às atividades classificadas como “projetos sociais” desenvolvidas em suas dependências. A academia, com seu projeto voltado para crianças carentes da localidade, e a escola receberam atenção especial dos avaliadores.

Na segunda situação, estavam as pessoas que viviam em habitações construídas em terrenos de posse - algumas precárias, que foram construídas no terreno onde entre 1860 e 1971 passou uma ferrovia, portanto, pertencia ao Estado, mas “foram tratados como proprietários, mesmo sem a comprovação da regularização fundiária dos imóveis que habitavam” (PETROBRAS, 2007, p. 122). Pelo que me foi relatado pelos posseiros, em contraposição ao que disseram os antigos proprietários, estes imóveis tiveram os valores superestimados, em comparação proporcional com os critérios observados na situação anterior, caracterizando, na visão de alguns que estavam nesta condição, a construção de um patrimônio, pois, com as indenizações foi possível adquirir um imóvel legalizado. Carlos, o dono do comércio anteriormente citado, foi um desses posseiros que tiveram a chance de adquirir um novo imóvel em melhores condições do que o anterior, de acordo com sua própria observação.

A terceira situação é tida por quem esteve nela como a menos privilegiada. Nela estavam as pessoas proprietárias do terreno e de tudo o que estava nele construído, mas seus

imóveis estavam fora da área definida pelo Decreto, por isso tiveram menos flexibilidade por parte dos avaliadores na definição dos valores. Essa negociação era tida como voluntária, de acordo com as implicações legais, mas do ponto de vista prático, resistir poderia significar isolamento do convívio com outras pessoas e sem as mesmas condições de locomoção anteriores, já que as estradas foram alteradas pelas desapropriações. Essas pessoas, embora reconhecessem que estavam naquela condição por uma fatalidade, pois se o espaço definido estivesse um pouco mais para um lado do que para o outro os valores seriam diferentes, sentiam-se desprestigiadas ao compararem o valor pago por seus imóveis com os recebidos pelos posseiros.

Uma delas era Lúcia, de 58 anos, a funcionária do Centro Comunitário de Sambaetiba, com dois filhos, casada pela segunda vez, e vivendo há 45 anos no Alto do Jacu, depois que seus pais e seus 12 irmãos, naturais de Itaperuna-RJ, se estabeleceram em um sítio daquela região e depois foram contemplados pela política de reforma agrária. Lúcia disse que teria sido classificada como a “banda podre” da família por um funcionário da Atnas Engenharia, ao discordar do valor inicial que fora oferecido pela sua parte da propriedade, enquanto seus irmãos, ou os herdeiros dos que haviam falecido, concordaram. Ela se via prejudicada, em comparação com os demais herdeiros, porque a sua parte estava cultivada e, segundo ela, era bem cuidada, enquanto entre os demais herdeiros apenas um de seus 12 irmãos mantinha alguma atividade na propriedade. “Eu considero o que a Petrobras fez uma troca injusta comigo, porque o que recebi foi suficiente para dar uma parte a cada um dos meus filhos e o com o que sobrou comprei uma casa em Agro Brasil, pior do que a antiga”, disse ela.

No final de junho de 2008, depois de receber o cheque referente à sua parte da indenização, ela deixou o local onde vivera por mais de quatro décadas, expressando o seguinte comentário: “não consigo me imaginar vivendo longe daquele lugar”, deixando seus dois filhos ainda residindo no terreno, enquanto construía suas casas em outros lugares. O mais velho, que até o final de 2008 trabalhava como motorista para o INNATUS, deixou o terreno pouco tempo depois. O mais jovem, Luciano, que ficou desempregado depois que o sítio em que trabalhava foi desapropriado, permaneceu até novembro de 2008, enquanto construía sua casa em terreno que comprou com a indenização recebida de seu patrão e com o dinheiro que sua mãe lhe deu, tendo resistido durante quase cinco meses à pressão da empresa responsável pela segurança para a desocupação do terreno, levando regularmente o chefe da

segurança para verificar o lento ritmo de sua obra, em função do escasso dinheiro do qual dispunha.

Desse modo, quanto maior a proximidade com os limites do terreno da Petrobras, mais aumentava a ansiedade, principalmente para quem permanecerá no local. Estar dentro ou fora do Decreto poderia ter significados os mais diversos possíveis: sair frustrado porque precisou sair do seu referencial geográfico e ter alterados os laços sociais, embora satisfeito com os valores recebidos; sair satisfeito com os valores e não ter interrompido de forma significativa os laços sociais; sair frustrado com tudo, tanto com os valores monetários quanto com o rompimento dos laços sociais; sofrer o rompimento dos laços sociais e não ter a opção de sair, sofrendo todo o incômodo de ter como “vizinho” um empreendimento com as dimensões do COMPERJ; ou simplesmente ser indiferente a tudo isso porque apenas teve desapropriado um local utilizado exclusivamente para lazer, enfim, são algumas das situações possíveis.

Dessa diversidade de situações, estar ou não satisfeito eram condições que não dependiam exclusivamente da posição geográfica em relação aos limites do que poderia ou não ser anexado ao patrimônio da Petrobras, nem do rompimento dos laços sociais, mas também quanto ao tipo de patrimônio que cada um possuía, da mesma forma que o restabelecimento individual dependerá do tipo “capital” que cada um possui. Saulo, de 66 anos, o proprietário do minhocário, e sua companheira Silvia, de 53 anos, mantiveram a atividade de produção de húmus com as minhocas que conseguiram salvar e passaram a sobreviver dessa comercialização.

Por fim, em relação aos disputados cursos, que teriam a função de treinar a mão de obra a ser utilizada no reflorestamento e administrar a assistência social inicialmente voltada para as pessoas desalojadas com as desapropriações, a empresa responsável foi o Instituto Nacional de Tecnologia e Uso Sustentável (INNATUS), sediada em Petrópolis-RJ, cujo papel no processo será tratado com detalhes mais adiante. Quanto ao início da primeira fase das obras, iniciadas pela terraplenagem²⁵ e pela construção da cerca em todo o terreno onde se localizará o COMPERJ, o Consórcio Terraplenagem Comperj (CTC), formado pelas construtoras Norberto Odebrecht, Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez, foi o responsável,

²⁵ Em não havendo consenso acerca do gênero entre alguns dicionários, preferiu-se a forma estabelecida pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras, para a palavra terraplenagem, que a define como *substantivo feminino*, regra que também é observada na variação terraplanagem.

tendo mantido um escritório no interior do terreno que serviu como um dos pontos de referência ao qual a população local recorria em busca de emprego, alguns conseguiram.

Além disso, alguns projetos foram implantados, todos voltados para o fortalecimento dessa relação com a população em sua periferia. Inicialmente, os cursos de “Viveirismo e Reflorestamento” e “Artesanato” foram oferecidos com uma dupla proposta: assistir os trabalhadores e pequenos proprietários que sofreram os efeitos da desapropriação e treinar a mão de obra para o reflorestamento. A Petrobras ainda investiu em projeto de incentivo à prática de esportes nas escolas públicas da região, através de convênio com a Secretaria Municipal de Educação, produzindo uma clara percepção da empresa, pois os profissionais que coordenavam as atividades estavam sempre na área externa, já que as escolas não possuem quadras de esporte, e usavam coletes na cor laranja com um tom bastante chamativo. Ainda foi patrocinado pela Petrobras um grande evento de capoeira, organizado no final de setembro de 2008 pelo mesmo empresário que possuía um sítio em local desapropriado.

O curso de alfabetização, que faz parte do denominado “programa Mova-Brasil”, executado pelo Instituto Paulo Freire, patrocinado e idealizado pela Petrobras e Federação Única dos Petroleiros (FUP), foi outro fator de integração, cujo objetivo é oferecer noções básicas de alfabetização para jovens e adultos que não tenham frequentado regularmente a escola ou tenham uma formação educacional básica precária, utilizando a metodologia proposta por Paulo Freire, que utiliza elementos do cotidiano do aluno no processo pedagógico. Carlos, o dono do comércio, juntamente com sua esposa, procurou se inscrever no curso de alfabetização e se mostrava empolgado, da primeira vez que conversamos sobre o curso, falando da possibilidade de melhorar a “pouca leitura” da família, porém, quando voltamos a nos encontrar, o seu discurso já havia mudado, alegando que abandonara o curso em benefício da esposa, pois, lembrou ele que um dos dois precisava permanecer em casa cuidando dos dois filhos enquanto o outro fosse às aulas noturnas. A escolha também pode ter se dado em função das idades, pois sua esposa aparentava ter em torno de 30 anos, ou pelo fato de ele, com seus quase 50 anos, já ter um ofício, o de pedreiro, e ainda ter dificuldade para caminhar, devido a um acidente de motocicleta que deixou sequelas na sua perna direita. Ele ainda lembrou que alguns dos interessados no curso de alfabetização estavam mais preocupados em garantir o lugar diante da possibilidade de que viesse alguma ajuda financeira vinculada à matrícula no curso, tal como ocorria com os cursos de reflorestamento e de artesanato, do que propriamente na alfabetização.

Dessa forma, a materialização dessa relação entre a Petrobras e aquela pequena população remanescente da configuração anterior às desapropriações, embora turbulenta em alguns momentos, foi se dando a partir dessas diversas ações, em que se fazia presente a marca Petrobras, e mais aproximada pelos cursos de reflorestamento e de artesanato, enquanto as imponentes máquinas com complexos comandos eletrônicos eram vistas nos trabalhos de terraplenagem, juntamente com os ônibus transportando os trabalhadores, a maioria de fora da localidade, para as obras, sendo as casas onde antes se sabia quem residia demolidas, e a cerca em todo o terreno incorporado ao patrimônio da Petrobras sendo erguida, alterando de forma significativa a paisagem. De acordo com representante da Prefeitura, alguns motoristas funcionários do município e alguns motoristas de ônibus comerciais das cidades vizinhas teriam ingressado nas obras do COMPERJ.

A comunicação entre a Petrobras e a população é feita de forma padronizada e por canais específicos, talvez para evitar várias “versões oficiais” sobre um mesmo assunto, evitando-se o contato direto entre os funcionários da Petrobras e a população em geral. Quando ocorrem grandes alterações na rotina de deslocamento das máquinas que trabalham na terraplenagem e no transporte dos trabalhadores para os locais das obras e de volta para os pontos de apoio que ficam localizados próximos às principais rodovias, são distribuídos informativos impressos pelos pequenos comércios próximos aos locais das obras e informadas às lideranças comunitárias. Há um canal telefônico que funciona em todos os dias da semana durante as 24 horas, com ligação gratuita, cuja utilização precede qualquer solicitação de informação, reclamação ou sugestão em relação a qualquer atividade da Petrobras ou das empresas que lhe prestam serviços, que, geralmente, é respondida em alguns dias por funcionário da parte administrativa da petrolífera envolvida com o assunto mencionado.

Uma desarticulação percebida: em busca de novas perspectivas

De acordo com o trabalho de Weber (1971), no qual o autor distingue grupo *status* de *classe social*, sendo a primeira condição aquela em que os indivíduos se mantêm nela por um período mais duradouro, cuja manutenção depende de atributos morais e de estilos de vida; enquanto a segunda tem uma durabilidade definida por condições de mercado e depende das oscilações desses mercados – de trabalho, de bens e serviços, de produção, entre outros. No momento imediatamente anterior a toda especulação em torno das desapropriações e destas propriamente ditas, os pequenos produtores proprietários e os sitiantes poderiam ser

considerados como ocupantes de um grupo de *status*, que era definido pela extensão de suas respectivas propriedades e orientadas por tradições familiares, o que lhes assegurava a possibilidade de conversão do patrimônio que possuíam em outro tipo de capital e certa preeminência social, cuja manutenção dessa condição não era definida exclusivamente pelo mercado; ao passo que os prestadores de serviço, trabalhadores rurais, posseiros e arrendatários estavam em situações de *classe* que sofriam de forma mais acentuada as oscilações nas condições funcionais daquele sistema.

Além disso, como colocado pelo autor, tais situações estão submetidas aos movimentos da dinâmica social, podendo implicar estados simultâneos de ocupação de ambas por alguns indivíduos, desde que os níveis equivalentes de cada uma delas estejam em posições relativamente próximas, o que pode proporcionar deslocamentos no sentido vertical ou horizontal ao longo do tempo. Assim, a desarticulação daquele pequeno sistema juntamente com a forma de administrar as indenizações, teve consequências nessas distinções sociais, colocando em condições similares antigos ocupantes do grupo de *status* e de *classe*.

Quando se indenizou um posseiro e lhe assegurou a perspectiva de constituir um patrimônio, ao mesmo tempo em que um pequeno produtor que não tinha seu imóvel localizado dentro da área definida pelo Decreto e teve sua propriedade negociada com valores proporcionalmente inferiores aos posseiros, criou-se uma situação de relativa equivalência, já que ambos passariam a se posicionar, nesse novo momento, em posições sociais próximas e submetidos a condições de classe também similares, pois, o fator de distinção do antigo pequeno produtor, a sua propriedade que fora conseguida pelos seus pais ou avós durante a política de reforma agrária, que o colocava em um grupo de *status* em distinção à condição de *classe* do trabalhador, passaria a deixar de existir, porque foram colocados em uma situação de *classe* que depende bem menos de um histórico de atividades rurais do que das novas condições que se apresentam, além da relativa proximidade entre os valores recebidos por ambos.

Contudo, o que Bourdieu e Sayad (1964) chamaram de *tradicionalismo do desespero*, sentimento pelo qual foram acometidos os argelinos durante o processo de independência política da Argélia em relação à França, como tentativa de retomar um estilo de vida que havia sido interrompido pelas imposições francesas decorrentes de mudanças na ocupação territorial, no momento em que a pesquisa foi realizada, não se aplica ao caso aqui apresentado. Os habitantes do Alto do Jacu, Sambaetiba e Agro Brasil que estão mais próximos do terreno do

COMPERJ, ainda esperam por algo que substitua as condições de reprodução social que existiam antes da chegada da Petrobras, mas não se percebe a possibilidade de reversão do processo em curso, haja vista que na situação argelina os terrenos estavam interditos, mas ainda havia a possibilidade de retomada das antigas atividades nas terras que continuavam desocupadas, ao passo que em Itaboraí a desarticulação social foi acompanhada de uma alteração no espaço físico, além do histórico de relações trabalhistas informais, que apesar de terem mantido em funcionamento aquele pequeno sistema, estão distante de serem tidas como as mais desejáveis.

Quando Júlio e Patrícia dizem, respectivamente: “o caseiro não tinha direito a nada” e “não foi ruim a chegada da Petrobras, mas ficamos desempregados” não se percebe quaisquer indícios de tentar retomar ou lembrar com saudosismo um estilo de vida que ficou para trás, mas uma referência que tem sua utilidade se analisada a partir da comparação entre o presente e o passado. Apesar dessa referência frequente ao modo de vida anterior e a certa variedade de possibilidades econômicas existentes, tal alusão é relativa e só se aplica ao contraste entre as possibilidades reais anteriores e a escassez delas no momento mais recente. A comparação é feita entre uma situação em que havia opções de trabalho com outra que demonstra possibilidades reduzidas ou a inviabilidade delas.

Da mesma forma, quando Carlos diz que a Petrobras é *uma empresa nova no lugar* e que, portanto, deveria se preocupar com a sua reputação ante aos trabalhadores, ele não está simplesmente esboçando a comparação entre uma possível *seriedade* dos antigos patrões com uma suposta falta dela pela Petrobras e suas prestadoras de serviço, mas, inclusive, a comparação entre dois momentos distintos cujos respectivos contextos econômicos remetem a duas *figurações*: uma que conseguia atender de alguma forma às necessidades daqueles indivíduos, e outra que não consegue se aproximar da anterior e assegurar aos indivíduos que restaram do antigo sistema alguma previsibilidade.

Desse modo, toda essa mobilização da petrolífera e de suas prestadoras de serviço exige habilidade e um posicionamento que pode alternar o discurso entre o normativo e o voluntário, de acordo com as conveniências momentâneas, fazendo-se o pagamento de indenização a todos os ocupantes de imóveis, independentemente da condição de proprietário formal ou de posseiro, ao mesmo tempo em que é oferecido um programa de alfabetização para adultos, de modo a manter os laços e sugerir que a empresa está “investindo no futuro” de

seus vizinhos, sob uma dinâmica que vai definindo os movimentos da empresa e da população à mediada em que os eventos vão ocorrendo.

Assim, a definição de quem será ouvido pode significar a colocação de questões diferentes daquelas pensadas inicialmente, embora na situação aqui analisada tal escolha não possa ser colocada como uma opção, mas uma imposição que as condições práticas da pesquisa impuseram no momento em que os depoimentos surgiam fazendo referência aos cursos e às expectativas criadas em torno do significado deles, em vez de aludir às desapropriações e indenizações, como foi pensado inicialmente. Com isso, as atenções da pesquisa se voltaram para o que se concebia a respeito dos cursos, percebendo-se a reflexão que se mostrava mais espontânea a condição de estar dentro ou fora dos planos da Petrobras e, por conseguinte, dispor ou não de perspectivas acerca do futuro que se mostrava de uma forma bem diferente daquela inicialmente anunciada.

Capítulo II

Convivendo com a Petrobras: a empresa vista de perto

Até o momento anterior ao início dos cursos, o contato daquela população com funcionários da Petrobras havia se realizado de forma distanciada, restringindo-se às reuniões realizadas pela empresa naquela localidade, mas a partir do início dos cursos de reflorestamento e de artesanato, principalmente o primeiro, que estaria voltado para o treinamento da mão de obra, sendo o segundo dirigido às donas de casa, esse contato passou a ser mais próximo, já que havia regularmente funcionários da petrolífera nas instalações dos cursos. A empresa responsável pela coordenação deles, o Instituto Nacional de Tecnologia e Uso Sustentável (INNATUS), começou a trabalhar a partir do final do ano de 2007 e os aplicou durante o ano de 2008. Os depoimentos indicam uma sucessão de desencontros e tentativas de ajuste entre as expectativas criadas e os acontecimentos resultantes das ações do INNATUS e da Petrobras.

Essa relação estabelecida entre a Petrobras, com a mediação do INNATUS, e a população local foi conduzida de acordo com a pressuposição de que ambas as partes tinham interesses conciliáveis, colocando em contato pessoas cujas trajetórias estavam conectadas a *campos* diferentes. A ideia de *campo social* pressupõe o espaço social onde as relações se processam influenciando o indivíduo e são influenciadas por este, de acordo com as articulações que ele consegue concatenar (SWARTZ, TURNER e TUDEN, 1966; TURNER, 1974), podendo um indivíduo ter vários *campos* aos quais ele se conecta, que são definidos pela sua multiplicidade de interesses, fornecendo-lhe diferentes conceitos, crenças e oportunidades em função da variação de papéis sociais que ele consegue exercer, cuja experiência pode ser mobilizada, transpassando de um *campo* a outro, de acordo com as suas conveniências (TURNER, 1974, p. 131-139).

A partir do que ocorria durante as aulas, segundo os depoimentos, alguns alunos procuravam se situar dentro daquilo que concebiam como capaz de oferecer melhores oportunidades ou que se mostrassem como as maiores possibilidades de sucesso. Além disso, em função da ocorrência do projeto em ano de eleições municipais, aqueles cursos ficaram submetidos a outros tipos de interesses, que foram articulados com a proposta principal a que eles estavam submetidos. A relação da Petrobras com a vizinhança do COMPERJ foi desde o início conduzida sob a perspectiva da utilização daquela população no trabalho de reflorestamento, porém, o “Projeto Criando o Futuro” foi concebido com ações

complementares, como o curso de artesanato e os auxílios vinculados aos dois cursos, procurando dar uma dimensão àquelas ações da empresa maior do que se poderia supor, em se considerando apenas a proposta principal do curso de reflorestamento, com sua função básica de treinar a mão de obra. Esse tipo de postura encontra seu principal elemento estrutural na noção de *responsabilidade social*, cuja referência que se faz aos cursos, tanto na divulgação da própria empresa quanto naquela distribuída pelo INNATUS, retomando suas premissas.

O espaço de múltiplas articulações que tinha seu ponto de referência os cursos passou a ser mobilizado e apropriado de diversas formas. A partir do momento em que o contato direto se concretizou e a empresa se viu coagida a considerar em seu planejamento fatores que não haviam sido inicialmente pensados, colocando em evidência os vários *campos* com os quais os atores estavam conectados, outros interesses foram evidenciados, entre os quais os político-partidários e os da própria população que foi desmobilizada das suas atividades trabalhistas habituais, articulando-se e modificando o planejamento estabelecido.

A noção de *responsabilidade social* como parâmetro para a Petrobras

Apresentados pelo material impresso distribuído pela localidade, em alguns comércios e outros locais de referência como associações de moradores, como “Projeto Criando o Futuro”²⁶, os cursos conduzidos pelo INNATUS foram idealizados como envolvidos com a “busca da inclusão social, através de ações de capacitação para atividades produtivas, ecologicamente corretas, voltadas para a geração de renda e oportunidade de trabalho”, cujos pressupostos podem ser encontrados na ideia de *responsabilidade social*.

No concorrido “mercado de bens e serviços”, as empresas procuram cada vez mais investir na construção de distinções entre si e, principalmente, que lhes permitam obter alguma vantagem relativa em comparação com suas concorrentes dentro de um determinado setor da economia. Dentro dessa perspectiva, a Petrobras em seu “Balanço Social e Ambiental” divulga as mais diversas informações, desde os projetos de recomposição da flora nativa em algum lugar do país, até as despesas com Previdência Social para seus funcionários e uma série de intenções sobre planos futuros, além das intervenções classificadas como “projetos sociais” executadas nas diversas localidades em que a empresa se faz presente. As justificativas apresentadas para divulgações tão amplas é a busca de sintonia com as chamadas Metas do

²⁶ Cf. Apêndice 4.

Milênio²⁷, definindo como sua “missão: atuar de forma segura e rentável com *responsabilidade social* e ambiental, nos mercados nacionais e internacionais, fornecendo produtos e serviços às necessidades dos clientes e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países onde atua”²⁸.

Em relação ao COMPERJ, “A Petrobras elaborou um plano de relacionamento com as comunidades do entorno do futuro COMPERJ, prevendo ações para o desenvolvimento sustentável local e a prática do diálogo permanente”²⁹, cuja orientação também se ampara na ideia de *responsabilidade social*. Com isso, embora as ações concretas não sejam suficientes para assegurar a partir de uma rápida observação um suposto “papel político” da empresa em relação às discussões sobre o contexto social em que o COMPERJ está inserido, principalmente porque a sua presença é a causadora das maiores mudanças que ali ocorreram, essa postura se apresenta como uma justificativa que procura demonstrar a sua coerência com os valores que seus funcionários atribuem a ela.

A noção de *responsabilidade social* começou a surgir como proposta empresarial ainda nos anos 1960, em empresas sediadas em países industrializados que procuravam tornar seus gastos com ações beneficentes mais rentáveis para os negócios, associando tais ações à marca da empresa e procurando tornar notável, para os concorrentes e para o consumidor, todas as despesas que estivessem relacionadas com ações não obrigatórias, e desvinculando tais práticas das tradicionais ações filantrópicas que se baseavam em noções altruístas ou religiosas.

No Brasil, esta proposta começou a ganhar força e tornar-se uma tendência a partir do final da década de 1980, com as primeiras empresas procurando tornar seus gastos com filantropia distintivos valorativos, seguindo as sugestões de instituições como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e do Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social. Entre o final dos anos 1980 e o início de década de 1990, logo após a mudança de regime político, no momento em que a economia apresentava problemas,

²⁷ Metas do Milênio é um conjunto de intenções anunciadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em documento chamado Declaração do Milênio para serem observadas como objetivos a serem buscados até 2015. São as oito metas: 1 - Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2 - Atingir o ensino básico universal; 3 - Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4 - Reduzir a mortalidade infantil; 5 - Melhorar a saúde materna; 6 - Combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças; 7 - Garantir a *sustentabilidade* ambiental; e 8 - Estabelecer uma parceria mundial para o *desenvolvimento* [grifos meus].

²⁸ Cf. Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS). *Balanço Social e Ambiental 2007*. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/ResponsabilidadeSocial/portugues/pdf/BSA2007.pdf>. Acesso em: 01 de novembro de 2008. Grifos meus.

²⁹ *Idem*.

principalmente os relacionados com a inflação monetária, surgiu o grupo denominado de Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), cujas ideias propunham um posicionamento político para os empresários brasileiros nas discussões que transcendiam as questões comerciais (GOMES, 2007; MELO NETO e FRÓES, 2001; REIS, 2007 e SCHROEDER e SCHROEDER, 2004).

Melo Neto e Fróes (*Op. Cit.*) observam que as ações investidas em *responsabilidade social* estão submetidas à ideia de negócio, e não aos moldes filantrópicos tradicionais, não prescindindo da viabilidade econômica, muito pelo contrário, ela só se torna autêntica quando estabelecida como ponto de equilíbrio entre os dois extremos: o lucro e o altruísmo. Tampouco, ela visa alterar estruturalmente o funcionamento do modelo capitalista, ou negar o processo produtivo, mas, através da inclusão de outros componentes, forçá-lo a equilibrar as viabilidades mercadológicas com uma equivalente do ponto de vista social (ARAÚJO, 2006), porém, certamente, entre essas duas extremidades – a caridade deliberada e a astúcia capitalista – deve haver vários graus de aproximação com ambas, concedendo a essas múltiplas interações efeitos que transcendem as especulações mais imediatas.

Essa noção de *responsabilidade social* começa a se tornar quase uma imposição comportamental, a ponto de coagir os pequenos a fazerem referência a ela, mesmo que não a pratiquem (MELO NETO e FRÓES, *Op. Cit.*). Assim, o “mercado de bens e serviços” foi impondo cada vez mais às empresas a necessidade de criar diferenciais que pudessem agregar valor aos seus produtos, visando a estabelecer caminhos alternativos aos possíveis entraves. O conjunto de intenções que se processa no interior desses mercados induz todos os que estão buscando superar os concorrentes a procurar alguma forma de sintonia com esses valores que circulam como dominantes. De acordo com Gomes (2007, p. 169), no ano de 2004, foi verificado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que aproximadamente 70% das empresas brasileiras estiveram envolvidas com “ações voluntárias” e atualmente o Instituto ETHOS conta com empresas associadas cujo conjunto na participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional corresponde a aproximadamente 35%.

Na cidade de São Paulo, o que antes era observado apenas referente à parte contábil da empresa e de sua “saúde” financeira foi estendido para a parte social, exigindo que empresas privadas com mais de 100 funcionários divulguem o seu *balanço social*:

[...] Mas a responsabilidade de apresentação do *Balanço Social* é questionável, uma vez que é realizado não necessariamente por uma *mudança de cultura e postura empresarial socialmente responsável*, mas por uma obrigação expressa por lei, *ainda*

que possa representar um primeiro exercício no processo de sensibilização e conscientização das empresas em face área social (REIS, 2007, p. 289) [grifos meus].

Desse modo, denota-se a necessidade da criação de uma moral empresarial, que seria cada vez mais verificável pelo público consumidor, sendo os possíveis desvios cada vez mais identificáveis (SERPA e FOURNEAU, 2007). Uma outra forma de ver a viabilidade de um conceito administrativo de *responsabilidade social* é como o preenchimento das lacunas que ficam nos processos sociais, as quais o Estado não conseguiria administrar na totalidade, caracterizando, assim, um modo de ação política, no qual os atores econômicos, por iniciativa própria, procurariam, através do seu relativo peso econômico, participar ativamente no processo político pensado como um todo (MELO NETO e FRÓES, *Op. Cit.*; REIS, *Op. Cit.*).

Na vasta bibliografia que trata de *responsabilidade social*, em geral, faz-se referência a uma ideia universal de democracia, na qual se mantêm as hierarquias sociais vigentes, alterando-se apenas o modo de interação e o posicionamento das empresas como um ator social que participa das discussões e se engaja na busca de soluções, mas sem alterar a estrutura e sem rompimentos com o modelo capitalista, de certa forma suavizando as relações a partir do vocabulário, como, por exemplo, a utilização do termo “parceiro” em lugar de “fornecedor [de insumos ou mão de obra]” ou “prestador de serviço”.

O vocabulário usual faz menção a ideias como “sustentabilidade”, “práticas democráticas”, “mobilidade social” e “inclusão social”, partindo do pressuposto que todas essas noções fazem parte do senso comum e, portanto, não exigiria maiores explicações sobre o que se deseja dizer com o uso de cada uma delas. Estas duas últimas, “inclusão” e “mobilidade”, são normalmente apresentadas como positivas, mas, nos sentidos etimológico e lato, “inclusão” e “mobilidade” não remetem necessariamente à ideia de ascensão, pois pode se “incluir” ou “mobilizar” algo ou alguém de uma posição mais elevada para uma inferior. Ademais, o uso valorativo que se faz desses termos está baseado em padrões de consumo, que podem ser explicados, também, por várias causas macroeconômicas, e não apenas por uma possível ascensão social.

Contudo, percebe-se que a originalidade não é o forte desse conjunto de propostas, elas retomam antigas perspectivas filosóficas que pensaram seus modelos a partir de um mundo mais idealizado do que praticado e praticável, onde os valores, inevitavelmente, superassem todas as divergências que surgem no cotidiano e tornassem as pessoas coerentes ao extremo entre o que pregam e o que praticam. As propostas orientadas pela noção de *responsabilidade*

social ainda são vistas com certo sectarismo e suscitam vários graus de crítica, das mais moderadas, como é a realizada por Volpon e Macedo-Soares (2007), na qual são apresentadas, inclusive, algumas propostas de maximização dos efeitos dos projetos, alertando para a possibilidade de nos projetos terceirizados, como geralmente acontece com a Petrobras, haver desvios de foco pelas empresas que prestam serviço na aplicação destes; às mais extremas, como é a posição defendida por Soares (2004), ao contestar a sinceridade que essas propostas tentam passar, mostrando aguçado senso crítico e defendendo a ideia de que tudo isso só tem uma única proposta: a manutenção da clássica *racionalidade capitalista*, sem provocar maiores envolvimento com os princípios que são anunciados.

Desse modo, “a empresa que mais investe em projetos sociais no Brasil”, através da prática da *responsabilidade social*, posiciona-se entre o que Mauss (2003) concebe como uma ação executada com a expectativa implícita de reciprocidade, no aspecto econômico, com o que Bourdieu (1994) apontou como um desinteresse aparente, no seu aspecto político. Ou seja, na concepção política de *responsabilidade social*, o desinteresse precisa convencer que não se trata de mais uma ação camuflada em que se visa primeiramente o lucro, ao mesmo tempo, no que se refere às relações econômicas, a sua elaboração está claramente norteadada pela ideia de negócio. O grande desafio para quem a pratica talvez seja definir o posicionamento mais correlato aos princípios anunciados sem entrar em contradição funcional.

Proposta e condicionantes dos cursos

Longe de suscitar maiores debates teóricos sobre o modelo em que se insere a proposta oficial dos cursos coordenados pelo Instituto Nacional de Tecnologia e Uso Sustentável (INNATUS), se está baseado no modelo de *qualificação* ou de *competência*, sendo o primeiro baseado em práticas e ações coletivas e o segundo focado mais no indivíduo e na promoção da distinção pessoal em meio ao conjunto de trabalhadores de uma determinada empresa, como sugerem Dubar (1999) e Kober (1994), a indicação que parece mais clara para o “Projeto Criando o Futuro” é que tal proposta está baseada nos mesmos pressupostos do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), apontados por Bulhões (2004), implantado em todo o país em 1996 pelo Ministério do Trabalho e Emprego: preparação para o trabalho e “geração de renda”.

Os critérios para matrícula do candidato a aluno se baseavam, inicialmente, no levantamento feito pela empresa Cena Brasileira, quando foram registradas as pessoas que

seriam deslocadas pelas desapropriações, com exceção dos grandes proprietários. A partir dessas informações, foi confeccionado e distribuído um convite em que constava uma lista de 271 nomes convidando os relacionados para uma reunião em 21 de novembro de 2007 nas instalações da antiga Fazenda Viveiros, que fora desapropriada e passou a fazer parte do terreno do COMPERJ, com os coordenadores dos cursos.

Porém, no dia marcado, o número de pessoas que compareceu à reunião foi bem maior do que o convidado, ao mesmo tempo em que alguns trabalhadores cujos nomes constavam na lista não compareceram, acreditando que não seria necessário porque ouviram do pessoal da Cena Brasileira, no momento do preenchimento do cadastro, que teriam prioridade nos projetos da Petrobras. A ideia daquela reunião era explicar o trabalho do INNATUS, a quem se destinavam os cursos e, a partir do cadastro inicial, verificar quem estaria em condições de ser ou não aceito como aluno. Para cada aluno matriculado seriam oferecidos, durante cada um dos três meses em que permanecesse no curso, uma Cesta Básica e 300 reais, a título de ajuda de custo. Na época o salário mínimo equivalia a 415 reais.

Essa não adesão imediata de algumas pessoas aos cursos poderia ser vista como o receio da perda de *status* social, pela visão do representante da Prefeitura entrevistado, pois alguns dos antigos administradores dos imóveis desapropriados não queriam se tornar meros “plantadores de árvores”, já que isso significaria perder uma condição de maior prestígio social para assumir outra com valorização inferior. Embora essa sugestão não possa ser descartada, a possibilidade de ela ter existido tem que ser considerada em escala bem limitada, já que foram poucos os caseiros com os quais conversei cujos discursos poderiam sugerir a percepção de um *status* social mais elevado para aquela função. Contudo, é necessário enfatizar que muitos deixaram a localidade, com os quais não foi possível estabelecer contato, além disso, o discurso pode ter sido alterado de acordo com as mudanças que foram ocorrendo, quando todas as “grandes modificações” econômicas que seriam desencadeadas pela Petrobras se resumiam aos dois cursos. Desse modo, a minha percepção está estritamente relacionada às impressões que surgiram durante o trabalho de campo e pelas condições em que a pesquisa ocorreu.

O grande número de pessoas naquela primeira reunião foi causado por toda a expectativa que se criou logo após o anúncio da localização do COMPERJ. A grande maioria acreditava que a reunião era destinada ao preenchimento de um cadastro para futuras contratações de mão de obra, como de certo modo era, já que a prioridade para o

preenchimento das vagas no trabalho de reflorestamento seria para quem realizasse o curso e ao seu final obtivesse o certificado de conclusão, porém, poucos conheciam a história dos convites e a quem eles eram dirigidos: para quem teve relação direta com as desapropriações, na condição de proprietário ou trabalhador.

Devido à situação inesperada, a coordenação, sob pressão dos presentes, distribuiu fichas a todos os que compareceram ao evento para serem preenchidas com dados pessoais, independentemente do local de residência e do grau de envolvimento com as desapropriações, enquanto os que não compareceram, por imaginarem que já teriam a matrícula assegurada pelo cadastro feito pela Cena Brasileira, foram tidos como não interessados nos cursos e no auxílio a eles vinculado. Com isso, começaram os desencontros entre a administração e a população para a qual se destinavam os cursos, principalmente na definição desta população pela coordenação.

Acreditava-se, a princípio, que aquelas 271 pessoas poderiam ser divididas em três turmas e distribuídas pelos cursos de “Artesanato” e de “Viveirismo e Reflorestamento”, de acordo com o sexo, faixa etária, experiência profissional anterior e outros critérios que fossem julgados convenientes. Os critérios para a matrícula nos cursos eram os seguintes:

1) Com exceção dos grandes proprietários, ter residido e/ou trabalhado dentro da área desapropriada, ter idade superior a 18 anos e possuir documentação formal (Identidade, CPF e comprovante de residência) para que fosse providenciada abertura de conta bancária para o recebimento do auxílio.

2) Não possuir qualquer espécie de renda, formal ou informal, incluindo aquela decorrente de pequenos comércios, da prestação informal de serviços e de qualquer outra atividade que fosse remunerada. Naquele momento todos os que tinham os nomes relacionados no convite estavam nessa condição, embora alguns fossem pequenos proprietários ou posseiros e teriam recebido indenizações referentes às desapropriações dos seus imóveis, tendo alguns trabalhadores recebido as indenizações trabalhistas, enquanto alguns moradores da localidade não haviam recebido valor algum decorrente de indenização.

No decorrer do processo, foram discutidos outros critérios com a população, colocando-se em lados opostos “quem merecia”, segundo os critérios da Petrobras, e “quem mais necessitava” dos cursos e dos auxílios a eles vinculados, segundo a visão da população, acrescentando à condição de “estar matriculado” os qualificativos de “ser merecedor” ou “necessitar deles”, quando foi acrescentado o seguinte:

3) Não possuir um número igual ou superior a três filhos cadastrados e recebendo auxílio do Programa Bolsa-Família do Governo Federal.

Outro critério que foi criado do decorrer do processo foi aplicado a partir da segunda metade do período em que o projeto funcionou:

4) Necessitar visivelmente de ajuda, que poderia ser ratificada pelos vizinhos ou conhecidos. Tais situações seriam verificadas com auxílio das associações de moradores, mas depois que estas passaram a ser utilizadas para atender aos interesses político-partidários dos candidatos que suas diretorias apoiariam para as eleições municipais, passou a ser feita por funcionários do INNATUS, com o auxílio de pessoas do local que conheciam os endereços e que não tivessem sua “legitimidade” para a função questionada pelos “investigados”. A pessoa que conduziu os funcionários do INNATUS durante muito tempo foi Júlio, por ser ligado à associação de moradores do Alto do Jacu e dispor da confiança de muitas pessoas da localidade. Ele tinha influência junto à associação porque teria apoiado o atual presidente, com o prestígio que tinha perante a comunidade, mas acabou se afastando gradativamente por discordar do uso que o presidente fazia dela. Utilizando-se de suas prerrogativas funcionais, o presidente indicava pessoas para serem inscritas nos cursos que não estavam entre o público-alvo, preterindo outras que estavam entre as prioritárias, de acordo com os interesses do candidato a vereador que apoiava, o qual buscava um novo mandato e o tinha como assessor na Câmara Municipal, sendo tal comportamento denunciado à coordenação do curso, que por sua vez alterou a forma de seleção;

5) Por último: não ter outra pessoa da família realizando algum dos cursos, ou que tenha realizado anteriormente. Como o critério para definir família pela coordenação era o endereço, independentemente de haver mais de um núcleo familiar residindo no mesmo espaço, surgiram vários problemas referentes à aplicação deste critério, principalmente nas situações em que se estava provisoriamente residindo na casa de alguma outra pessoa, enquanto se construía ou conseguia imóvel para comprar, para quem precisou sair rapidamente dos terrenos já desapropriados, ou mesmo quando já residia mais de uma família no mesmo endereço. A aplicação deste critério se mostrou bastante ambígua, pelo que foi possível observar com os depoimentos, pois havia casais matriculados e outros que lamentavam a existência dele impedindo a matrícula dos dois cônjuges.

No entanto, investigando a situação de cada aluno, percebe-se que a aplicação desses critérios passava por uma certa flexibilidade, de acordo com o momento e com o diálogo entre

INNATUS, Petrobras e os candidatos a alunos que reivindicavam uma vaga. A maioria dos ex-alunos entrevistados evidenciava algo em desacordo com tais critérios. Além disso, inicialmente esses cursos foram apresentados como voltados para o treinamento da mão de obra a ser utilizada no reflorestamento e prover às donas de casa conhecimentos básicos na confecção de utensílios decorativos que pudessem ser comercializados, além de assistir às pessoas que precisaram sair da área desapropriada. Entretanto, aos poucos a proposta foi modificada e passou a incorporar outras pessoas que não tinham relações diretas com as desapropriações, assumindo uma face mais assistencialista.

Apresentados em folder sob o título de “Projeto Criando o Futuro”, logo acima de uma fotografia do broto de um grão ou semente, fazendo referência ao projeto de reflorestamento, citando “trabalho em equipe” e “práticas ecologicamente corretas”, o INNATUS define suas principais propostas, a serem colocadas em prática com os cursos de “Artesanato” e “Viveirismo e Reflorestamento”.³⁰ Com conteúdos básicos para cada um dos cursos e aulas expositivas sobre “técnicas de primeiros socorros”, uso dos “equipamentos de proteção individual (EPI)” e “captura de animais peçonhentos”, complementados pelos seguintes módulos, comuns aos dois cursos: “Saúde da Família”, “Economia Doméstica” e “Cidadania: direitos e deveres”.

Entre janeiro e dezembro de 2008, com duração de três meses, formaram-se três turmas de cada um dos cursos, com um número de 400 pessoas, segundo o INNATUS³¹. De acordo com estimativa dos alunos, aproximadamente um terço desse contingente fez parte do curso de artesanato, enquanto os outros dois terços estiveram matriculados no curso de reflorestamento. De segunda a sexta-feira, as aulas tinham duração de três horas, com subdivisões de turnos em cada uma das turmas, um na parte da manhã e outro na parte da tarde. As aulas aconteciam nas instalações da mesma Fazenda Viveiros onde ocorreu a primeira reunião.

Da primeira turma de reflorestamento foi estendida a permanência de alguns alunos, em função da pressão exercida junto à coordenação pelos próprios, para que fosse cumprido o que tinham ouvido da Cena Brasileira: o emprego imediato. Diante disso, a coordenação levou a reivindicação aos funcionários da Petrobras responsáveis pela área de assistência social, e a solução encontrada foi o prolongamento de vínculo de alguns alunos, de acordo com critérios definidos pela Petrobras, aos quais cheguei por dedução a partir das várias histórias contadas a

³⁰ Cf. Apêndice 4.

³¹ Disponível em: http://www.innatus.org.br/0projetos_comperj.htm. Acesso em 05 de maio de 2009.

respeito: priorizar aquelas pessoas com idade mais avançada ou que estivessem enfrentando maiores dificuldades financeiras, cuja análise ficava a cargo do pessoal do INNATUS, e, principalmente, aquelas que não costumassem questionar os métodos e critérios adotados pela Petrobras e pelo INNATUS.

As turmas foram divididas da seguinte forma: de janeiro a setembro formaram-se três turmas de “Viveirismo e Reflorestamento”, incluindo os alunos citados da primeira turma que foram mantidos até certa parte da segunda; e de abril a dezembro as três turmas de “Artesanato”, sendo realizadas paralelamente as aulas referentes às duas últimas turmas do primeiro curso com as duas primeiras do segundo. Os alunos passavam por exames médicos e tomavam algumas doses de vacina, o que, segundo eles, reforçava a suposição de estarem sendo encaminhados para o emprego, pois, parecia que estavam sendo submetidos a algum tipo de seleção, o que pode ter de fato ocorrido, já que muitos dos antigos alunos citam que os funcionários do INNATUS, constantemente, revelavam o conteúdo das reuniões com funcionários da Petrobras que apontava para a possibilidade de início do reflorestamento em paralelo às obras de terraplenagem iniciadas no final de março de 2008, o que por alguma decisão da direção da petrolífera não ocorreu.

Os maiores problemas para a coordenação foram causados pela potencialização das semelhanças: o fato de algumas pessoas terem sido obrigadas a sair dos terrenos desapropriados, embora tenham sido afetadas de formas distintas, pois algumas eram trabalhadoras enquanto outras eram proprietárias. Ao passo que outras, que foram inicialmente excluídas, sofreram de forma significativa o efeito das desapropriações, principalmente as prestadoras de serviço.

Os relatos sobre os cursos, em sua grande maioria, são referentes ao de reflorestamento porque este se constituiu como o principal. Além disso, durante as entrevistas, o acesso às mulheres que fizeram o curso de artesanato se dava sempre na presença do marido, o que inviabilizava reflexões sobre questões que fossem colocadas por elas próprias e não por seus cônjuges. Das três turmas formadas para o curso de reflorestamento, a primeira, realizada entre janeiro e março de 2008, com o prolongamento da matrícula de alguns alunos até maio, foi a que deu origem às histórias mais ilustrativas, por ter sido o momento de ajuste entre os planos da Petrobras e a percepção que os alunos tiveram de toda aquela situação, e por ser de onde saíram os alunos que posteriormente viriam a questionar judicialmente o INNATUS e a Petrobras.

A peculiaridade dessa primeira turma também está no conteúdo programático do curso, pois, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), localizado na mesma cidade em que está sediado o INNATUS, Petrópolis-RJ, foi responsável por ministrar o módulo “Cidadania: direitos e deveres”, cujo conteúdo não consta na apostila. Alguns alunos afirmam que o pessoal do CDDH foi afastado dessa função porque o conteúdo ministrado durante as aulas entrava em atrito com os interesses da Petrobras, sendo posteriormente tal conteúdo ministrado por advogados ligados ao INNATUS, juntamente com a solicitação de assinatura preliminar de uma declaração, na qual se manifestava o prévio conhecimento de que a matrícula no curso não implicava posteriormente a obrigatória admissão ao emprego. O terceiro capítulo tratará com mais detalhes sobre o papel desempenhado pelo CDDH.

Assim, tal como apontado por Castro (2002) durante implantação do chamado “Programa Favela-Bairro”, promovido pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, aqui aparecem questões que surgem a partir do contato entre duas visões distintas que entram em contato em função de um projeto que é concebido para promover ações específicas para uma determinada população. O público para o qual se destinam as ações, que são concebidas como “técnicas”, quando as observa emite suas impressões, procurando discutir e adequar os métodos escolhidos para a aplicação dessas ações “técnicas” às características locais. As tensões que surgem entre as instituições locais e aquelas que chegam, cuja legitimidade destas últimas é buscada nas grandes estruturas burocráticas, principalmente as estatais, acaba provocando um série de discussões em que ambas as partes vão se ajustando uma a outra.

Outro ponto em comum com o trabalho de Castro (*Op. Cit.*, p. 241) está diretamente relacionado com a identificação das lideranças, principalmente quando se tenta a melhor articulação possível entre as metas do projeto e a inserção de todo o aparato externo desconhecido pela população local, cuja operacionalização passa pela mediação dessas lideranças. No entanto, o papel da liderança não passa necessariamente pelas instituições, em alguns momentos é preciso descobrir quais os indivíduos são portadores de legitimidade para exercerem tais papéis, independentemente da sua vinculação com as instituições formalmente constituídas. Quando o INNATUS precisou inserir entre seus métodos de trabalho as visitas domiciliares, no momento em que o presidente da principal associação de moradores da localidade estava desacreditado, a identificação de Júlio como um mediador aceito por ambas as partes permitiu que se saísse de um entrave.

No entanto, a condução da “investigação” feita por Júlio recebeu um tratamento diferente do que foi planejado pelo INNATUS, cuja descrição será tratada a seguir. Desse modo, as discussões sobre a articulação das decisões técnicas com as demandas locais, que nem sempre correspondem ao que se concebe externamente, passa por filtros que mobilizam valores locais para procurar a articulação mais próxima possível entre os respectivos objetivos.

A percepção dos alunos em relação aos cursos conduzidos pelo INNATUS

Quando tive o primeiro contato com o material didático sobre o curso de reflorestamento, que também incluía os módulos complementares, pela quantidade relativa de páginas, imaginei que o curso se resumia a uma exposição formal do conteúdo impresso na apostila e que tinha como proposta principal a assistência a ele vinculada porque o módulo “Saúde da Família” ocupava um número de páginas superior ao que dava o título à apostila e mais de um terço do total de páginas. Porém, de acordo com os depoimentos dos antigos alunos, tal suposição foi descartada, porque confirmaram que a parte expositiva do curso foi ministrada rapidamente, sendo a maior parte do tempo dedicada às aulas práticas. Além disso, os depoimentos revelaram que o material impresso teve pouca utilidade prática, pois, as primeiras apostilas começaram a soltar as folhas quando manuseadas, e por isso foram recolhidas para reparo e nem todas retornaram às mãos dos donos ao final do curso, e as mulheres que realizaram o curso de artesanato não receberam qualquer material impresso. Isso indica que o curso principal, sobre reflorestamento, de fato, tinha uma proposta de treinamento da mão de obra, com as formalidades didáticas sendo reduzidas em benefício da praticidade, talvez em razão dos baixos níveis de escolaridade.

Por outro lado, algumas pessoas que compuseram a primeira turma se queixam do trabalho de preparação que fizeram, antecedendo as aulas propriamente ditas, como capinar, transportar sacos de areia e montar as bancadas onde aconteceriam as aulas de viveirismo, sem relação aparente com alguma técnica. Para elas, tais atividades de preparação não deveriam ter sido executadas pelos alunos, mas serem providenciadas antes da chegada deles, pois imaginavam que estavam realizando um tipo de trabalho que seria de exclusiva responsabilidade do INNATUS.

Constituindo-se como um espaço de interação com o que era naquele momento a Petrobras, as aulas práticas sobre técnicas de viveirismo e plantio deram origem à maioria das histórias lembradas a respeito do curso de reflorestamento, a partir do contato que elas

propiciavam entre professores e alunos, e destes entre si. Para a grande maioria dos alunos, a principal motivação para a realização do curso era a possibilidade de posterior encaminhamento para o trabalho de reflorestamento, no entanto, havia outras razões, que apareciam em segundo plano nos discursos: ampliação dos conhecimentos sobre técnicas de plantio de um modo geral, que fossem aplicáveis, inclusive, às ornamentações domésticas; curiosidade para compreender de um modo mais amplo o processo que estava ocorrendo; ou estar na expectativa de conseguir algum emprego, mesmo que não fosse diretamente ligado ao reflorestamento, entre outras. Havia ainda uma forte identificação com a ideia de assistência, pois, apenas uma vez ouvi alguém se referir a eles especificamente como trabalho, no mais era como se a assistência a eles vinculada fosse vista como o reconhecimento, pela Petrobras, de um dano causado e para o qual se buscava reparação.

Um dos problemas para a relação entre a coordenação e os alunos foi o cronograma das obras em descompasso com a periodicidade dos cursos. Como os alunos da primeira turma de reflorestamento acreditavam que ao término do curso seria iniciado imediatamente o reflorestamento, já que coincidiria exatamente com o dia marcado para a cerimônia de inauguração das obras de terraplenagem, 31 de março de 2008, criou-se esta expectativa e ela foi sendo alimentada pela própria coordenação, que informava aos ansiosos alunos a evolução das reuniões entre INNATUS e Petrobras, o que teria sido considerado pela Petrobras como uma espécie de quebra de sigilo, porque eram revelados conteúdos que não eram destinados aos alunos.

Tal situação, segundo alguns alunos, teria provocado um comportamento explosivo de um dos altos funcionários da Petrobras ao se dirigir ao pessoal do INNATUS como “incompetentes” e “irresponsáveis”, por terem cedido à pressão e divulgado algo que não deveriam. Pelo que parece, pelas várias versões sobre este evento, havia inicialmente a possibilidade de ser iniciado o plantio tão logo estivesse formada a primeira turma, porém, não ocorreu. Se por questões financeiras, técnicas ou quaisquer outras, não se sabe exatamente, mas a simples divulgação dos sucessivos adiamentos do período de início do reflorestamento foi suficiente para gerar atrito entre os alunos, o INNATUS e a Petrobras.

Entre os diversos tipos de interesse que se misturavam em relação ao significado daqueles cursos, podem-se colocar os três principais que se articularam inicialmente: os da Petrobras, em preparar a mão de obra a ser utilizada no reflorestamento e a administração da assistência destinada às pessoas que deixaram a área desapropriada, como parte de uma

política trabalhista da empresa em sintonia com aspectos legais que implicavam o licenciamento das obras; os da população que via naquele emaranhado de empresas que representava o COMPERJ a possibilidade de substituição dos empregos perdidos, e para tal procurava discutir com a empresa os critérios sobre admissão aos cursos, cujas reflexões tinham motivações bem diferentes daquelas da empresa, como a “maior necessidade”, a “maior competência”, em contraposição a “quem se dirigiam” as ações da empresa; juntamente com os interesses dos representantes das associações de moradores que tentavam conciliá-los com aqueles das eleições municipais, que coincidiam com o ano em que aconteciam os cursos.

É possível atribuir a esses três interesses a preeminência sobre os demais, já que se legitimavam em pressupostos que aludiam a coletividades e não a indivíduos isolados: a Petrobras procurava amenizar os efeitos de sua presença e agilizar a implantação de seu empreendimento, atribuindo aos interesses da empresa e do país³² a sua forma de agir; os líderes comunitários, fortemente influenciados pelos interesses do *campo* das relações político-partidárias, procuravam combinar tais interesses com a maior possibilidade de articulações em torno dos interesses de uma população cujos limites para sua definição se distanciavam daquilo que a Petrobras havia definido como o público-alvo para o qual se dirigiam suas ações principais; ao mesmo tempo em que o pensamento predominante entre as pessoas que se apresentavam como candidatas ao preenchimento das vagas naqueles cursos, e posteriormente no trabalho de reflorestamento, era a compensação pelos empregos e demais atividades que foram perdidas possíveis de gerar algum retorno financeiro.

No sentido das articulações político-partidárias, o presidente a associação de moradores do Alto do Jacu e uma funcionária do Centro Comunitário de Sambaetiba, Helena, articularam um movimento que resultou na discussão sobre os critérios para definir os aptos e inaptos a se tornarem alunos dos cursos de artesanato e reflorestamento, cujo objetivo era provocar o desligamento dos “menos necessitados” em prol dos “mais necessitados”, mesmo depois de iniciadas as aulas. Até aquele momento, Helena aparecia com *status* de líder comunitária, apesar de ser funcionária do município, versão confirmada por algumas pessoas que a conheciam. Mas isso era fruto da posição ambígua que os centros comunitários

³² Ver no Apêndice 4 a logomarca do governo Luiz Inácio Lula da Silva com seu slogan “Brasil: um país de todos”. Dificilmente essa citação teria sido acidental, já que esse material deve ter sido submetido à apreciação do serviço de comunicação social da Petrobras, pois também carrega a logomarca da petrolífera.

ocupavam, já que no mesmo prédio em que estava o Centro Comunitário de Sambaetiba também estava registrado o endereço da associação de moradores de Sambaetiba, o que permitia a Helena se pronunciar como representante da associação de moradores, mesmo não sendo.

Dentro das possibilidades, Helena e o presidente da associação de moradores do Alto do Jacu tentavam conciliar os resultados dessa discussão em torno dos critérios adotados pelo INNATUS para a matrícula com interesses da campanha dos seus candidatos nas eleições municipais. Eles não apoiavam os mesmos candidatos, mas os objetivos eram similares: tentar inscrever a maior quantidade possível de pessoas nos cursos, independentemente do local de residência, de modo a obter posteriormente o reconhecimento público de suas ações. A pressão surtiu efeito e eles conseguiram incentivar o desligamento de alguns antigos pequenos proprietários que “não necessitavam” e indicar outras pessoas “mais necessitadas” para as vagas que surgiam, mas a descoberta dessa manobra pela coordenação, depois que outros moradores da localidade continuavam reclamando dos critérios e da entrada de pessoas que não residiam nas proximidades, custou-lhes o descrédito, passando o trabalho de pesquisa a ser feito pelo próprio pessoal do INNATUS, e com o tempo Júlio foi assumindo esse papel de assessor informal dos coordenadores, embora os efeitos dessa discussão tenham sido mantidos, orientando os passos subsequentes da empresa. Essa primeira discussão ocorreu no início de 2008, quando foram iniciadas as aulas do curso de reflorestamento.

Uma das pessoas que foram desligadas do curso foi Lúcia, de 56 anos, a outra funcionária do Centro Comunitário de Sambaetiba, a mesma que foi classificada como a “banda podre” da família na discussão sobre a desapropriação do local onde residia. Inicialmente moradora do Alto do Jacu e depois da desapropriação passando a residir em Agro Brasil, a sua história dentro do curso foi rápida, porque ela foi desligada depois que os “mais necessitados” começaram a surgir. Ela lembra que foi a maior humilhação que sofreu na vida, quando, juntamente com outros antigos pequenos proprietários, foi chamada para uma reunião na sala da coordenação e lhe foi dito naquele momento que estava sendo desligada porque se encontrava em condição irregular, o que ela insiste em questionar, já que também foi atingida pelas desapropriações e teve que interromper suas plantações e uma obra que tinha em curso no seu terreno, quando foi decidida a aquisição da propriedade de sua família pela Petrobras.

Depois de passados alguns meses desde a sua experiência com o curso, que ela julga humilhante pela forma como foi desligada, Lúcia enfatiza que não estava interessada em

auxílio algum. Ela diz que só recebia a Cesta Básica e os 300 reais porque estavam disponíveis para todos os alunos, pois se houvesse a possibilidade de se manter no curso sem o recebimento de tais auxílios seria melhor, porque não tiraria de alguém que “necessitava mais” do que ela, mas alega que também sofreu prejuízos com as desapropriações, porque a obra que fazia em sua casa foi indenizada pela metade e teve sua pequena plantação de feijão e jiló, que seria comercializada, interrompida sem qualquer pagamento por isso, portanto, não estava em condição irregular no curso. Porém, ela diz que seu principal interesse não era aprender sobre reflorestamento, porque não estava interessada naquele tipo de trabalho, mas, estar mais próxima do centro dos acontecimentos e observar as possibilidades de emprego, como cozinheira ou na limpeza. Na sua análise, o conteúdo do curso também seria interessante para pequenos proprietários porque era um tipo de informação do qual eles não dispunham com facilidade. Para ela, tudo aquilo estava colocado como possibilidade de trabalho, já que se ficasse próximo ao centro do processo poderia dispor de informações estratégicas sobre situações futuras de emprego, pois, seu trabalho no Centro Comunitário de Sambaetiba, na condição de cargo comissionado, não dependia apenas de seu desempenho ou competência, mas das mudanças na administração pública municipal, e já se aproximavam as eleições municipais ao final daquele ano.

No entanto, no seu caminho estava Helena, a outra pessoa que trabalhava com ela naquele centro comunitário, na mesma condição que a sua. Helena costumava se ausentar do trabalho com certa regularidade para tratar dos interesses da campanha do candidato que apoiava, e de assuntos particulares, deixando a sua parte do trabalho para Lúcia realizar, mesmo sem a concordância desta. Como as aulas ocorriam durante o dia, Lúcia teria que ficar ausente do trabalho por algumas horas, o que foi autorizado pelo titular da secretaria municipal à qual ela estava vinculada, e isso traria problemas para Helena, pois esta teria que permanecer no centro enquanto Lúcia estivesse ausente.

De acordo com Lúcia, a primeira expressão de Helena quando soube de tal autorização foi de insatisfação, indo imediatamente procurar uma pessoa ligada ao secretário para tentar a revogação da autorização concedida a Lúcia, mas não conseguiu. Depois disso, Helena, juntamente com o presidente da associação de moradores, foi diretamente à coordenação do curso explicitar a condição irregular em que estavam alguns antigos proprietários, já que dispunha de trânsito livre, porque se apresentava como representante comunitária. Depois de efetivado o desligamento dos antigos proprietários, já no centro comunitário e na presença de

outras pessoas, Helena teria feito o seguinte comentário, segundo Lúcia: “ela está querendo trabalhar na Petrobras³³ com essa roupa toda manchada de cloro”, em referência à roupa de trabalho que Lúcia usava com frequência nos trabalhos de limpeza, e complementou: “ela está triste assim porque perdeu a Cesta Básica da Petrobras”, que acentuou ainda mais a humilhação que ela já havia experimentado na sala da coordenação do curso.

Embora aparecessem nos depoimentos de Lúcia muitas informações que tinha a ver com situações vividas em ambiente de trabalho, a sua relação com Helena indicava detalhes de algo mais amplo. Esse relacionamento evidenciava o encontro de duas perspectivas distintas de trabalho e duas visões acerca de um mesmo processo, pois, enquanto Lúcia procurava um meio de conseguir algum trabalho relacionado com o COMPERJ, Helena procurava a maior possibilidade de articulações possíveis e, para tal, utilizava-se de sua experiência adquirida no *campo* das relações político-partidárias para vencer o duelo com Lúcia, através de uma performance sustentada por um jogo de palavras com o qual tinha mais familiaridade do que sua, naquele contexto, oponente.

Helena, depois de sua mudança forçada de planos e antes da realização das eleições municipais, desligou-se do trabalho no centro comunitário, depois que se desvinculou do grupo que buscava a sucessão na administração municipal e passou a trabalhar para um candidato que compunha um dos grupos de oposição, depois que as pesquisas sobre intenção de voto indicavam a possível eleição deste último, voltando mais tarde a se reconciliar com o antigo grupo após a intervenção da justiça eleitoral na impugnação de uma candidatura, que modificou o desfecho da eleição para prefeito. E o presidente da associação de moradores perdeu sua influência junto aos cursos para Júlio.

Em decorrência do enfraquecimento sofrido pelo presidente da associação de moradores, surge Júlio. Reconhecido dentro do curso, tanto pela coordenação quanto pelos alunos, como uma espécie de mediador, Júlio se aproveitou de um prestígio que já era anterior ao seu envolvimento com a associação de moradores do Alto do Jacu, liderança que talvez tenha surgido na filial da igreja Assembleia de Deus que ele e outros moradores locais frequentam, e se apresentou como porta-voz de um grupo de pessoas que reivindicavam a matrícula no curso. Ele recorda que não estava inicialmente inscrito no curso, mas foi pela sua

³³ Neste caso, a palavra Petrobras se referia, inclusive, a toda a estrutura de apoio à construção das instalações do COMPERJ, entre as quais, as empresas prestadoras de serviço.

insistência junto à coordenação que teve sua inscrição assegurada, indo diariamente ao escritório do INNATUS, mesmo depois de iniciado o curso.

Na sua condição de mediador, pelo que outros alunos falaram a seu respeito, ele não tomava publicamente partido nas divergências entre a coordenação e os alunos, procurando estar “neutro”, como colocado por ele mesmo. Júlio declara ter feito intervenção na situação de outro aluno, Ricardo, quando aquele foi ameaçado de ser desligado do curso após um acidente, além de ter levado à coordenação o protesto de outros moradores locais que não haviam conseguido se inscrever no curso, em contraste com a situação de antigos pequenos proprietários que estavam inscritos e recebendo os benefícios, e ainda ter procurado resolver os atritos que surgiam entre os alunos. A sua posição lhe valeu a manutenção de vínculos com a coordenação mesmo após o término do seu curso, servindo como uma espécie de assessor informal da coordenação quando os procedimentos para a admissão passaram a incluir, obrigatoriamente, visitas às residências.

Em outubro de 2008, encontrei-o indo às casas de algumas pessoas que moravam nos bairros de Sambaetiba e Alto do Jacu fazendo o trabalho de verificação de informações constantes no cadastro de candidatas ao curso de artesanato, a pedido da coordenação, incluindo algumas e excluindo outras, de acordo com o critério da “maior necessidade” constatada por ele. Naquele momento, estava-se tentando agrupar mulheres para compor a última turma do curso de artesanato e a última de todo o projeto, mas, como as informações incluídas nas fichas preenchidas no escritório do INNATUS precisariam ser verificadas pela coordenação, ele se dispôs a auxiliar no trabalho de verificação. Ao perguntar se ele não se sentia constrangido em fazer aquele trabalho, a sua resposta foi afirmativa, complementando: “eu faço isso para evitar que outras injustiças aconteçam!”.

Tais injustiças, pela sua observação, era o fato de pessoas que “não precisavam” dos 300 reais e da Cesta Básica terem sido inscritas e não sentirem qualquer constrangimento ao tomarem conhecimento de outras, sem emprego ou qualquer espécie de renda, que enfrentavam dificuldades. Ele ainda me confessou que na medida do possível tentava flexibilizar os critérios definidos pela coordenação, porém, a falta de documentos era o único que ele não conseguia encontrar alternativa, e pelo tempo que dispunha não seria possível incluir todas as pessoas que ele julgava necessitar. Ele se dizia frustrado porque da relação inicial, com 20 nomes, só metade teve a inscrição confirmada.

Assim como Lúcia, Saulo, o proprietário do minhocário, residente no Alto do Jacu, que foi aluno da primeira turma de reflorestamento, afirma que seu principal interesse no curso não era o conteúdo, dizendo que o fez “de brincadeira”, porque estava se reestruturando, depois que perdeu o emprego e precisou transferir as minhocas que restaram. Ele lembra que o fez por “necessidade”, porque até aquele momento as minhocas representavam sua atividade econômica secundária, somando-se a isso as perdas que teve durante a transferência e a parte que foi indenizada pela Petrobras e teve que ser deixada no lugar onde estava cujo pagamento ficou com seu ex-patrão. Enquanto isso, ele iniciou, em terreno cedido sem custos por um amigo seu, uma pequena plantação de hortaliças e a instalação do minhocário.

A respeito da convivência dos alunos em sala de aula certa vez ele fez a seguinte analogia: “eu comparo aquele curso com o mar, porque lá tem todo tipo de gente, assim como no mar tem todo tipo de peixe”. Na sua concepção, faltava à maior parte dos alunos uma percepção mais objetiva do que estava acontecendo, principalmente em relação ao tipo de reivindicação que faziam aos funcionários do INNATUS, quando deveria ser direcionada para o pessoal da Petrobras, o que, na sua visão, destoava dos objetivos do curso e criava problemas de convivência com os professores por uma falta de critério dos alunos. Na comparação com o mar, ele queria dizer que havia vários graus de envolvimento com o conteúdo programático e com os objetivos didáticos: “alguns estão lá só pela ajuda, porque reclamam de tudo e não querem fazer nada”.

Ele ainda fez a seguinte observação: “tem gente que faz o curso e depois só quer trabalhar naquilo que aprendeu no curso, mesmo quando está passando por dificuldade”, contrapondo, tal postura à sua, pois, ele lembrava que já foi produtor – tanto em terreno próprio quanto arrendado - e tinha o próprio transporte para levar sua produção para a distribuição comercial, mas, como perdeu seu patrimônio em função do tratamento de um problema cardíaco, não exitou em trabalhar cuidando de um sítio quando as condições se tornaram mais difíceis.

Contrastando as suas experiências anteriores com o conteúdo do curso, depois de cinco meses matriculado, sendo ele um dos alunos da primeira turma que permaneceram por mais dois meses, Saulo discorda de algumas informações que eram transmitidas pelos professores, por julgar que na prática não funcionariam, mas disse que não se pronunciava porque, pelas suas próprias palavras: “com professor não se brinca. Você sabe como é professor?!”. No entanto, ele enfatiza que seu conhecimento não se restringia à prática, pois, na década de 1970

foi um dos responsáveis pela produção da Fazenda Macacu, dizendo que tinha *status* equivalente a um agrônomo, na época em que a fazenda pertenceu ao grupo Bozzano Simonsen, e já realizou vários cursos na EMATER-RJ, quando tais cursos eram gratuitos e faziam parte de uma política de incentivo à produção rural.

Outro aluno, Ricardo, também da primeira turma de reflorestamento, lembra que ao seu currículo de “homem da roça”, como ele próprio se definiu, nada foi acrescentado com a experiência no curso, exceto o auxílio recebido durante o tempo em que esteve matriculado, que teria servido como alternativa depois que deixou de ter os “biscates” que normalmente fazia, principalmente de pedreiro. Certo dia enquanto conversávamos em frente à sua casa e ele me mostrava sua plantação de abóbora, com uma parte do seu terreno em que o capim já estava totalmente ressecado, como resultado do seu trabalho com a enxada, ele disse: “olha aquilo ali [a área capinada], eu já faço isso desde criança. Eu deixei o capim no local para proteger a terra. Então vem um pessoal aqui só para me ensinar o que eu já sei?”, e continuou acrescentando que o dano causado pela Petrobras foi muito maior do que o valor que a empresa utilizou com aqueles cursos.

À sua experiência com o curso, Ricardo incluiu um acidente - classificado por ele como acidente de trabalho, cujo tratamento recebido, pelo seu entendimento, esteve aquém do ideal - e a iniciativa, embora outras pessoas também a reivindicuem, de um movimento interno para pressionar a coordenação a solicitar à Petrobras uma posição sobre o trabalho de reflorestamento, que já vinha sendo sucessivamente adiado, o que resultou na decisão de prolongar o vínculo de alguns alunos da primeira turma por mais dois meses. A respeito do acidente, trata-se de um ataque de formigas que ele recebeu enquanto executava uma tarefa do curso, sendo agravado tal ataque pela sua condição de alérgico a picada de inseto, resultando na quase total obstrução das vias aéreas e dificuldade para respirar.

Apesar do socorro recebido por uma ambulância que estava a serviço de uma das empresas envolvidas com as obras de terraplenagem, ele diz que os cuidados recebidos se restringiram aos primeiros procedimentos e ao transporte até o pronto-socorro do município, sendo deixado com sua esposa, aos cuidados da equipe médica daquele hospital, sem condições de retornar para casa, já que estava debilitado fisicamente, sem documentação e sem dinheiro, sendo ajudado por uma enfermeira do hospital que lhe deu o valor correspondente à tarifa do ônibus, para ele e sua esposa. Porém, de acordo com Júlio, que tinha livre acesso à coordenação, Ricardo esteve prestes a ser desligado do curso em função deste acidente.

A motivação para a coordenação pensar em desligá-lo era o fato de não terem sido observados os procedimentos de segurança ensinados no curso, agindo com displicência e caracterizando desrespeito às normas, pelo entendimento da coordenação. Tudo aconteceu quando ele, tentando ser prático, subiu rapidamente no alto de uma árvore para recolher uma muda de uma determinada planta parasita que seria utilizada para fins didáticos, sem usar o cinto de segurança, sem se utilizar de escada e sem analisar as condições para a execução da tarefa. Ele só não esperava que houvesse formigas naquele local, que rapidamente o atacaram. Por isso, ao mesmo tempo em que ele esteve ameaçado de ser desligado do curso, também pensou em acionar juridicamente o INNATUS pelo tratamento precário recebido pelo que ele analisou como acidente de trabalho. Ele afirma que se fosse concretizado o seu desligamento do curso, acionaria juridicamente o INNATUS e a Petrobras por negligência. E acrescentou: “O pessoal do CDDH foi afastado do curso porque começou a nos falar sobre o que a gente tinha direito e que a Petrobras não estava fazendo caridade, porque tudo aquilo estava previsto”.

Ainda naquela primeira turma, estava inscrito um dos filhos de Lúcia, Luciano, de 32 anos, morador do Alto do Jacu, que assim como a sua mãe, não concluiu o curso, mas por razões distintas. Luciano, como Ricardo, é um dos que reivindicam a iniciativa pelo movimento que resultou na ampliação da permanência de alguns alunos da primeira turma, mas diferentemente de Ricardo, o seu ativismo político foi além desse ato e lhe custou o desligamento do curso, sob a acusação de ser o líder de uma paralisação das atividades pelos alunos e de estar inflamando a turma para pressionar a coordenação do curso e, por conseguinte, a Petrobras, na definição da situação dos alunos no momento posterior ao término do curso, definindo se haveria ou não emprego para eles.

A combinação deste evento com um atraso no pagamento dos auxílios no segundo mês de curso levou alguns alunos a pararem suas atividades enquanto não se definisse a situação. E o resultado foi o seguinte: não se divulgou coisa alguma e alguns alunos foram desligados do curso, sob a alegação de serem os líderes da “rebelião”, o principal deles era Luciano. Ele próprio, falando sobre o assunto, lembra que as razões para o seu desligamento não foram anunciadas pela coordenação, simplesmente recebeu a informação que estava sendo desligado pelas mesmas razões que sua mãe fora desligada - ser ex-proprietário -, porém, ele argumentou que a indenização era de sua mãe e não dele, mas não convenceu e o seu desligamento foi processado. No entanto, mais tarde quando tentou esclarecimento com a coordenação, ele

ficou sabendo que foi lançada na sua ficha a informação de desistência, depois de um determinado número de faltas. Quando ele recebeu a notícia do desligamento parou de ir às aulas, mas o desligamento se processou apenas verbalmente e ele continuou matriculado, sendo desligado posteriormente em função do número de faltas.

Ao lembrarem do episódio da “rebelião”, outros alunos veem Luciano como uma pessoa inteligente, aparentemente bem intencionada, porém, consideram-no uma pessoa explosiva e o reconhecem como diferente, pelo fato de ser oriundo de uma família com mais recursos que o permitiu o acesso à educação até um nível que poucos trabalhadores por ali teriam condições. Luciano chegou a estudar os primeiros anos do ensino médio e se expressa bem, com raciocínio bem articulado e um amplo vocabulário, já tendo inclusive trabalhado durante quase um ano em laboratório fotográfico na cidade de Niterói. A sua mãe lembra que procurou investir na formação de seus dois filhos enquanto teve condições, mas quando a propriedade da família não conseguia produzir como antes, os dois filhos, já crescidos, passaram a cuidar das próprias vidas, passando a trabalhar nos sítios vizinhos à casa da família. O irmão de Luciano conseguiu emprego de motorista no INNATUS, por conhecer bem as estradas e possuir carteira de habilitação, permanecendo assim até o final de 2008, e ao final do terceiro mês a esposa de Luciano também foi desligada do curso, depois de tê-lo concluído, embora esperasse estar na relação dos que seriam mantidos. A ela foi dito que estava sendo desligada porque outra pessoa da família estava inscrita, uma irmã sua.

Juntamente com Luciano, André, aquele que permaneceu residindo em meio às cercas do terreno do COMPERJ, foi desligado do curso. Ele lembra que ficou impossibilitado de trabalhar depois da desapropriação do sítio em que trabalhava e de todos os outros nos quais podia fazer “biscates”, tudo agravado com a situação do inventário da propriedade de sua família, em razão do falecimento do seu pai, obrigando-o a permanecer residindo em meio aos terrenos adquiridos pela Petrobras por mais tempo do que a maioria dos seus amigos e conhecidos, praticamente isolado do convívio deles. A sua relação com o curso de reflorestamento foi rápida, sendo desligado ainda na sua primeira metade, pelo que foi considerado como apropriação do patrimônio da Petrobras.

Nas diversas oportunidades em que conversamos, ele nunca mencionou que foi desligado do curso antes do término, nem sua história foi levada ao conhecimento público, mas outros ex-alunos atribuem o seu desligamento ao fato de ter sido verificado pelo pessoal da segurança alguém recolhendo estacas de madeira durante a noite de um sítio que acabara de

ter efetivada sua desapropriação e desocupação, e no dia seguinte ele ter sido visto parado na beira da estrada tentando negociar algumas estacas, o que coincidia com a sua condição de residente no interior das cercas do terreno da Petrobras. Júlio lembra que André foi chamado na sala da coordenação e recebeu a advertência sobre as estacas, e posteriormente foi anunciado o seu desligamento pelo coordenador geral do curso com o seguinte comentário: “você sabe porque está sendo cortado!”.

Outro aluno daquela primeira turma foi Moisés. Antes da chegada da Petrobras ele tinha sua residência estabelecida no terreno por onde passou parte da ferrovia que foi desativada e trabalhava em um dos sítios desapropriados. Ele costumava se referir ao curso como um ambiente tenso, no que se refere à convivência entre alunos e professores. Entre os vários eventos que ele citou nas oportunidades em que conversamos, além da sua própria experiência, foi o caso de um aluno que teria sido desligado do curso por não ter acionado a descarga do vaso sanitário após o uso, justamente em dia que havia faltado água nas instalações da antiga fazenda onde o curso era realizado. Este evento em especial aparece em outros depoimentos, com a mesma setença: a coordenação do curso se excedeu, principalmente pelo fato do desligamento ser precedido da divulgação para os demais alunos que a razão para tal era a falta de higiene daquele aluno, o que o desqualificava para o trabalho de reflorestamento, porque tal trabalho presumia regras de convivência coletiva.

Moisés se imaginava perseguido por um determinado professor que nutria antipatia por ele, em razão do que, na sua observação, seria uma efetiva participação nas aulas. Entretanto, essa sua participação também ia além das questões diretamente envolvidas com o conteúdo do curso, pois, em visita de um alto funcionário da Petrobras às instalações do curso, ele admite que teria criticado a empresa por não ter cumprido o acordo feito com a população, quando havia sido dito, através da Cena Brasileira, que não ficariam sem renda, e não estava acontecendo como foi combinado, atitude que teria sido prontamente reprimida pelo mesmo professor que não simpatizava com ele, dizendo que um alto funcionário da Petrobras tem coisas mais importantes para se ocupar.

Daniel, aquele que procurava os “biscates” de motocicleta, também aluno da primeira turma de reflorestamento, juntamente com Moisés, teria se envolvido em episódio em que foram colocados em evidência os tipos de conhecimento e posições sociais. Foi atribuída uma atividade prática para ser executada por duplas, tendo eles formando uma dupla. Ao final da atividade, Moisés e Daniel exibiam orgulhosos o resultado do trabalho deles, enquanto

apontavam falhas no resultado do trabalho de uma dupla formada por duas mulheres, que eram donas de casa. A tarefa consistia na preparação de mudas de árvore, de acordo com o conteúdo do curso, para uma posterior atividade. Moisés e Daniel, ambos com certa experiência em agricultura, continuavam fazendo brincadeira sobre o resultado do trabalho das colegas na frente dos outros alunos, até serem advertidos pelo mesmo professor por quem Moisés imaginava ser perseguido, sobre a igualdade de condições entre todos os alunos, independentemente das respectivas experiências profissionais anteriores. Moisés ainda lembra que em outro contexto teria ouvido desse mesmo professor o seguinte: “eu avalio e desavalio [*sic*]”, em relação ao julgamento do desempenho dos alunos, no qual se incluiria as hierarquias em sala de aula.

No primeiro contato que tive com Moisés, no prédio da associação de moradores do Alto do Jacu, em meio a uma série de informações a respeito dos diversos problemas relacionados com a implantação do COMPERJ, que surgiam de todos os lados, já que havia um grupo de pessoas que aguardava na entrada do prédio o momento de poder falar com o presidente a respeito dos diversos problemas que ocorriam na localidade, que eu cuidadosamente anotava por se tratar dos momentos iniciais da pesquisa, ele fez o seguinte comentário: “quando alguém destrói um sonho, passa a ser responsável pela reconstrução dele”, e constantemente, nos nossos contatos posteriores, ele repetia essa mesma expressão.

Ela ficou registrada, mas, como parecia ser mais uma expressão de efeito, entre tantas que me habituei a ouvir, não recebeu muita atenção. Só depois de alguns meses tive a oportunidade de encontrá-lo sozinho e à vontade para falar sobre sua vida antes e depois da chegada da Petrobras. Não tivemos a oportunidade de conversar sobre a possibilidade de tal sonho ser extensivo a outros acontecimentos, mas quando fez referência a ele naquela situação estava se referindo aos planos de sua esposa, Marta, que, segundo ele, fora afastada do curso ao final do terceiro mês, enquanto ela esperava ser uma das alunas a serem mantidas, pois, era consenso entre o casal que o desempenho de Marta havia chamado a atenção dos professores, e por isso esperavam que entre os dois ao menos ela seria mantida.

No entanto, ela foi desligada sob a alegação de que outra pessoa da família, sua irmã, seria mantida, mesmo sendo a sua irmã também casada e residindo em local diferente do seu, justificativa que foi complementada com o argumento de que a irmã estava naquele momento “mais necessitada” do que ela da ajuda de custo fornecida pelo curso, o que foi questionado por ela, pois alegava que seu desempenho e interesse pelo curso foram mais evidenciados do

que os da irmã, cuja diferenciação poderia ser feita a partir da comparação das respectivas notas, mas isso não surtiu efeito. O golpe para Marta pareceu ainda mais forte quando lhe foi dito por um membro da coordenação que ela “não possuía perfil para o trabalho em equipe”, como era uma das premissas do INNATUS, pois estivera na maior parte do tempo com expressão facial séria, demonstrando pouca aptidão para o trabalho coletivo.

O sonho significava a perspectiva de investir posteriormente no aprofundamento do conteúdo do curso de reflorestamento, até mesmo em curso superior na área de agronomia, pois, segundo ela, o aprendizado das técnicas de reflorestamento despertou-lhe um súbito interesse pelo assunto de forma mais aprofundada, porém, sentiu-se atingida no aspecto meritório e no profissionalismo quando foi preterida por sua irmã, que ela julga ter tido um desempenho inferior ao seu, e lhe ter sido dito que não possuía perfil para o trabalho pelo qual havia se interessado. Sua maior decepção foi ser tida como incapaz para realizar algo que sempre fizera, ao seu modo de ver, bem sucedido: o manuseio de plantas.

Seguindo essa linha de desencontros, Paulo, de 34 anos, morador do Alto do Jacu, natural de Pernambuco, apontava um paradoxo entre os ensinamentos e as práticas das empresas prestadoras de serviço. Ele lembrava que era ensinado nas aulas como evitar a proliferação do mosquito causador da dengue, enquanto a empresa que realizava as demolições deixava antigas piscinas com água parada em locais próximos às instalações do curso.

Entre os depoimentos que dão mais ênfase às experiências proveitosas está o de Jéssica, de 25 anos. Casada com Júlio, o mediador, ela fez parte da primeira turma de artesanato. Quando conversamos, na presença de seu marido, ela se mostrava admirada com o resultado do trabalho de bricolagem que aprendeu no curso, ao transformar objetos que seriam descartados em artigos de decoração doméstica, e ainda falou sobre a possibilidade de formação de uma cooperativa por algumas outras alunas que estavam sendo assessoradas pelo INNATUS. Nesse mesmo sentido, Daniel considera que o curso foi uma boa oportunidade para ampliar seus conhecimentos sobre manuseio de plantas, além daquele acumulado ao longo da vida através da prática, pois foi possível saber um pouco mais sobre como proceder com pequenas mudas de árvores, algo que ele conhecia pela prática, reconhecendo que no geral o curso lhe foi útil, principalmente no tratamento de plantas que exijam maiores cuidados e que não façam parte de uma lista comum de itens agrícolas.

Dentre os alunos da primeira turma de reflorestamento, Daniel representou uma das excessões em relação à forma de recuperar a memória sobre o curso. Enquanto a maioria começava falando rapidamente sobre a proposta principal do curso e acabava desviando a conversa para os problemas de relacionamento e por fim lamentava pela não concretização do reflorestamento, Daniel enfatizava mais a utilidade do que aprendeu para a sua atividade de jardineiro, e com sua motocicleta saía procurando seus “biscates”. Entretanto, é conveniente lembrar que esses depoimentos que foram dados com mais detalhes não correspondem à maioria dos alunos que passaram pelas instalações dos cursos, embora outras pessoas com as quais não consegui construir diálogos dos quais pudessem ser obtidas maiores reflexões sobre a importância dos cursos também acabassem dando mais ênfase aos problemas do que aos supostos benefícios.

A partir da segunda turma de reflorestamento começam a surgir fragmentos de outros tipos de sentimentos, dando mais atenção ao conteúdo propriamente dito e ao tempo que tiveram que esperar até serem matriculados, talvez porque já não houvesse mais a expectativa do encaminhamento imediato ao trabalho ao término do curso. Um desses foi Carlos, o mesmo comerciante que disse ser a Petrobras era *uma empresa nova no local*. O que ele diz ter sido o conteúdo mais interessante foi o entendimento sobre a composição mineral do solo, as técnicas de plantação em terreno irregular e de manutenção das plantas, pois, anteriormente, sua experiência profissional estava restrita às atividades de pedreiro. Ele ainda disse que considerava o INNATUS uma *boa empresa* e imagina que ela poderia ser vista assim por outras pessoas se o reflorestamento tivesse se concretizado.

Carlos ainda deu bastante ênfase aos ensinamentos passados pelos módulos sobre primeiros socorros, cidadania e saúde da família, porque, pela sua observação, são informações que não se consegue facilmente. Como fez parte da última turma de reflorestamento, ele apontava as dificuldades encontradas pela sua turma, que teriam sido causadas pelos alunos da primeira, principalmente em relação às exigências que o INNATUS fazia, tal como a assinatura de uma declaração em que se manifestava o conhecimento prévio de que a realização do curso não implicava a admissão ao emprego. No mais, ele apenas lamentava o projeto do reflorestamento não ter acontecido logo após o término do curso, o que significava uma quantidade de pessoas sem qualquer espécie de renda e, por conseguinte, o enfraquecimento dos pequenos comércios como o seu. Ela lembra que conseguiu ser inscrito no curso porque conseguiu convencer a coordenação que seu comércio não apresentava lucro e

por ter ficado com uma deficiência na perna direita decorrente de um acidente de motocicleta alguns meses antes, tendo o curso lhe auxiliado ainda trabalho de recuperação de parte dos movimentos.

De certa forma, essa suavização do discurso crítico à medida em que as turmas vão se sucedendo também pode ter relação com as experiências anteriores dos alunos, já que a primeira era composta por pessoas com importantes referenciais agrícolas, mesmo aquelas que trabalhavam simplesmente como caseiros, ao passo que as turmas subsequentes apresentavam composições mais diversificada. De um modo geral, a importância que aqueles cursos foram assumindo naquele contexto tornam a história de Victor bastante emblemática.

Victor, aquele que precisou sair às pressas do imóvel sob ameaça de demolição, era constantemente citado, como um exemplo de injustiça, já que ele só foi inscrito na última turma de reflorestamento, no segundo semestre de 2008, enquanto outras pessoas que “precisavam menos” do que ele dos auxílios já o haviam realizado, como era colocado por pessoas que o conheciam. Com seus oito filhos, Victor era visto como o exemplo mais claro das injustiças praticadas pela Petrobras. Com essas informações fui procurá-lo, mas não o encontrei em nenhuma das tentativas, sendo localizado por ele posteriormente depois que ele soube de alguém o procurando para “fazer uma entrevista”, embora eu não tenha utilizado em momento algum tal expressão nas ocasiões em que fui procurá-lo.

Victor ainda lembrou que tentou acompanhar seu antigo patrão ao seu novo sítio, que fica localizado próximo à rodovia RJ-116, depois da desapropriação do antigo, mas não gostou de morar nesse novo sítio porque ficava distante dos seus parentes, com isso ele retornou para o local onde nasceu e foi criado, enquanto vivia a expectativa de ser inscrito no curso a qualquer momento. Porém, essa forma de levar os trabalhadores para as novas propriedades, na opinião de Luciano, o líder da “rebelião”, seria uma estratégia que os patrões encontraram para evitar o pagamento integral dos direitos trabalhistas aos seus funcionários, porque houve outras situações semelhantes a essa, quando os trabalhadores retornavam aos locais de origem por vontade própria e abdicavam os direitos trabalhistas.

Em uma dessas idas à sua casa encontrei o seu sogro, Valter, de 51 anos, nascido e criado em Sambaetiba. Naquela ocasião, Valter lamentava não poder se inscrever no curso, que ele insistia em chamar de “trabalho”, porque era aposentado desde muito cedo, devido a um problema de hanseníase que herdou de seu pai. O sogro de Victor ainda falou de uma igualdade de gênero que passou a existir com o tratamento dado pela Petrobras às pessoas no

processo de admissão aos cursos, comentado que antes havia uma diferença entre homem e mulher em relação à remuneração recebida pelo trabalho, mas a Petrobras não fazia tal distinção. E ainda acrescentou que as dificuldades pelas quais algumas pessoas passavam, independente de outras que poderiam se recusar a fazer o curso e de receber a respectiva remuneração, não se deveria colocar em relação a quem recebe, mas a quem paga, pois, o mais importante a se observar em relação a isso é que, segundo a sua concepção, não é uma questão de justiça, e sim um dinheiro que vem de um lugar de onde poderia vir mais, e os que ficaram de fora estão nessa condição por culpa da “burocracia”, e não daqueles que “não necessitam” e mesmo assim fizeram o curso.

Valter foi a única pessoa entre aquelas com as quais conversei que tratou o curso como trabalho. Para ele, o seu genro estava demorando a ser chamado para o “trabalho” por um problema burocrático, que algumas vezes ele chamava de “democrático” (*sic*), porque a Petrobras observava muitas formalidades. Ele não emitiu qualquer julgamento moral em relação a outras pessoas que supostamente “não precisariam” dos auxílios oferecidos pelos cursos, apenas atribui aos trâmites burocráticos a causa pelo retardo do chamado do seu genro para o preenchimento de uma das vagas.

Assim, os cursos que foram pensados pela Petrobras como uma combinação de assistência para as pessoas que saíram da área desapropriada com treinamento para o trabalho no reflorestamento, passou a sofrer outros tipos de influência até se transformar em algo diferente daquilo que foi inicialmente projetado. Se antes as pessoas que permaneceram residindo nas proximidades do terreno do COMPERJ pensavam em encontrar uma maneira de conservar os laços sociais e um modo de vida, no momento mais recente as articulações passaram a considerar a escassez de postos de trabalho e os tipos de perda que cada uma sofreu, concebendo diversos graus de perdas, o que significou uma nova função para aos cursos: um substituto imediato de trabalho.

Por outro lado, entre as discussões que surgiram em relação aos problemas criados pela implantação do COMPERJ, foram colocados em lados distintos os “mais necessitados” e os “menos necessitados” dos recursos oriundos da Petrobras, cuja sentença apontava para a priorização dos primeiros, enquanto algumas pessoas entre as tidas como “menos necessitadas” também se julgavam com o direito de se utilizarem daqueles recursos, já que não se tinha um parâmetro para contabilizar os diversos tipos de perda. A primeira turma do curso de reflorestamento se mostrou como aquela que exigiu da Petrobras e do INNATUS

habilidade no tratamento e também serviu como parâmetro para pensar o conteúdo e a forma de conduzir as turmas subsequentes. Com isso, as interações entre a empresa e a população que a via como a substituta imediata dos sitiantes e demais proprietários, deu origem a adaptações de ambos os lados, cujo espaço de articulações foi a estrutura montada para os cursos de reflorestamento e artesanato, no qual foram postos em contato pontos de vista distintos e foram discutidos ajustes entre as partes em diálogo.

Expectativas *versus* realidade: discutindo um ponto de equilíbrio

A relação esboçada através da intenção de aproveitamento da mão de obra disponível, em função da desmobilização provocada pelo COMPERJ, encontrou correspondência, porém, os passos subsequentes foram distanciando as ações concretas daquilo que se pressupôs anteriormente. O fato de aparecerem mais frustrações relacionadas com o curso do que satisfações entre os alunos, principalmente os da primeira turma de reflorestamento, tem correlação com o descompasso entre a realização do curso e o cronograma das obras, mais até do que um possível estado coletivo de insatisfação.

A memória, como sugerido por Rousso (2006), seja ela recente ou mais remota, quando retomada, passa por renovações semânticas e incorpora novas questões. As comparações que puderam ser estabelecidas foram apenas entre as experiências trabalhistas anteriores e o curso, não havendo a possibilidade de aplicar os ensinamentos do curso naquilo para que ele fora programado. A expectativa não atendida, juntamente com os planos pessoais inviabilizados e os sonhos interrompidos, deu origem às divergências entre a Petrobras e sua vizinhança, contrastando um momento inicial de entusiasmo com outro de significativo desalento. Os “certificados sem função” e o conhecimento prático acumulado com as trajetórias individuais passaram a representar duas faces de um mesmo problema: dispor de tipos de conhecimento que não asseguravam animadoras perspectivas trabalhistas em relação às condições futuras.

Desse modo, toda essa discussão pode ser colocada como um tipo de *arena*, tal como colocado por Turner:

I would be inclined both to put it [arena] inside field, speaking crudely, and to make it less abstract than field [...]. There is a bounded spatial unit in which precise, visible antagonists, individual or corporate, contend with one other for prizes and/or honor. [...] Each arena has its ad hoc symbolism and style, then as well as representing a deposit or running total of past styles and symbols in synthesis, conflict, or configuration [...].

The antagonism may be symbolic or actual, an interchange of messages or tokens indicative of challenge [...]. But in any case an arena is not a marketplace or a forum, though each of these may become an arena under appropriate field conditions [...]. The second important point to note is that an arena is an explicit frame; nothing is left merely implied [...].

The third feature of the arena concept is implicit in the others – the arena is a scene for the making of a decision [...]. There is a moment of truth when a major decision is made, even if it is the decision to leave things temporarily undecided [...].

[...] Politics in arenas or elsewhere is not merament a game. It is also idealism, altruism, patriotism (not always the last resort of the scoundrel), universalism, sacrifice of self interest, and so on (TURNER, 1974, p. 132-140).

Ou seja, surgindo no interior do *campo* a partir das disputas, como local de explicitação das ideias divergentes que possam ser esboçadas de forma pouco visível, e com objetivos políticos definidos onde são evidenciadas as diferenças, a *arena* se apresenta como o local onde o *drama social* se expressa. Foi a partir do contato mais próximo com a Petrobras que aquele agrupamento de pessoas que se apresentavam como candidatas ao trabalho no reflorestamento, cuja candidatura era legitimada pelo histórico de discussões envolvendo “mérito”, “necessidade” e “aptidão”, que todo o debate pôde ser realizado e, por conseguinte, foi possível contrapor a posição da empresa à daquelas pessoas em uma espécie de *arena*.

Após a conclusão dos cursos, a principal questão que era colocada por quem permaneceria residindo nas proximidades do terreno do COMPERJ era em relação ao que seria proposto como medida imediata que pudesse ser concebida como um ponto de equilíbrio entre os dois extremos: a expectativa em torno do “futuro” que fora criada dois anos atrás e a realidade que se esboçava ao término dos cursos. Ou seja, o que ocuparia o vazio que se apresentava entre o passado e um “futuro” que prescindia do presente? Enfim, esse conjunto de fatores contribuiu significativamente para o surgimento dessa *arena* cujos lados em disputa se mostravam em posições assimétricas em relação ao outro. Entretanto, como colocado por Turner (1974), a ideia de violação que pressupõe o surgimento do *drama social* não se baseia em qualquer concepção de transgressão - o que exclui um ato que seja caracterizado como criminoso -, mas, sobretudo, o compartilhamento de algo.

Assim, a divergência explicitada entre a administração do COMPERJ e a sua vizinhança não se coloca simplesmente em função de uma insatisfação de um lado em relação ao outro, mas baseada na pressuposição de uma afinidade que foi construída a partir da manifestação do desejo da empresa em contar com aquela mão de obra local em uma das fases da construção do empreendimento, recebendo a correspondente resposta pelo lado dos trabalhadores, cujo ponto de convergência leva em consideração o compartilhamento de um

espaço físico comum e, por conseguinte, o diálogo que se processaria no longo espaço de tempo. Dessa maneira, a ideia de rompimento unilateral de um acordo implícito entre a empresa e a vizinhança da sua filial itaboraiense se caracteriza por essa pressuposição de uma convergência de interesses que não se esgota nas relações econômicas imediatas, ao menos pelo lado da população, mas também encontra respaldo no aspecto moral de uma promessa não cumprida, principalmente porque esse compromisso assumido também se apresentava como uma espécie de recompensa pelas grandes transformações provocadas nas relações sociais e pela perda de um patrimônio que também se articulava com o lado sentimental.

Embora os sitiantes compusessem a maioria entre os desapropriados, segundo a empresa, em meio a todo aquele contingente deslocado pelo projeto do COMPERJ havia pessoas cuja propriedade acompanha uma trajetória familiar que varia entre duas e quatro gerações, o que, minimamente, transcende quaisquer valores monetários, mesmo que o ceticismo do cotidiano não permita a um observador externo a aproximação necessária ao entendimento do valor sentimental do informante, independentemente de se perceber traços de retórica em alguns discursos.

Capítulo III **O esboço do “futuro”**

Ao término do período em que o “Projeto Criando o Futuro” esteve em funcionamento, sob a condução do INNATUS, a situação daquelas pessoas que passaram pelos cursos e aguardavam o reflorestamento passou a ser ainda mais desalentadora, pois os auxílios haviam chegado ao fim e o trabalho não apareceu. Entre o final de 2008 e início de 2009 surgiu uma especulação sobre o início do trabalho de reflorestamento em janeiro, mas a empresa não confirmou essa possibilidade, continuando a espera.

Em meio a todas essas mudanças que estavam ocorrendo, foram feitas reivindicações jurídicas por alguns ex-alunos, representando o ponto mais extremo do desentendimento entre a empresa e a vizinhança do COMPERJ que aguardava pelo reflorestamento. Entretanto, a insatisfação e o estremecimento da relação não podem ser tomados apenas por este aspecto, já que existiram vários graus de descontentamento cujas demandas não seguiram por este caminho.

A face mais visível do desentendimento

A principal motivação para as ações judiciais havia sido o conteúdo ministrado pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) através do módulo “Cidadania: Direitos e Deveres”. Durante as aulas, o pessoal do CDDH teria dito aos alunos que tudo aquilo que a Petrobras estava fazendo não era simples caridade, mas obrigações legais que foram assumidas pela empresa diante dos órgãos governamentais como requisito para o licenciamento da obra e que o fato de estarem recebendo os recursos vinculados àqueles cursos e os próprios cursos também faziam parte desses compromissos, assim como as reuniões organizadas pela empresa em locais públicos, cuja função era fornecer informações à população daquilo que se pretende com o empreendimento. Pela definição daqueles que fazem referência a esse conteúdo específico, o pessoal do CDDH ainda teria dito que no processo de licenciamento da obra toda empresa precisa se comprometer não apenas com os aspectos formais estabelecidos pela legislação ambiental, mas também com as questões sociais que passam a existir, principalmente em empreendimentos de grandes proporções como o COMPERJ.

Ricardo, aquele que foi picado pelas formigas, diz o seguinte: “foi o pessoal do CDDH que disse a gente que tudo aquilo que a Petrobras estava fazendo não era pura bondade, e depois disso, eles [os funcionários da Petrobras] não deixaram mais eles darem aula a gente”.

Luciano, o líder da “rebelião”, e Júlio, o mediador, também confirmam esta versão, e este último ainda acredita que a menção desse conteúdo por pessoas que não conseguiram se inscrever nos cursos, que tomaram conhecimento através de outras que os realizavam, contribuiu significativamente para a abertura do diálogo entre a Petrobras e a população local, do qual surgiu a mudança nos critérios para inclusão e exclusão de alunos, de acordo com a “maior necessidade”. Depois de afastado o pessoal do CDDH, o módulo passou a ser ministrado por advogados ligados ao INNATUS, com a forma de transmitir as informações sofrendo alterações, restringindo-se a explicações mais abstratas sobre leis, Constituição Federal, direitos assegurados pela Constituição e temas ambientais previstos em legislação, de acordo com os depoimentos.

Com isso, embora as pessoas que buscaram esse caminho da Justiça não atribuam exclusivamente ao que ouviram do CDDH a motivação para tal decisão, elas creditam certa importância àquela instituição, como uma espécie de subsídio que teriam recebido. Inicialmente, aqueles três ex-alunos da primeira turma do curso de reflorestamento, que tomaram essa decisão, precisavam de um advogado para formular as suas respectivas demandas - onde se acusava o INNATUS e a Petrobras de não observação do compromisso assumido e de tratamento desrespeitoso - que se dispusesse a defendê-los sem se impressionar com o nome da principal empresa acusada e fosse flexível quanto à forma de pagamento, ficando este condicionado a uma possível reparação monetária que viessem a receber. André, Luciano e Moisés, representando a esposa Marta, procuraram no centro da cidade um escritório de advocacia que aceitasse tais condições e encontraram.

Depois de esclarecidas as condições e apresentada a história de cada um deles, o advogado conclui que se tratava, para todos os casos, de violação do artigo 186 do Código Civil, cuja definição prevê que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar *dano* a outrem, ainda que exclusivamente *moral*, comete ato ilícito”, portanto, *dano moral* seria o argumento. De acordo com a observação do próprio advogado, “aquelas pessoas se sentiram ludibriadas com as promessas da Petrobras que não se confirmaram” e por isso foram procurá-lo porque, ao seu modo de ver, “quando um trabalhador rural procura a justiça, certamente as coisas chegaram a um ponto extremo”.

Na nossa primeira conversa, em seu escritório, o advogado citou que os questionamentos se baseavam na expectativa de emprego que não se confirmou, que havia sido anunciada antes mesmo das desapropriações, quando a Cena Brasileira prometeu que os

trabalhadores teriam prioridade e seriam assistidos pela Petrobras, e para cada caso individual foi adicionado mais algum detalhe ao argumento de cada um de seus clientes, sem explicitar detalhes, em razão do sigilo profissional.

Essa forma de interpretar a prescrição jurídica e adequar as demandas a elas está de acordo com o que foi apontado por Pinto (1989), em relação aos entraves que surgem no cotidiano, principalmente nas relações comerciais de consumo, cuja caracterização passa a ser interpretada pela não observância ou omissão de algo. Concebidas como violação, à luz do Código Civil, sem fazer referência ao Código Penal, aquele autor sugere que esse tipo de demanda se ampara mais em uma omissão do que propriamente na concepção de um ato executado com a intenção clara de provocar um dano, sendo tal dano visto como uma ação que deveria ter ocorrido para fazer valer um direito que se julga ter, mas não foi executada, o que provoca na parte afetada o não recebimento de algo a que se teria direito. Ou seja, este tipo de reivindicação se caracteriza pela demonstração, através da codificação estabelecida pela legislação, de uma lacuna que se caracteriza a partir de um procedimento que ficou aquém do ideal, tendo fortes identificações sentimentais.

Em primeiro lugar, Marta questionava a “interrupção do seu sonho”, por ter sido desligada do curso em benefício de sua irmã, quando esta teve um desempenho que ela julga inferior ao seu, argumentando que não deveria ser misturado o mérito com a assistência, pois, se o curso tinha o propósito de treinar a mão de obra a ser utilizada no reflorestamento deveria ser privilegiado o “melhor desempenho” e não a “maior necessidade”, podendo esta última ser tratada de outra forma. Além disso, ela imaginava que se o reflorestamento ocorresse em qualquer época poderia haver um desequilíbrio de proporções entre os “mais aptos” e aqueles que ficaram no curso por um período maior, ou que dispusesse da simpatia da coordenação do curso em função de um possível estado de necessidade, havendo o risco de aquelas pessoas que mais se empenharam serem preteridas pelas “mais necessitadas”.

Por outro lado, André, ao saber da necessidade do certificado para o preenchimento das vagas no reflorestamento, reivindicava o seu, que não havia recebido por ter sido desligado prematuramente do curso em função do problema com as estacas de madeira, e ainda solicitava um emprego porque perdeu o seu e os “biscates” que poderia fazer, devido às desapropriações, além de ter permanecido por um período maior no local onde morava, devido ao trâmite jurídico a que estava submetida a propriedade de sua família, pelo falecimento de seu pai, o que lhe dava uma relativa desvantagem na busca por emprego, ao seu modo de ver.

Enquanto Luciano também solicitava o seu certificado pelas mesmas razões de André: o certificado o credenciava para o trabalho no reflorestamento. Além de pedir um pronunciamento formal ao INNATUS pela forma como foi desligado do curso, ao ser comunicado do desligamento, mas ter em seu cadastro registrado “desistência”.

De um modo geral, o que esses três alunos mais desejavam era a explicitação dos diversos critérios adotados pelo INNATUS e ratificados pela Petrobras para as diversas situações ao longo dos cursos, sobre os quais não se tinha conhecimento, ou quando chegavam a ter eles eram definidos a partir dos problemas e discussões que ocorriam, não sendo, a princípio, algo que eles tivessem controle. Saber como foi definida a permanência de uma irmã e não da outra e como isso poderia ter sido negociado, desde que houvesse essa possibilidade; entender porque se comunicou um desligamento e este foi registrado como desistência; e exigir uma reparação pela desarticulação de um sistema que permitia a obtenção, mesmo precariamente, da sobrevivência; eram formas diferentes de ver o processo e identificar as responsabilidades proporcionais de cada um dos envolvidos com a sua condução.

Talvez o maior problema não tenha sido a falta de explicitação dos critérios, mas a divulgação que mostrava discrepâncias entre o que se dizia e o que se praticava, fosse ela feita com o intuito de evitar a exposição dos alunos ou justamente para evitar dar subsídios a estes para reivindicação na Justiça da revisão das decisões. Contudo, o que mais chama a atenção é a submissão constante de tudo o que tem alguma relação com a Petrobras a uma espécie de tratamento sigiloso, como se a simples divulgação da mais elementar informação fosse comprometer todo o planejamento macro da empresa e suas metas econômicas mais ambiciosas, ou compromettesse de alguma forma a sua coerência de *socialmente responsável*.

Quanto às audiências propriamente ditas, a primeira delas foi marcada para a última semana de setembro de 2008, de Marta, às 14h e 30min. Cheguei ao Fórum de Itaboraí pouco antes do horário marcado, mas a audiência já havia ocorrido no turno da manhã, por conveniência do advogado que tinha outros compromissos, em concordância com os advogados do INNATUS e da Petrobras. Naquela primeira tentativa não se chegou a conclusão alguma que pudesse ser considerada definitiva ou como “progressiva”, como colocado pelo advogado, sendo marcada uma segunda para o início de dezembro do mesmo ano. Sem o devido conhecimento do *modus operandi* de um fórum e das características daquele especificamente, não obtive inicialmente informações sobre a referida audiência porque elas ocorriam de forma contínua, com curtos intervalos entre uma e outra, em cada

uma das diversas salas do fórum destinadas a isso, além de sofrer regularmente alterações nos horários, de antecipação ou retardamento, de acordo com as condições de cada dia. Depois de algum tempo consegui identificar o advogado que representava os ex-alunos do INNATUS em meio às diversas pessoas que circulavam pelos corredores, tendo ele demorado um pouco para retomar a memória sobre a audiência de Marta, pois já havia participado de várias outras entre o momento em que ela ocorreu e aquele em que conversávamos.

No momento específico que o encontrei ele se preparava para sua última atividade forense do dia, que habitualmente, naquele fórum, encerra-se até às 15h, por isso, pediu que o aguardasse até o encerramento dos trabalhos para que pudesse fornecer algumas informações superficiais que ele julgasse não estar submetidas ao sigilo e à discricção profissionais. Ao término de suas atividades, a respeito do evento que ocorrera algumas horas antes, ele disse que naquela primeira tentativa de reconciliação entre as partes não houve “progresso”. Neste caso, o que poderia ser interpretado como tal seria o reconhecimento por INNATUS/Petrobras que havia sido cometido um erro e que seria corrigido de alguma forma, pois, pelo lado de Marta “progresso”, no sentido de sair do entrave da discussão, só ocorreria se houvesse o atendimento do seu pleito ou a sua desistência da disputa, que seria contabilizada como “progresso” pelos acusados.

Apenas depois de alguns dias consegui encontrar Moisés, o marido de Marta, e conversar a respeito da audiência. Segundo ele, Marta havia ficado impressionada com a assimetria de recursos constatada durante o evento, em que havia um advogado do INNATUS, já que a ação estava direcionada àquela empresa, e outros dois advogados da Petrobras para assisti-lo, se fosse necessário, enquanto ela dispunha de apenas um. Certamente, a desproporção se tornaria ainda mais acentuada se comparados os graus de interação de cada uma das representações com os objetivos daqueles que representam: o advogado dela aparentava estar pouco interado sobre a situação como um todo, algo que se revelou em nossa conversa, quando ele misturava os nomes COMPERJ, INNATUS e Petrobras, sem fazer muita distinção sobre a respectiva responsabilidade e sobre o significado de cada um deles, enquanto INNATUS/Petrobras tinham advogados mais interados com a situação, o que lhes assegurava certa vantagem em relação a Marta. Naquela ocasião, Moisés reiterava o pensamento já expressado por sua esposa sobre a necessidade daquele tipo de ação, porque não deveria ter sido misturado mérito com assistência, sob o risco daqueles alunos mais empenhados se sentirem prejudicados.

Antes de ocorrer a segunda audiência, Marta desistiu da ação jurídica e sugeriu a André e a Luciano que fizessem o mesmo, e outros que pudessem pensar em seguir o mesmo caminho, dizendo que havia recebido proposta de emprego e que poderia encaixá-los na mesma situação. Além disso, é conveniente lembrar que naquela mesma época, no mês de outubro de 2008, o seu marido havia conseguido emprego em uma das empresas envolvidas com as obras do empreendimento, não se podendo saber em que medida isso influenciou ou foi influenciado pela sua decisão.

A audiência de André foi marcada para a primeira quinzena de outubro de 2008, sendo constatada a mesma relação desproporcional de forças, e ainda mais acentuada pela presença de duas mulheres que se dispuseram a servir como testemunhas, e tal como ocorreu com Marta, não se chegou a um consenso. Sobre o papel das testemunhas, o INNATUS antes das audiências fazia contato com os antigos alunos, indagando sobre a possibilidade de servirem como testemunhas sobre a posição da empresa em relação aos cursos e como as informações eram passadas, incluindo a principal - que a realização do curso não significava emprego assegurado. Para a audiência de André foram feitos contatos com Júlio e Paulo, mas ambos se recusaram a participar, preferindo ficar “neutros” nessa disputa. Júlio teria sido solicitado primeiro, e por ter se recusado devido a sua posição de mediador, foi feito o contato com Paulo, que por sua vez fez contato com Júlio para que este o orientasse sobre como proceder, sendo sugerido não ir à audiência para se manter “neutro”. Outras pessoas também teriam sido solicitadas, mas alegaram motivos similares, até surgirem duas mulheres que residiam em Sambaetiba e não faziam parte do círculo de amigos do grupo que tinha como referência o Alto do Jacu.

Essas duas mulheres também não tiveram maiores envolvimento com as desapropriações e suas repercussões, já que não trabalhavam naquela localidade e os sítios de suas respectivas famílias ficavam relativamente distantes do terreno do COMPERJ. Elas também estavam em negociação com o INNATUS no intuito de viabilizar a cooperativa de artesanato. Diante daquela situação, André se sentiu coagido e fez alguns contatos telefônicos, antes da audiência, com algumas pessoas que pudessem servir como testemunhas suas, entre elas Júlio e Paulo, mas todas preferiram se manter “neutras”. Embora a principal demanda de André fosse o emprego, na Petrobras ou em qualquer uma das empresas auxiliares, o que ele mais desejava era o certificado do curso, que o credenciaria ao reflorestamento. A sua

audiência ocorreu com o mesmo resultado final: não se chegou a uma conclusão, sendo remarcada outra para o final do ano.

Luciano foi à primeira audiência, mas desistiu da segunda quando percebeu que não obteria resultados rápidos. Ao final de tudo, o advogado não recebeu qualquer quantia pelos serviços prestados, já que sua remuneração estava condicionada ao pagamento pela Petrobras ou pelo INNATUS de alguma indenização aos três ex-alunos. Diante disso, ele continuou agindo dentro de sua habitual maneira de trabalhar e esperando um melhor resultado na ação trabalhista que um grupo de ex-funcionários da construtora Mello Júnior, aquela que abandonou as obras sem o pagamento dos trabalhadores, solicitou seus serviços, sob as mesmas condições de André, Marta e Luciano. A respeito do pagamento, quando indagado da primeira vez que estive em seu escritório, ele disse que seu cálculo se baseia em certo percentual sobre o valor total que seus clientes venham a receber, mas, segundo ele, “na vida temos alguns sucessos e algumas derrotas, mas com a nossa fé e nosso trabalho vamos vivendo, e Deus nos recompensa de alguma forma”. Ou seja, em seu cálculo já estava contabilizada uma margem de prejuízo, que é compensada com os relativamente altos percentuais cobrados pelos seus serviços. E sobre um possível pedido da Justiça de pagamento pelos autores das ações de valor relativo às custas do processo, como foi dito por uma assistente social funcionária da Petrobras quando tomou conhecimento das ações, tentando desestimular outros alunos que ainda estavam frequentando as aulas, ele acrescentou: “se houver um pedido desses, nós entraremos com solicitação de isenção sob a alegação de falta de recursos”.

Enfim, não se chegou a um acordo nem tampouco ao aprofundamento da discussão sobre quem estaria com mais razão, se os ex-alunos ou as duas empresas. Além disso, não tomei conhecimento de outras pessoas que estivessem com ações na Justiça pelas mesmas razões dessas três cujas histórias foram aqui relatadas. Assim, a Petrobras e as empresas auxiliares prosseguiram com seus trabalhos na busca pelo “progresso”.

No início de 2009 surgiu uma especulação sobre o trabalho de reflorestamento, em que se anunciava o seu início ainda em janeiro e seriam admitidas quase 100 pessoas inicialmente, sendo negada pela empresa a origem dessa informação. Naquele momento, pouco se falava em Justiça ou em algum tipo de pedido formal de reparação à Petrobras, aquele modo de agir havia gerado várias críticas por parte de outras pessoas que tiveram experiências semelhantes àquelas que seguiram pela via judicial. Mesmo antes da marcação das audiências, algumas

peças insistiam em falar sobre os riscos de entrar na Justiça, entre elas estava Silvia, a dona do minhocário, dizendo que todos aqueles que recorrem à Justiça “ficam marcados”, por isso, não seria recomendável a ninguém que se encontrasse naquela condição em que estavam – extremamente dependentes dos movimentos acenados pela Petrobras que se refletem nas empresas auxiliares – assumir essa postura, porque pode ser difícil conseguir emprego depois.

Certo dia, no terreno onde fica o minhocário do casal, Saulo, enquanto cuidava das minhocas e conversava comigo, assumia a mesma postura de Silvia, dizendo que não recomendava a ninguém o caminho judicial para resolução dos problemas, destacando que embora estivesse nesta condição, que acabou sendo direcionada para a Petrobras, não achava o melhor caminho. A ação que ele estava movendo era contra seu antigo patrão, a quem ele se dirigia como um “traidor”, porque no acordo informal que eles fizeram previa o repasse do valor correspondente ao seu minhocário que foi recebido pelo ex-patrão, por sugestão do avaliador que queria simplificar o pagamento, não sendo feita a transferência. Então ele decidiu recorrer à Justiça para reaver o valor aproximado a 60 salários mínimos que lhe pertencia. “Eu considero o que ele [o ex-patrão] fez comigo uma traição, porque eu cuidava de tudo que tinha na casa, até das joias da mulher dele, e nunca mexi em nada. E vem ele e some com o meu dinheiro?”, dizia Saulo. A Petrobras foi incluída na ação porque se chegou à conclusão que o pagamento não poderia, em hipótese alguma, ser pago a uma pessoa diferente do verdadeiro dono do bem indenizado, por isso, a responsabilidade sobre o pagamento voltou a ser da empresa.

Postura semelhante é defendida por Paulo, ao se referir às reivindicações na Justiça como iniciativas pouco inteligentes no momento em que algumas pessoas discutiam sobre as vantagens e desvantagens desse tipo de iniciativa – quando começaram os comentários sobre a decisão tomada por Marta, Luciano e André -, dizendo que os riscos eram muito maiores do que os benefícios. “Tem gente que foi parar na Justiça contra INNATUS e Petrobras. Eu sei quem é, mas não vou falar o nome³⁴. Eu não acho certo porque todo mundo quando fez o curso já sabia que não ia ter emprego garantido. Depois a situação fica ruim para todo mundo, e não só para eles”. A sua preocupação era se aquele tipo de comportamento pudesse comprometer a convivência de todos os moradores da localidade com a Petrobras. Júlio também reforçava essa posição, dizendo que o “progresso” havia chegado e por isso aquele

³⁴ Naquele momento eu já conhecia os nomes, embora Paulo não soubesse, porém, eu imaginava que havia mais pessoas indo à Justiça.

tipo de ação só serviria para expor todos os que a tomaram, deixando-os “marcados”, em contraposição à sua postura “neutra”, que seria mais adequada ao momento de incertezas que estavam vivendo.

Essa suposição, do ponto de vista dos informantes, tem base empírica, principalmente com a experiência nos cursos, já que alguns antigos alunos se queixam de uma suposta troca de informações entre a Petrobras e as empresas auxiliares, justamente os que tiveram problemas de relacionamento com a coordenação. Se de fato essa troca de informações ocorre não foi possível descobrir com essa pesquisa, porém, a percepção que os informantes têm do processo os leva a crer nessa possibilidade.

Apesar da via judicial ter sido tomada apenas por três pessoas, a insatisfação com a posição da Petrobras, que em certo momento anunciou o reflorestamento e em outro o negou, foi mais ampla do que pode sugerir uma dedução feita a partir desses eventos. Júlio e Paulo observam que muitas outras famílias também ficaram sem qualquer espécie de renda depois das desapropriações, considerando uma falta de sensibilidade da Petrobras com essas pessoas, pois a direção do empreendimento poderia ter articulado algum tipo de solução com a prefeitura do município, mas nem por isso outros que estiveram em condições similares foram à Justiça.

Dessa maneira, o reflorestamento que havia sido concebido, pelos trabalhadores, como a solução mais elementar para os problemas provocados pelos desequilíbrios nas relações sociais provocados pelas desapropriações passou a integrar o conjunto de fatores que contribuíram para o enfraquecimento de uma relação que o tinha como principal elo entre o COMPERJ e a sua vizinhança, causando vários graus de insatisfação.

Depois do curso: deixar de ser trabalhador rural para ser o quê?

Os primeiros motoristas que chegaram para operar as máquinas envolvidas com a terraplenagem estavam trabalhando nos estados do Maranhão e do Piauí nas obras interligação da bacia do São Francisco, além de alguns profissionais que atuavam como motoristas de ônibus e outros que trabalhavam como funcionários do município, segundo representante da Prefeitura de Itaboraí. Ele ainda lembrou que a Prefeitura, depois da chegada da Petrobras ao município, deixou de receber diariamente o grande número de pessoas que regularmente procurava emprego, sendo esse fluxo direcionado para as empresas envolvidas com as obras do COMPERJ.

Dentre as possibilidades que pareciam como as mais prováveis de acontecer, o Presidente da Associação de Moradores de Porto das Caixas defendia a importância da Câmara Municipal discutir uma política fiscal que visasse a incentivar o comércio do centro da cidade, pois, seria onde se empregaria boa parte da mão de obra que foi desmobilizada com a implantação do COMPERJ. Um prognóstico semelhante foi feito por Júlio, ligado à associação de moradores do Alto do Jacu, em relação ao destino de muitos trabalhadores, complementando que ainda faltou uma maior articulação em torno da negociação sobre o local de implantação do chamado Centro de Integração, no qual será treinada a mão de obra a ser utilizada na construção, pois, segundo sua observação, poderia estar sendo construído mais próximo ao centro de Itaboraí para facilitar o acesso das pessoas que sofreram os maiores efeitos da presença da Petrobras. Porém, essa iniciativa encontraria os mesmos problemas pelos quais passou o projeto do reflorestamento: o treinamento da mão de obra não implicaria a contratação imediata. Além disso, alguns informantes lembram que ouviram de funcionários da Petrobras, em alguns dos encontros promovidos pela empresa, que os empregos inicialmente anunciados pela propaganda, e reiterados pela Cena Brasileira, dirigiam-se ao estado do Rio de Janeiro na sua totalidade e não para o entorno do COMPERJ apenas, sendo necessário estar “qualificado” para concorrer a essas vagas.

Dentro da ideia que constitui o tema central do trabalho de Kober (2004), em que a ideia de *qualificação profissional* se transforma em um processo interminável para o trabalhador, quando se encobrem as causas do desemprego com explicações que não incorporam à sua análise a posição do trabalhador dentro das relações trabalhistas mais amplas e em que isso é influenciado pelas mudanças que vão ocorrendo à sua volta, o que os antigos alunos diziam receber da Petrobras e do INNATUS como explicação era a necessidade de buscar *qualificação*. Àquela altura dos acontecimentos não havia *qualificação* que resolvesse no curto prazo os problemas pelos quais estavam passando, já que o pleito deles era exatamente ter a possibilidade de pensar em alguma espécie de *qualificação*, pois lhes faltava o suporte necessário para avançar do nível de cumprimento das necessidades mínimas do cotidiano para o planejamento de longo prazo.

Ademais, a citação da população local em Petrobras (2007) se restringe ao reflorestamento, embora os alunos tenham sido orientados nos cursos ministrados pelo INNATUS a enviar seus currículos e procurar outras atividades, antes do reflorestamento se concretizar, inclusive nas empresas que já estavam trabalhando na construção. No final de

2008 duas mulheres³⁵ tentaram uma alternativa ao projeto da cooperativa sugerido pelo INNATUS, em espaço cedido por uma igreja evangélica localizada em Sambaetiba, mas as limitações impostas pela falta de recursos e pela falta de interesse de outras pessoas em produzir artesanato, por não se ter um mercado consumidor local e não se dispor de recursos para o transporte da distribuição dessa produção, deixaram essa iniciativa bastante vulnerável.

O pessoal do INNATUS ainda tentou coordenar a criação de uma cooperativa de artesanato, inicialmente com assessoria daquela empresa, sob incentivo da Petrobras, mas essa proposta não surtiu o efeito desejado quando o projeto foi exibido e foram mostrados os custos para sua implantação, que exigiria inicialmente um investimento de cada uma das participantes, sendo posteriormente dividido em partes iguais os lucros que fossem obtidos com as vendas. Naquele momento, quem havia realizado o curso e alimentava a ideia de obter algum retorno com o conteúdo aprendido nele também precisava controlar os apertados orçamentos domésticos, por isso, qualquer desvio poderia custar o comprometimento dos gastos essenciais da família.

Em relação à falta de sintonia entre as características locais e as propostas que são formuladas por pessoas ou instituições que se apresentam como colaboradoras, a chamada *antropologia do desenvolvimento* toma como ponto de partida a crítica às diversas concepções de *desenvolvimento* que, *grosso modo*, projetam rumos que seguem na direção da confluência desses modelos de *desenvolvimento*. Uma das principais críticas que são feitas a essas proposições é que nelas há a suposição de uma ontologia *desenvolvimentista* que remete a um ser humano universal e negligencia as variações contextuais (CREWE e HARRISON, 1998; ESCOBAR, 1995 e 1997; FERGUSON, 1994 e 1995).

O pessoal do INNATUS ainda sugeriu incluir na confecção de currículos toda a experiência nos cursos, com o conteúdo dos módulos complementares como “Cidadania: Direitos e Deveres”, “Primeiros Socorros” e “Saúde da Família”, colocando o maior número possível de informações, mas Paulo e Daniel não se mostravam entusiasmados com essa sugestão, alegando que, se tais informações pudessem causar alguma boa impressão, os níveis de escolaridade, em geral em torno das primeiras séries do ensino fundamental, provocariam o efeito contrário nos possíveis empregadores. Ao se referirem aos certificados emitidos pelo INNATUS, os antigos alunos dizem que eles não têm utilidade alguma, são atestados de *qualificação sem função*.

³⁵ Estas não são as mesmas que serviram como testemunhas na audiência de André.

Outras possibilidades, como procurar emprego nos estaleiros localizados na cidade de Niterói, ou no comércio de Itaboraí e São Gonçalo, para serem postas em prática necessitariam, respectivamente, de investimentos prévios em cursos de formação e de recursos financeiros para os deslocamentos iniciais. Tudo isso ainda agravado pela baixa frequência entre os horários dos ônibus, que, entre outros fatores, atribui-se à existência do pedágio na rodovia RJ-116 a falta de atrativos para a criação de novas linhas de ônibus e da redução dos intervalos de duas horas. Quanto ao programa de alfabetização oferecido pela Petrobras, Ricardo emitiu a seguinte sentença: “alfabetização para quê? Se a gente está precisando de emprego”.

Assim, a perda do referencial ocupacional sem a efetiva possibilidade de uma nova, ao mesmo tempo em que se esperava por uma decisão a ser tomada pela direção do Petrobras em prol do reflorestamento, tornava a situação da vizinhança do COMPERJ bastante complicada. O “novo momento” quando visto de perto não parece promissor, pois o discurso ficou restrito às “grandes transformações”, enquanto as ações que poderiam ser tomadas para atender às pequenas demandas não ocorreram.

Depois de terminados os cursos cada ex-aluno voltou a depender do seu próprio esforço. Recuperando a memória sobre o processo que antecedeu sua inscrição no curso, Ricardo, aquele que foi picado pelas formigas, lembra que uma funcionária do INNATUS visitou sua casa e verificou as suas condições, reiterando as antigas promessas da Cena Brasileira. “Era tudo um sonho. Como não se encantar com tudo aquilo que era dito?”. A princípio, segundo ele, tudo parecia harmoniosamente encaixado, as fases da obra aconteceriam de forma contínua, sendo o pessoal formado encaminhado para o trabalho ao término do curso. Enfim, como ele colocou: “eles nos ofereceram meio de vida e nós acreditamos”. Até o final de 2008, a sua família se encontrava sobrevivendo com trabalhos avulsos de faxina que sua esposa conseguia no centro da cidade, do aluguel de uma casa que possuíam em cidade vizinha e dos cada vez mais escassos “biscates” que ele conseguia.

Situação semelhante a de Ricardo tinha André, aquele que foi desligado do curso em função das estacas de madeira. Quando estive em sua casa, ocasião em que o pessoal da segurança resistiu até permitir a minha entrada, alguns meses depois de deixar o curso, ele estava sem trabalhar, sem eletricidade em casa por não ter conseguido pagar as contas dos seis meses anteriores àquele em que estávamos, além da dívida acumulada em alguns pequenos comércios locais, e isolado com as outras famílias que restaram entre os terrenos

desapropriados, enquanto aguardava a resolução do inventário da propriedade que pertencia à sua mãe e seus oito irmãos. Ele ainda comentou que temia ter que destinar todo o dinheiro que viesse a receber referente à sua parte pela desapropriação ao pagamento de dívidas que estavam se acumulando.

Quem também se mostrava bastante preocupado era Paulo. Quando o conheci, ele estava tentando conseguir emprego em alguma das empresas que trabalhavam nas obras do COMPERJ, mas não estava obtendo sucesso, e já convivia com a preocupação a respeito do que faria depois dos cinco meses sobrevivendo exclusivamente com auxílio oferecido pelo curso. Naquele momento, Paulo tinha algumas preocupações relacionadas com o que ele imaginava ser sua futura atividade alternativa, enquanto não conseguisse emprego: como seria vista pela Petrobras a utilização de seu burro como meio de transporte remunerado que ele pretendia fazer. Devido ao grande intervalo entre os horários da única linha de ônibus que passava pelo local onde ele mora, uma alternativa encontrada foi se oferecer para transportar tudo o que fosse possível acomodar na carroça que seria puxada pelo seu burro para quem se dispusesse a pagar por isso, mas a sua preocupação estava relacionada com algo que ele ouviu nas aulas, que todo maltrato a animais deveria ser denunciado à Petrobras através de telefone. Embora ele soubesse que tal recomendação se referia aos futuros habitantes da área a ser reflorestada, denominada “Corredor Ecológico”, que viessem a fugir do local, a sua dúvida era se alguém que interpretasse que a utilização de seu animal para fazer fretes como um tratamento inadequado e viesse a denunciá-lo, se ele poderia ser enquadrado nesta situação, ser processado juridicamente ou mesmo ser preso.

Complementando o dinheiro que recebeu pela indenização trabalhista com os fretes com seu burro, ele adquiriu um terreno de posse e construiu uma pequena casa, enquanto sobrevivia com esses fretes. A sua esposa ainda conseguiu ser inscrita naquela última turma do curso de artesanato, mesmo tendo o seu marido já realizado o curso de reflorestamento, depois que conseguiu convencer a coordenação que a família estava passando por dificuldades.

Paulo ainda esboçou algumas ideias que, pelo seu modo de ver, poderiam ser adotadas nas indenizações, podendo se conceder aos trabalhadores a posse sobre os objetos que ficassem nos imóveis depois de desapropriados, ao invés de se conceder ao proprietário a prerrogativa de retirar os objetos que julgasse de seu interesse. Para ele, tal direito deveria ser dado ao caseiro que ficou desempregado e, às vezes, sem uma justa indenização, porque se

este estava residindo em imóvel de outra pessoa era porque não teria condições de possuir um próprio.

Ao término do curso, Daniel passou a fazer pequenos serviços para sobreviver, principalmente relacionados com a manutenção de jardins, conseguindo ir aos lugares mais distantes procurá-los, quando não havia nas proximidades de sua casa, por possuir uma motocicleta, que embora simples, tinha pouco tempo de uso e estava em bom estado de conservação. Durante o período em que esteve matriculado no curso de reflorestamento ele lembra que conseguia administrar melhor a situação, mas depois da conclusão ficou mais difícil, recordando que embora não trabalhasse em uma só propriedade, tinha regularmente a solicitação dos seus serviços nos jardins das casas de alguns sítiantes.

Dentro dessa mesma perspectiva, Saulo, o proprietário do minhocário, após a conclusão do curso, voltou as atenções para o seu minhocário, passando a sobreviver dos sacos de húmus que conseguia vender. Certa vez, enquanto conversávamos sobre a produção de húmus e sobre os cuidados que aquele tipo de cultura requer, fiz um comentário a respeito de outras pessoas que não possuem recursos equivalentes ao deles para sobreviver e Silvia, a sua esposa, respondeu de forma ríspida: “tem pouca gente com disposição para colher fezes de gado como esse homem [o seu marido] faz, quando o dia ainda nem clareou”.

Regularmente, Saulo usava metáforas nas suas formulações, algumas tiradas de textos bíblicos. Em outra ocasião, a respeito da sua condição momentânea ele fez referência ao capítulo 41 do livro do Gênesis, onde é descrito um sonho em que “sete vacas gordas são devoradas por sete vacas magras”, comparando sua versatilidade para se adaptar às diversas situações com outras pessoas, que poderiam ter mais recursos financeiros do que ele, mas não conseguiam progredir. Ele comparava a sua capacidade de raciocínio com as “sete vacas gordas”, enquanto as pessoas que possuíam mais recursos e não os utilizavam de forma produtiva, ele associava às “sete vacas magras”, apontando para uma vasta propriedade que havia ao lado do terreno em que ele criava as minhocas e cultivava algumas hortaliças, restringindo a isso, sem avançar na metáfora das “gordas” serem devoradas pelas “magras”.

Enquanto Carlos, lamentando pela não concretização do reflorestamento, voltou a viver exclusivamente do rendimento de seu pequeno bar, onde ele acrescentou a comercialização de mantimentos para diversificar a oferta, enfatizando que o pessoal da localidade dispunha de pouco dinheiro pela falta de trabalho e estava consumindo poucas bebidas alcoólicas. Ele assinalava que o movimento do seu bar decresceu consideravelmente desde a sua transferência

do terreno onde passava a antiga ferrovia em Sambaetiba para o terreno que adquiriu no Alto do Jacu, porque muitos dos seus clientes passaram a residir em Agro Brasil e os que permaneceram residindo pelas proximidades estavam sem trabalho. Ele ainda dizia que o INNATUS teria sido *uma boa empresa*, se o reflorestamento tivesse acontecido e ela estivesse à frente do trabalho, porque os seus funcionários se mostraram bem interessados com as técnicas utilizadas na plantação de árvores.

Depois de desligados do curso, Moisés, Marta e seus dois filhos sobreviviam com o dinheiro que Moisés havia recebido de sua indenização trabalhista, tendo adquirido uma nova casa com o dinheiro que receberam da indenização da antiga moradia de posse que tinham. Após um período de quase seis meses, Moisés conseguiu emprego no CTC no segundo semestre de 2008, mas diz que ainda espera pelo reflorestamento, porque deverá ser uma atividade de maior duração.

Luciano, depois de liderar a “rebelião” que contribuiu para o seu desligamento do curso, passou a construir sua nova casa em uma parte do terreno existente ao redor da casa de Ricardo no Alto do Jacu, que foi adquirido com o dinheiro que recebeu da sua indenização trabalhista e com a parte do valor referente à desapropriação do imóvel da sua família que sua mãe lhe repassou. Contando com a colaboração de Júlio, que se dispôs a auxiliá-lo na construção sem cobrar qualquer valor, já que também tinha experiência como pedreiro e ambos frequentavam a mesma igreja, Luciano erguia sua casa e lamentava só ter encontrado aquele terreno para comprar, porque quando o fez era o único cujo valor era compatível com o dinheiro que dispunha. Ricardo costumava o incomodar quando estava embriagado, chegando certa vez a declarar que tinha vendido aquele terreno por um preço muito baixo, porque na época em que o fez estava em situação melhor em comparação com o momento mais recente, por isso seria justo Luciano lhe dar mais dinheiro do que o valor que já foi pago, possibilidade que foi prontamente descartada por Luciano, alegando que a transação já havia sido finalizada e oficializada.

Enquanto Victor, aquele que era visto como um injustiçado e só conseguiu ser inscrito na última turma de reflorestamento, entre junho e setembro de 2008, voltou a sobreviver exclusivamente com o dinheiro que conseguia ganhar fazendo pequenos “biscates”, capinando ou em pequenas obras nas novas casas que eram construídas em função das mudanças provocadas pelas desapropriações. Ele ainda permaneceu residindo com seus oito filhos e sua esposa na casa do seu sogro, sem saber quando teria condições de adquirir ou construir uma

casa para sua família, pois o valor da indenização trabalhista que recebeu do seu patrão, o equivalente a aproximadamente dez salários mínimos da época, não permitia a aquisição de um imóvel. Embora tenha trabalhado por mais de dez anos na mesma propriedade, esta mudou de dono e o valor da indenização ficou abaixo do que ele imaginava, já que havia feito um acordo sobre indenização no momento em que ela foi negociada.

Ao término do curso, enquanto exercia seu papel de líder comunitário e “ajudava os amigos”, além da função de assessor informal do INNATUS, Júlio passou a sobreviver de uma espécie de salário que recebia de seu antigo patrão, inferior ao valor que recebido quando estava trabalhando, enquanto aguardava a aquisição pelo patrão de outro sítio, enfatizando que não se sentia constrangido em pedir algum dinheiro ao seu antigo patrão, porque tinham uma “relação de amigos”. Jéssica, a sua esposa, ao término do curso de artesanato, conseguiu uma atividade remunerada no curso de alfabetização, como monitora de sala de aula, auxiliando os professores.

Por fim, surge a história de Edson, de 57 anos. Nascido em Cachoeiras de Macacu e há 17 anos vivendo no Alto do Jacu em seu segundo casamento, do qual tem cinco filhos com idades entre 7 e 12 anos, ele é um dos alunos daquela primeira turma do curso de reflorestamento que foram mantidos por mais dois meses ao final dos três primeiros meses. A sua última experiência trabalhista imediatamente anterior à implantação do COMPERJ havia sido como caseiro. Durante as nossas conversas sobre o curso de reflorestamento, ele quase sempre se limitava a responder o que era perguntado, embora falasse bastante em outras ocasiões, quando, por exemplo, passava instruções para sua equipe ao lado de um campo de futebol existente no Alto do Jacu que fica ao lado de uma escola municipal. Por isso, a sua história só aparece agora, porque a sua peculiaridade tem mais a ver com as alternativas encontradas por algumas pessoas diante da escassez de trabalho do que propriamente com os cursos.

Depois que se desvinculou do curso, Edson adquiriu uma motocicleta, com o dinheiro da sua indenização trabalhista, e ficou durante algum tempo aprendendo a dirigi-la, enquanto tentava reunir um pequeno grupo de homens em condições semelhantes à sua, sem emprego, para montar um serviço de transporte por meio de motocicletas. Esta decisão teria sido tomada depois de ouvir de funcionário da Petrobras, em reunião na associação de moradores, que as promessas de emprego feitas pela Cena Brasileira não tinham validade alguma, cuja expressão ele reproduziu da seguinte forma: “existe algum documento assinado com essa promessa? Se

não tiver, o que eles disseram não serve para nada”, tal expressão aparece regularmente nas falas de outras pessoas do Alto do Jacu.

Depois que conseguia dirigir com desenvoltura a sua motocicleta, e mesmo sem Carteira de Habilitação, Edson começou a se oferecer para transportar seus vizinhos e conhecidos a preços próximos ao do ônibus, que poderia ser um pouco maior de acordo com a distância a ser percorrida, conseguindo posteriormente reunir um grupo de cinco motociclistas e estabelecer um ponto de referência, localizado próximo à rodovia RJ-116, em ponto de junção com uma das estradas que dão acesso ao terreno do COMPERJ, por onde passam os caminhões envolvidos com as obras. Aqueles motociclistas ainda ficavam à disposição para solicitações feitas através dos respectivos telefones móveis, cujos números foram distribuídos pela região, principalmente em pequenos comércios.

Tudo caminhava sem grandes problemas, exceto pelo fato de não circularem pela rodovia, evitando-se a apreensão do veículo pelos policiais que trabalhavam no posto daquela localidade, até a proprietária de um restaurante inaugurado em período próximo àquele em que fixaram tal local como ponto de referência, ao lado do ponto, denunciar aos policiais as infrações cometidas por eles, como os deslocamentos sem o uso do capacete e irregularidades nas documentações, tanto dos condutores quanto dos veículos. Isso resultou na intensificação da fiscalização pelos policiais e, conseqüentemente, na diminuição da exposição pelos motociclistas, através da redução dos espaços por onde circulavam. Depois de algumas conversas entre os moradores da localidade, a proprietária do restaurante, os policiais e os próprios motociclistas a situação se resolveu: o serviço voltou a ser oferecido da mesma forma que antes.

Assim como Edson, outros motociclistas que oferecem o mesmo tipo de serviço naquela localidade dizem que tal atividade foi a que pareceu mais promissora depois que o fluxo melhorou nas estradas, principalmente naquelas por onde passam os veículos envolvidos com as obras do COMPERJ, pois foi colocado pó de pedra nas principais, evitando que as chuvas comprometessem como antes o tráfego. Além disso, as mudanças provocadas pelo empreendimento forçaram as pessoas da localidade a se deslocarem mais, principalmente em busca de emprego, além do aumento do fluxo de pessoas de um modo geral, o que não foi acompanhado pela diminuição dos intervalos de duas horas entre os horários da única linha de ônibus que atende Sambaetiba e Alto do Jacu.

Dessa forma, misturando sentimentos diversificados em relação ao COMPERJ e aos cursos, a população vai procurando se adequar ao momento posterior aos cursos, no qual não existe mais a possibilidade de substituição imediata das formas de trabalho existentes antes da chegada da Petrobras. O *drama social* vai se intensificando cada vez mais, através dos eventos protagonizados por pessoas ligadas à Petrobras, como a descrição feita por Edson em que um funcionário da empresa diz que as promessas feitas pela Cena Brasileira só teriam utilidade se estivessem documentadas. Ao mesmo tempo, os diversos tipos de tratamento que recebem têm causado irritações em algumas pessoas, pois faz parecer que desconheciam as condições em que viviam antes da implantação do empreendimento.

Saulo, o proprietário do minhocário; Júlio, o mediador; e Paulo, o dono do burro; reclamam da forma como foram tratados ao término do curso, antes do recebimento do certificado de conclusão, quando esteve nas instalações dos cursos uma equipe de funcionários da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para atestar o conhecimento deles acerca das ferramentas com as quais eles haviam convivido desde criança, o que os levou a refletir sobre o que foram e o que serão depois de todas as mudanças que vão ocorrendo em função da presença da Petrobras.

À espera de um acordo

Ainda se espera algo que possa corrigir os transtornos causados pelas mudanças impostas pela Petrobras. Entretanto, acreditar não significa limitação intelectual ou ingenuidade, mas, sobretudo, se agarrar às possibilidades reais. Por isso, o que as pessoas que hoje vivem na periferia do terreno onde se localizará COMPERJ reivindicam é o preenchimento de um espaço vazio entre o presente vivido e o “futuro promissor” que foi tão enfatizado pela propaganda oficial. O questionamento é sobre o que substituirá no curto espaço de tempo o conjunto de pequenas relações que compunham um sistema econômico que funcionava em torno de um histórico rural, cujo referencial foi tratado pelo trabalho de Bastos (1977), pois, mesmo em se considerando todo o histórico de precárias relações trabalhistas, comparando o que a legislação prescreve com o que se praticava, conseguiam sobreviver a partir do que extraíam daquele sistema.

Como a estratégia de reivindicar judicialmente a reparação pelo não atendimento das promessas e pela interrupção das redes sociais não se mostrou eficaz; a adoção de alguma das sugestões – Indústria Naval e comércio – não serem facilmente executadas, pela necessidade

de tempo e recursos financeiros; do mesmo modo que o caminho da educação formal, que é um investimento de longo prazo, também envolve problemas similares; e a mediação de instituições, como as associações de moradores, ainda sofre a habitual influência das relações político-partidárias; a *ação de esperar* tem se mostrado com mais clareza.

Definir como ação é porque a espera não se processa de modo desprezioso, já que as pessoas vão procurando alternativas enquanto os empregos da Petrobras não aparecem, reagem, tomam decisões em favor da manutenção de posições “neutras”, que não podem ser interpretadas como falta de ação política, mas como uma estratégia política em si, evitando a indisposição com aquele emaranhado de empresas que aparece como Petrobras. Tal espera não ocorre porque seriam “pobres alienados e sem consciência”, muito pelo contrário, a percepção dos riscos envolvidos em qualquer modo de ação que procure o confronto direto faz algumas daquelas pessoas pensarem em não assumi-los.

Essa postura, de evitar o confronto com a Petrobras, poderia sugerir um equívoco, já que foi reduzido consideravelmente o número de candidatos a patrões nos moldes antigos. Entretanto, uma indisposição dos moradores da região com a Petrobras, ou com qualquer parte de todo o aparato que a representava, poderia ter alguma implicação em futuras contratações de trabalhadores, pois não se sabe como funciona a troca de informações entre Petrobras e as outras empresas, pois alguns ex-alunos do curso de reflorestamento, principalmente os que foram desligados antes do seu término, atribuíam a uma suposta troca de informações entre as empresas a causa para a não contratação deles pelas prestadoras de serviço.

Nessa nova *figuração*, onde o que mais se aproxima do modelo de patrão que antes existia leva relativa vantagem em comparação com os trabalhadores, já que se concentrou com um só proprietário uma extensa área que antes pertenceu a quase 200 pessoas diferentes, o suposto patrão tem mais condições de controlar as informações dos candidatos aos empregos, através de uma rede que pode ser articulada entre as diversas empresas auxiliares, enquanto dos trabalhadores foi tirada a condição de poder escolher entre quais seriam os candidatos a patrão com melhores chances de ter os serviços demandados e atendidos. Ou seja, contrapondo a ideia de Carlos, cujo ponto de vista considera que uma *empresa nova no local* não pode permitir ter seu nome maculado pela suposta má fé de outra, com a posição defendida por muitos trabalhadores que evitam se indispor com a Petrobras e com todo o emaranhado de empresas que a auxiliam, com a preocupação de evitar “ficar marcado”, percebe-se, entre outras coisas, uma significativa diferença entre o momento anterior e o atual.

Em toda a discussão, apresentada aqui dentro da proposta de *drama social*, ambos os lados têm a perspectiva de chegar a algum acordo, já que possivelmente está entre as metas da Petrobras se manter dentro da coerência exigida pelo que a direção da empresa prega em relação aos princípios da *responsabilidade social* e as condições práticas que a empresa encontra em cada situação nova em que se insere. Da mesma forma que a vizinhança do COMPERJ espera, no mínimo, pelo trabalho de reflorestamento para que se possa de fato estabelecer uma relação duradoura e, posteriormente, pelas “mais de 700 empresas” que foram apresentadas nas projeções e os “mais de 200 mil postos de trabalho” que poderão chegar juntamente com elas.

Por isso, a *ação de esperar* tem sua concepção definida nesse contexto de relativa desvantagem, cuja perspectiva de sucesso depende da adoção de uma estratégia que não entre diretamente em choque com o empreendimento e tudo o que lhe diga respeito, embora a insatisfação não seja omitida. A *arena* de discussões que se formou a partir das diferenças na forma de ver e vivenciar o processo se torna possível, inclusive, pela inserção da reivindicação da vizinhança do COMPERJ em seu discurso a referência às características *socialmente responsáveis* que a Petrobras se atribui e manifesta publicamente através de suas ações diretas e indiretas.

O não atendimento de uma expectativa ainda caminha na busca de algo que possa, ao menos, servir como proposta provisória. Em princípio, o reflorestamento ainda é a principal proposta da Petrobras para aquele pequeno agrupamento que reside nas proximidades do COMPERJ, pois quando há alguma citação dele é o associando ao trabalho no reflorestamento (PETROBRAS, 2007). Nesse momento não se percebe qualquer movimento que possa sugerir a retomada de um diálogo que possa ser visto como o estreitamento dos laços entre a Petrobras a vizinhança do COMPERJ. Assim, os passos subsequentes poderão sugerir se a relação caminhará na direção do seu estreitamento ou de um gradual rompimento.

Além disso, embora o tom dos depoimentos, tal como foram registrados, enfoque uma ideia de perda muito forte e torne a narrativa meio enfadonha, ou mesmo superficial, foi este o registro possível diante de uma profunda escassez de recursos constatada nas residências de alguns informantes, o que fazia qualquer curiosidade ou aprofundamento de questões que surgiam durante as entrevistas parecer uma cruel contemplação da miséria. Desse modo, consciente de que o objeto antropológico se constrói a partir de uma negociação entre o ponto de vista do pesquisador e dos seus informantes, a maneira como as pessoas destacavam suas

experiências, expectativas e frustrações, além da não concretização de algo que substituísse em larga escala as atividades remuneradas existentes anteriormente, tinha forte influência no modo como eu conduzia os diálogos, quando eu conseguia conduzir. Assim, a proposta do *drama social* de Turner pareceu mais adequada para tratar de uma relação que estava fortemente orientada por pressupostos morais.

Considerações Finais

A análise de um processo que sofre oscilações no seu ritmo, de acordo com as peculiaridades de cada um de seus diversos estágios, requer um tempo de observação que nem sempre se tem disponível para uma reflexão mais elaborada acerca de suas implicações mais contundentes e do estabelecimento de uma hierarquia, baseada na importância relativa que cada evento particular adquire no contexto geral, que posicione tais eventos e as pessoas que deles participam a ponto de se perceber com mais clareza as perspectivas que vão surgindo no sentido da reestruturação social que foi profundamente afetada. Contudo, a viabilidade do estudo das relações sociais em um tempo relativamente curto tem sua relevância porque se podem apreender pequenos movimentos que poderiam ser descartados se a análise tomasse um período de tempo maior.

Nesse momento de turbulência, alguns atribuem à marcha “inexorável” da vida que implica o “progresso”; outros a alguma fatalidade da qual, de modo aleatório, uns conseguem escapar e outros não; e há ainda outros que associam os acontecimentos ao infeliz acaso que cismou de calhar justamente sobre uns poucos desprotegidos que tiveram o azar de estar no lugar errado em momento impróprio, embora não descartem a possibilidade de correção. Em meio a toda essa agitação, há várias formas de ver e analisar o processo, que passam, necessariamente, pela referência à experiência acumulada que subsidiam as tomadas de decisão e apontam as perspectivas que se sustentam nessa variação de trajetórias pessoais.

Tal como sugerido pelos autores que dedicaram alguma atenção aos estudos de trajetórias, mesmo nos grandes processos sociais, quando as perspectivas individuais ficam submetidas aos movimentos maiores, os indivíduos vão descobrindo espaços para se posicionarem (ELIAS, 1994 e 1995), buscando as estratégias que se mostrarem mais interessantes, de acordo com a análise que fazem dos fatos, embora não se possa assegurar *a priori* que tais escolhas sejam as mais promissoras, dentro de uma perspectiva teleológica (BOURDIEU, 2006; LEVI, 2000). Além disso, em função da variedade de situações vividas, os indivíduos geralmente vão procurando rumos que lhes assegurem as melhores perspectivas, tomando como instrumental a experiência acumulada (LAHIRE, 2002).

As histórias individuais, cujos desdobramentos poderiam ser tão numerosos quantos fossem os indivíduos analisados e classificados como atingidos pelo projeto do COMPERJ, se vistos analiticamente em conjunto, poderia se sugerir que tal variedade se torna ainda mais acentuada, *grosso modo*, principalmente em função da falta de um referencial econômico ao

qual se pudesse atribuir preeminência em relação a outros possíveis. Dentre as pessoas, às quais se preferiu tratar como prestadoras de serviço, pois esta pareceu uma denominação mais suave do que quaisquer outras derivadas da palavra “biscate”, a falta de um termo mais específico para elas se definirem como uma categoria de trabalhadores indica um desenrolar mais dispersivo do que se houvesse uma forte inclinação apontando para a agricultura ou a pecuária, como ocorre entre as situações tratadas por Sigaud (1986). Possivelmente, a ausência de um sentimento que pudesse projetar boa parte daquela população deslocada para a busca pela retomada de um referencial econômico comum, que fosse identificado como hegemônico naquele contexto social, pode ter provocado uma acentuação ainda maior dessa dispersão.

Por outro lado, o peso simbólico da marca Petrobras e a associação de sua imagem ao Estado podem ter contribuído consideravelmente para o arrefecimento de uma possível reação às desapropriações, pois, mesmo para quem não tem conhecimento acerca da composição acionária da empresa, a presença do Presidente da República nos eventos públicos relacionados ao COMPERJ já fornece indícios do tipo de articulação que está em ação em torno daquele empreendimento. Ou seja, mais do que um projeto econômico, estava-se anunciando uma ação política que se reveste com um discurso econômico, mas não abandona a perspectiva política. Em meio a tudo isso, as pessoas que aguardavam pelas atividades econômicas que viriam através das operações da Petrobras naquela localidade, tal como foi ostensivamente enfatizado pela propaganda em torno do empreendimento, criaram expectativas e ficaram submetidas aos diversos movimentos desencadeados pelo empreendimento.

Com isso, uma relação que se construiu a partir de uma expectativa mútua, que não pode ser vista de uma forma harmoniosamente constituída, mas sustentada a partir de uma relação, *grosso modo*, de complementaridade entre a empresa e sua vizinhança, apesar da assimetria claramente percebida, fica submetida aos diversos pequenos movimentos que contribuem para o seu sucesso ou fracasso. É conveniente enfatizar que todos esses pressupostos da noção de *responsabilidade social* encontram seus limites, no que se refere à aplicabilidade, nas imposições que a legislação define como marco entre o voluntário e o obrigatório, ao mesmo tempo em que aceita-las, tal como apresentadas, depende do grau de conhecimento que o observador pode ter e da sua disposição para tal. Entretanto, não se pode descartar uma possível sinceridade de quem a procura aplicar, com base exclusivamente em uma suposta tentativa disfarçada de transpor valores, pois, nas relações sociais não existe a

possibilidade de se ter absoluto controle sobre a diversidade de interações nem da variação de aproximações e distanciamentos das pessoas com os princípios anunciados, sejam elas vistas como benéficas ou maléficas.

Ademais, os desencontros são causados justamente porque instituições, empresas e outros tipos de agrupamentos sociais são constituídos e mantidos por pessoas que influenciam e são influenciadas, que atingem e são atingidas, que supõem ter certeza e tomam decisões em meio às incertezas acerca do futuro, enfim, eles ocorrem por diversas razões e não necessariamente por uma desorganização previamente planejada, embora esta também não possa ser descartada. Por outro lado, embora o horizonte de possibilidades não seja em princípio animador, a crença em alguma situação futura satisfatória é necessária. Apostar em novo modelo econômico baseado na indústria petrolífera foi opção dos governos, mas o acolher e raciocinar com a nova lógica não se constitui como escolha para a população mais fortemente atingida pelo projeto do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, e sim como imposição que precisa ser analisada mais em função das possibilidades do que da escassez.

Dessa forma, a *ação de esperar* tem sido calculada, prioritariamente, em função do reflorestamento, mas também é projetada para as repercussões mais amplas que foram imaginadas para o *desenvolvimento* propiciado pelo COMPERJ, com toda a variação de atividades que foi anunciada. Com isso, os planos têm sido elaborados com essa perspectiva de preparação para o “futuro”, independentemente da distância em que se está dele, pela dificuldade encontrada para esboçar planos mais ambiciosos que dependam de recursos indisponíveis no momento. Essa forma de ver o processo e esperar por melhores dias fica submetida às condições práticas encontradas no presente que podem ser revertidas no “futuro”.

Esse novo “vizinho” daquela população traz consigo o respaldo das instituições estatais, colocando-se com peso equivalente a estas no que se refere às reflexões sobre urbanismo e meio ambiente, entre outras. Com isso, o COMPERJ se apresenta como um representante econômico do Estado e um dos responsáveis pela efetivação de um processo que estava ocorrendo em Itaboraí no qual o município estava gradativamente perdendo seus traços de produtor rural em prol de imóveis com características rurais, articulando tais fatos com o papel que o petróleo foi assumindo, a ponto de se transformar no principal item da economia fluminense. Além disso, embora se possa argumentar que o rompimento unilateral provocado pela Petrobras faça parte da sua dinâmica operacional, ele existe e a sua caracterização só se torna possível em contraposição ao discurso que apresentava o COMPERJ como a solução

para uma série de problemas, principalmente para o desemprego, e como o condutor de um grande pacto econômico entre a empresa e a população.

Assim, vendo o processo por essa perspectiva de construção de uma relação, que depois de confirmada a área a ser desapropriada foi construída, principalmente, através do anúncio de que a empresa desejava contar com a mão de obra que foi desmobilizada das suas atividades habituais e da promessa de que a população não ficaria sem renda, a proposta de *drama social* pareceu mais adequada para a análise de uma afinidade que se tentou construir. A preocupação principal que norteou o trabalho não privilegiou as formas de dominação, mas a maneira como ambas as partes se movimentaram, justamente pela falta de um posicionamento oficial da empresa, além daquele obtido com o material de propaganda e de divulgação, faltando o componente básico para uma abordagem desse tipo.

REFERÊNCIAS

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de. Exclusão social e responsabilidade social empresarial. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 11, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000200021&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 Set 2008. doi: 10.1590/S1413-73722006000200021.

BASTOS, Eliane Cantarino O’Dwyer Gonçalves. *Laranja e Lavoura Branca: um estudo das unidades de produção camponesa na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: UFRJ-Museu Nacional. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS, 1977.

BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança*. São Paulo: Edusp, 1996 [1964].

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. *Le Déracinement: la crise de l’agriculture traditionnelle en Algérie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.

BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”. In: _____. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989 [1980], p. 107-132.

_____. “Un acte désintéressé est-il possible?”. In: *Raisons pratiques: sur la théorie de l’action*. Paris: Éditions du Seuil, 1994, p. 147-171.

_____. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da história oral*. 8ª edição. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006 [1986], p. 183-191.

BULHÕES, Maria da Graça Pinto. Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - Planfor: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 18, n. 4, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000400006&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 02 Nov 2008. doi: 10.1590/S0102-88392004000400006.

CARRIL, Carmem. *A alma da marca Petrobras: significado e potencial comunicativo*. São Paulo: editora Anhebi Morumbi, 2004.

CASTRO, João Paulo Macedo e. “Desenvolvimento e tecnologia de controle populacional”. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 229-258.

CREWE, Emma; HARRISON, Elizabeth. *Whose Development?: An Ethnography of Aid*. London: Zed Books, 1998.

DUBAR, Claude. A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 19, n. 64, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000300004&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 02 Nov 2008. doi: 10.1590/S0101-73301998000300004.

ELIAS, Norbert. “A sociedade dos indivíduos” In: SCHRÖTER, Michael (org.). *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994 [1939], p. 11-60.

_____. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995 [1991].

_____. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001 [1969].

ESCOBAR, Arturo. *Encountering Development: The making and unmaking of the third world*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

_____. “Anthropology and Development.” In: *International Social Science Journal*, 154. Blackwell Publishers/UNESCO, December 1997, p. 497-515.

FARIAS, Patrícia. “Nacionalismo e participação popular na campanha ‘O petróleo é nosso’”. In: PIQUET, Rosélia (org.). *Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 13-37.

FERGUSON, James. *The anti-Politics Machine: “Development”, Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1994 [1990].

_____. “Seeing like an Oil Company: Space, Security, and Global Capital in Neoliberal Africa”. In: *American Anthropologist*, vol. 107, n. 3, September 2005, p. 377-382.

GOMES, Eduardo Rodrigues “Além do mercado: origens trajetórias e características da responsabilidade social das empresas no Brasil”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Direitos e cidadania: justiça, poder e mídia*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2007, p. 169-191.

KOBER, Claudia Mattos. *Qualificação Profissional: uma tarefa de sísifo*. Capinas: Autores Associados, 2004.

LAHIRE, Bernard. *O homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis: Vozes, 2002 [1998].

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 [1985].

MAIA, Paulo; PEREIRA, Luiz Eulógio. *Itaboraí: história e informações gerais*. Itaboraí, 2005, CD-ROM.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In: Gurvitch, G.; Lévy-Bruhl, H. (orgs). *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003 [1924], p. 183-314.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FRÓES, César. *Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: o caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Qualitymark editora, 2001.

Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS). *Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)*. Rio de Janeiro: Petrobras, 2007. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/Petrobras/portugues/pdf/rima.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2008.

PINTO, Louis. “Du ‘pépin’ au litige de consommation”. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1989, n° 1, p. 65-81. doi: 10.3406/arss.1989.2880. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1989_num_76_1_2880. Acesso em: 12 de maio de 2009.

Prefeitura Municipal de Itaboraí (PMI). *Cadernos Itadados*. Itaboraí, PMI: 2006. Disponível em: http://www.itaborai.rj.gov.br/prefeitura/legislacao/cadernos_itadados.pdf. Acesso em: 11 de fevereiro de 2008.

REIS, Carlos Nelson dos. A responsabilidade social das empresas: o contexto brasileiro em face da ação consciente ou do modernismo do mercado?. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2007.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482007000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 Set 2008. doi: 10.1590/S1415-98482007000200004.

ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos e abusos da história oral*. 8ª edição. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006 [1992], p. 93-101.

SANTOS, Danielly Brondani. *Desafinando o Coro dos Contentes: Considerações sobre a Indústria do Petróleo e Itaboraí*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Niterói: UFF, 2006.

SCALETISKY, Eduardo Carnos. *O patrão e o petroleiro: um passeio pela história do trabalho na Petrobras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

SCHROEDER, Jocimari Tres; SCHROEDER, Ivanir. Responsabilidade social corporativa: limites e possibilidades. **RAE electron.**, São Paulo, v. 3, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482004000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 Set 2008. doi: 10.1590/S1676-56482004000100002.

SERPA, Daniela Abrantes Ferreira; FOURNEAU, Lucelena Ferreira. Responsabilidade social corporativa: uma investigação sobre a percepção do consumidor. **Rev. adm. contemp.**,

Curitiba, v. 11, n. 3, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552007000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 Set 2008. doi: 10.1590/S1415-65552007000300005.

SIGAUD, Lygia. *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho* (Comunicação nº 09). Rio de Janeiro: Museu Nacional/PPGAS, 1986.

SOARES, Gianna Maria de Paula. Responsabilidade social corporativa: por uma boa causa!?. **RAE electron**, São Paulo, v. 3, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482004000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 Set 2008. doi: 10.1590/S1676-56482004000200007.

SWARTZ, Marc; TURNER, Victor; TUDEN, Arthur. "Introduction". In: _____. *Political Anthropology*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1966, p. 1-41.

TURNER, Victor W. *Dramas, Fields and Metaphors: Symbolic Action in Human Society*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1974.

_____. "Social Dramas and Stories about Them". In: _____. *From Ritual to Theatre: the Human Seriousness of Play*. New York: PAJ Publications, 1982, p. 61-88.

_____. "The Anthropology of Performance". In: _____. *The Anthropology of Performance*. New York: PAJ Publications, 1987, p. 72-98.

VOLPON, Claudia Torres; MACEDO-SOARES, T. Diana L. V. A. de. Alinhamento estratégico da responsabilidade socioambiental corporativa em empresas que atuam em redes de relacionamento: resultados de pesquisa na Petrobras. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 Set 2008. doi: 10.1590/S0034-76122007000300002.

WEBER, Max. "Classe, Status, Partido". In: VELHO, Otávio G.; PALMEIRA, Moacir G. S.; BERTELLI, Antônio R. *Estrutura de Classes e estratificação social*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1971 [1946], p. 61-83.

_____. "Os três tipos puros de dominação legítima". In: COHN, Gabriel (org.). *Weber*. Coleção Grandes Cientistas Sociais n. 13. São Paulo: Ática, 1979 [1956], p. 79-127.

Periódicos citados

Jornal *O Globo*. Edição 24 de junho de 2007, Caderno Niterói, p. 3.

Jornal *O São Gonçalo*, edição de 1º de abril de 2008, p. 3.

Jornal *O São Gonçalo*. Edição 18 de julho de 2008, p. 4.

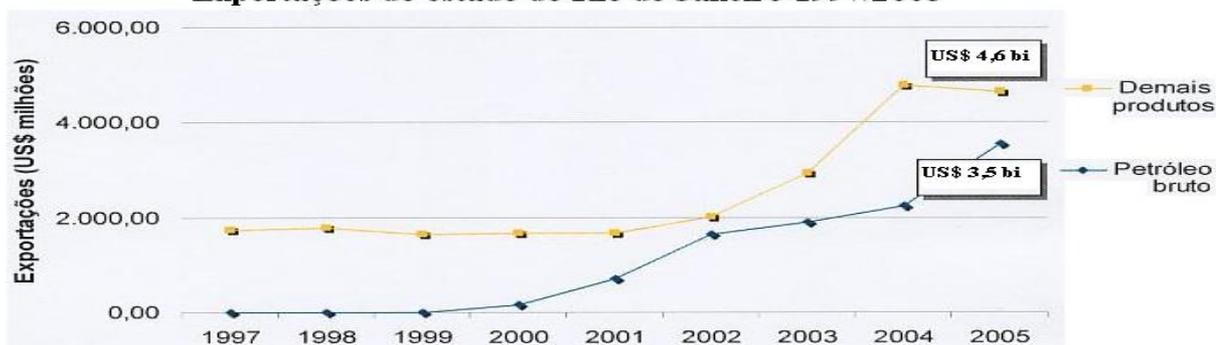
Jornal *O São Gonçalo*. Edição 20 de julho de 2008, p. 3.

Revista *CartaCapital*, ano XII, número 392, de 10 de maio de 2006, p. 22-27.

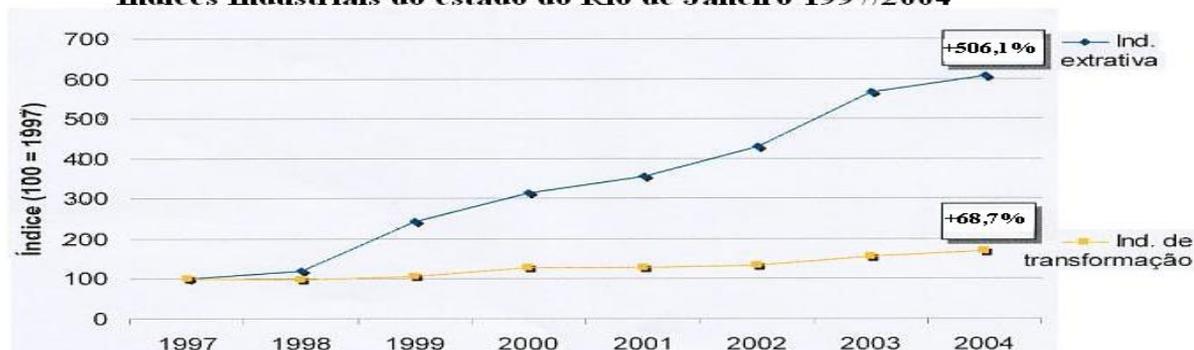
Apêndices

Apêndice 1 – Alguns números da economia fluminense (1997-2005)

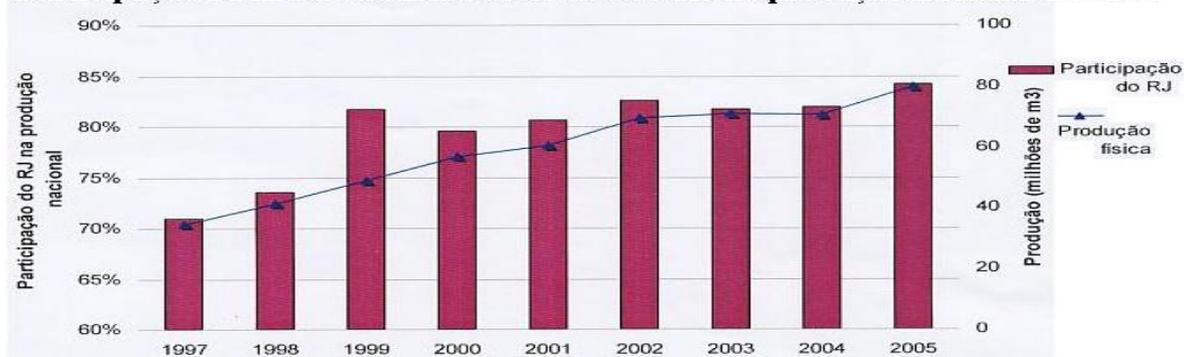
Exportações do estado do Rio de Janeiro 1997/2005



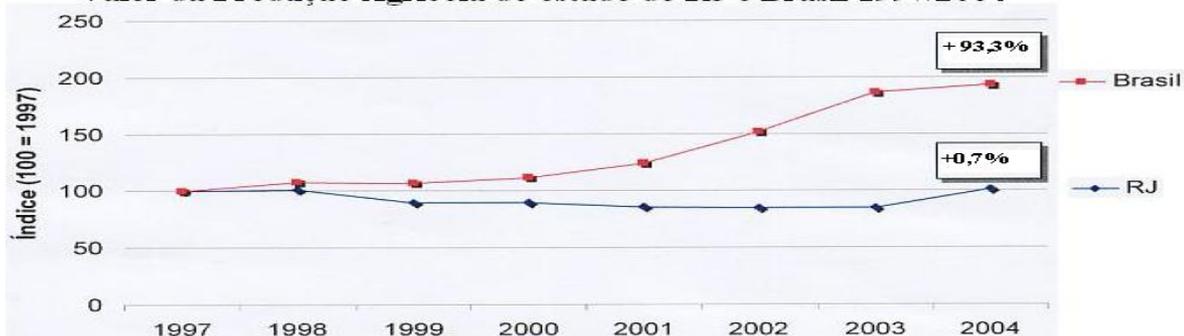
Índices Industriais do estado do Rio de Janeiro 1997/2004



Participação da Ind. Petrolífera do estado do RJ na produção nacional 1997/2005



Valor da Produção Agrícola do estado do RJ e Brasil 1997/2004



Fonte: Subsecretaria de Comunicação Social do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.imprensa.rj.gov.br>>. Acesso em: 22 de outubro de 2008.

Apêndice 2 – Números populacionais e da produção Agropecuária de Itaboraí

Números da distribuição espacial e populacional de Itaboraí (antes das desapropriações)

1º Distrito – Itaboraí Área Total: 92,8 Km ² Área Urbana: 92,8 Km ² (100%) População Estimada: 103.658 habitantes	2º Distrito – Porto das Caixas Área Total: 51,6 Km ² Área Urbana: 4,6 Km ² (8,9%) População Estimada: 4.550 habitantes
3º Distrito – Itambi Área Total: 43,2 Km ² Área Urbana: 20,3 Km ² (47%) População Estimada: 23.128 habitantes	4º Distrito – Sambaetiba Área Total: 72,5 Km ² Área Urbana: 23,9 Km ² (33%) População Estimada: 6.877 habitantes
5º Distrito – Visconde de Itaboraí Área Total: 18,5 Km ² Área Urbana: 18,5 Km ² (100%) População Estimada: 7.964 habitantes	6º Distrito – Cabuçu Área Total: 58,3 Km ² Área Urbana: 11,26 Km ² (19%) População Estimada: 8.175 habitantes
7º Distrito – Manilha Área Total: 27,7 Km ² Área Urbana: 27,7 Km ² (100%) População Estimada: 57.485 habitantes	8º Distrito – Pachecos Área Total: 64,7 Km ² Área Urbana: 17 Km ² (26%) População Estimada: 4.820 habitantes
Área total do município: 429,3 Km ² Área Urbana total do município: 216,06 Km ² (50,3%) População Estimada total do município: 216.657 habitantes	

Fonte: PMI (2006) e folheto de divulgação da Prefeitura Municipal de Itaboraí.

Números da produção Agropecuária de Itaboraí (2004-2007)

Ano	2004		2005	2006	2007	
	Números divulgados pela FAERJ		Números divulgados pela EMATER-RIO			
	estado RJ	(% do estado RJ) Itaboraí	Itaboraí	Itaboraí	Itaboraí	Itaboraí
Avic. de Postura	-	-	8.930 Dz ovos	7.340 Dz ovos	617 Dz ovos	280 Dz ovos
Codorna (ovos)	-	-	203.050 Dz	110.700 Dz	82.000 Dz	40.500 Dz
Apicultura (mel)	-	-	4.860 Kg	3.920 Kg	487 Kg	359 Kg
Leite de Vaca	466.927.000 L	(0,3) 1.354.000 L	1.091.309 L	718.953 L	728.803 L	631.581 L
Leite de Cabra	-	-	13.300 L	6.170 L	5.140 L	1.750 L
Carne Bovina	-	-	539 T	426 T	360 T	210 T
Piscicultura	-	-	8,7 T	1,6 T	1,9 T	1,8 T
Ranicultura	-	-	3,4 T	2,7 T	1,7 T	1,2 T
Laranja	69.437 mil frutos	(4,5) 3.160 mil frutos	3.052 T	2.851 T	3.180 T	1.393 T
Limão	-	-	2.904 T	1.979 T	2.482 T	1.919 T
Tangerina	-	-	902 T	201 T	142 T	164 T
Coco Verde	67.966 mil frutos	(0,7) 458 mil frutos	868 T	473 T	676 T	411 T
Aipim	-	-	922 T	461 T	577 T	401 T
Banana	160.916 mil cachos	(0,25) 397 mil cachos	783 T	315 T	256 T	189 T
Quiabo	-	-	634 T	414 T	554 T	372 T

Fontes: EMATER-RIO e FAERJ (<http://www.fajerj.com.br>).

A opção pelo ano de 2004 como marco inicial se deu porque, pelo que foi possível recuperar com a pesquisa, ainda não havia grandes especulações sobre o projeto do COMPERJ em relação à sua localização naquele ano, portanto, seria mais adequado analisar o comportamento dos produtores do município de Itaboraí a partir daquele ponto. A ideia inicial

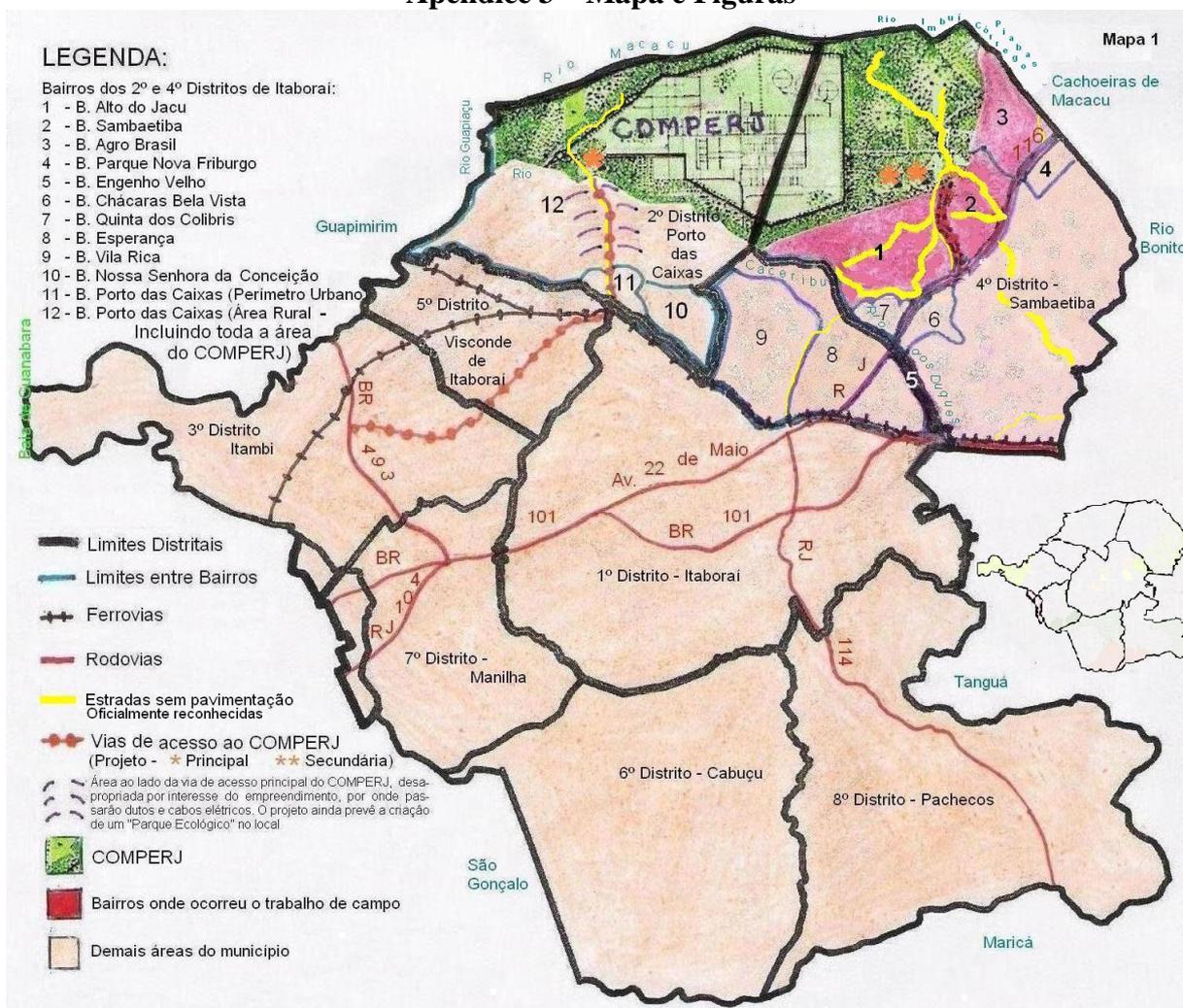
era comparar os números da produção itaboraiense com o total da produção fluminense para verificar o peso da produção do município em âmbito estadual, confrontando as informações fornecidas por um órgão estatal com aquelas divulgadas pela instituição privada de maior vulto que representa os produtores, porém, como as unidades de medida utilizadas pelas duas instituições eram distintas, o cotejamento mais aproximado só permitiu comparar quatro itens.

Diante da incompatibilidade, como, por exemplo, a EMATER-RIO informava a quantidade de carne produzida em **toneladas**, enquanto a FAERJ informava a **quantidade de cabeças** do rebanho, foi incluída uma coluna destacada com as informações da FAERJ, com os produtos que possibilitaram uma comparação, destacando os percentuais da produção itaboraiense em relação à fluminense, e optando-se por dar prioridade à relação de produtos divulgada pela EMATER-RIO, por ter sido obtida no escritório da instituição que fica instalado nas dependências da Secretaria de Agricultura, Comércio, Indústria e Turismo de Itaboraí, estando assim mais adequada para a demonstração do comportamento da produção municipal depois de 2004. Além disso, em se optando por uma relação que privilegiasse apenas os produtos possíveis de estabelecer comparações, poder-se-ia argumentar que tais produtos poderiam não ser os itens mais importantes da produção daquele município, discussão que ainda não se encerra pela maneira como foram apresentadas tais informações aqui, contudo, o objetivo é mostrar que o município já vinha assumindo uma posição marginal dentro da produção rural fluminense.

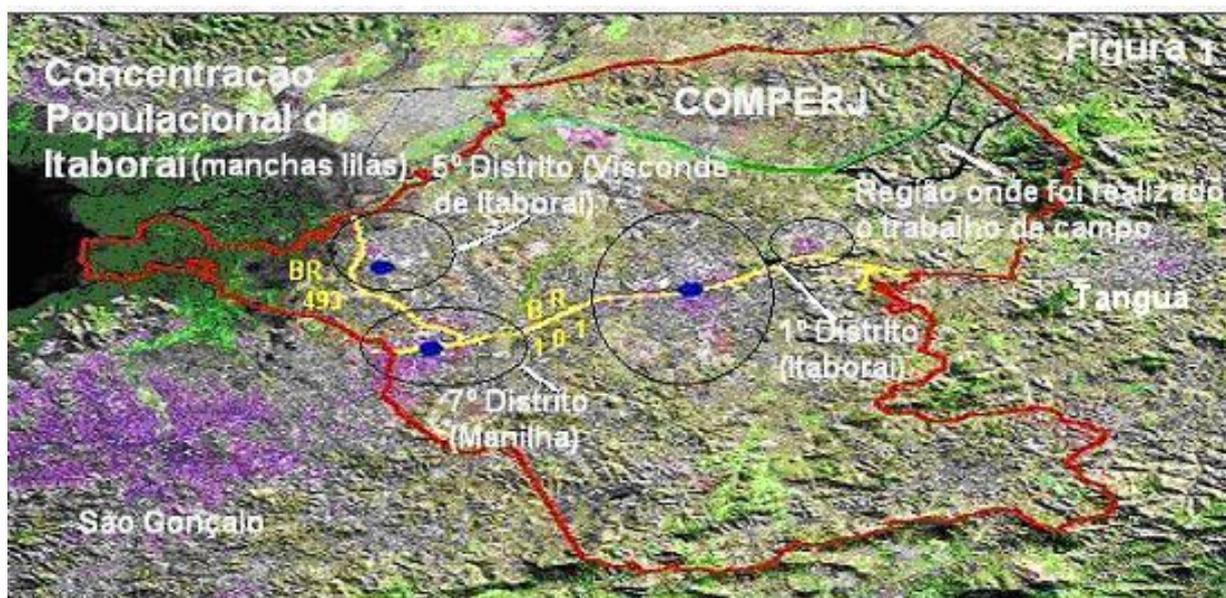
Mesmo só sendo possível estabelecer alguma comparação entre quatro itens, já se percebe uma redução da produção do município: desses quatro produtos, apenas um tinha produção superior a 1% em comparação com a produção total do estado, sendo justamente a laranja que se sobressaiu, que já foi tida como o principal item da produção rural itaboraiense.

Até mesmo esta dificuldade de fazer comparações mais complexas, a partir de um maior número de itens em comum nas duas listas, pode denotar uma falta de sintonia entre os produtores do município e a principal instituição representativa dos produtores rurais em âmbito estadual, a FAERJ. Haja vista que o último presidente do Sindicato Rural de Itaboraí [de Produtores] esteve por mais 40 anos no cargo, só o deixando com o seu falecimento no final de 2007, após sucessivas reeleições por falta de concorrentes ao cargo. Mesmo quando esteve na prática afastado do cargo por problemas de saúde, período em que a administração foi conduzida pela secretária daquele sindicato, nos últimos nove anos, não surgiu candidato interessado em assumir a presidência, sob a alegação de que todos tinham muita estima por ele e preferiam tê-lo, mesmo simbolicamente, no cargo a vê-lo totalmente afastado da instituição.

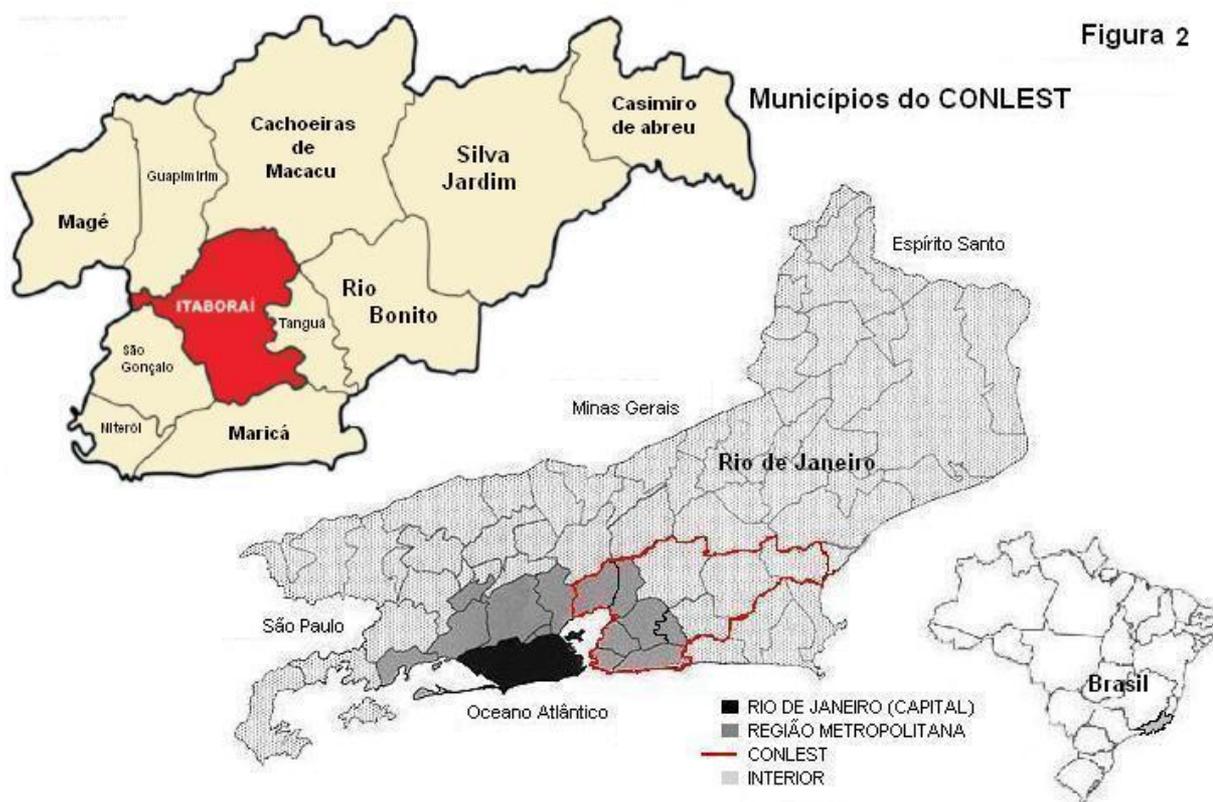
Apêndice 3 – Mapa e Figuras



Fontes: Petrobras (2007) e PMI (2006), com adaptações.



Fonte: PMI (2006, p. 41), com adaptações.



Fonte: Petrobras (2007), com adaptações.

Apêndice 4 – Divulgação impressa do “Projeto Criando o Futuro”

O Projeto Criando o Futuro busca a inclusão social, através de ações de capacitação para atividades produtivas, ecologicamente corretas, voltadas para a geração de renda e oportunidade de trabalho.



Realização



Patrocínio



Projeto Criando o Futuro





O Curso de Viveirismo e Reforestamento capacita os comunitários para o trabalho em equipe, voltado para o tratamento e plantio de sementes de árvores nativas, cultivo de mudas e plantio em campo.

Os princípios de reprodução de sistemas naturais e a adoção de técnicas ecologicamente corretas são diversificados, fazendo parte de toda a conduta desde a fase de viveiro até o estágio de monitoramento, controle e manutenção das mudas plantadas em campo. Trata dos processos de compostagem e técnicas de proteção ao solo, integrados à recomposição das formações vegetais através da sucessão natural de florestas.





O Curso de Artesanato qualifica os comunitários com técnicas de produção artesanal em decupagem, craquelê, biscuit e nas que utilizam a matéria prima local como plásticos recolhidos no lixo, bambus, fibras de bananeira, escamas de peixe, topiaria e jornais.





O Projeto Criando o Futuro desenvolve também oficinas e cursos de curta duração como requisitos complementares às atividades de viveirismo e artesanato. Trazem, de uma forma prática a orientação de procedimentos e técnicas de primeiros socorros e no uso de equipamentos de proteção individual (EPI).



No Curso de Animais Peçonhentos os alunos têm toda uma contextualização teórica e prática, do reconhecimento, prevenção, captura e soltura de animais venenosos e peçonhentos, onde aprendem a importância ecológica destes animais na natureza.

O projeto desenvolve ainda, de forma transversal aos conteúdos de capacitação profissional, os cursos de:

- Saúde da Família, com uma discussão teórica e prática na orientação das famílias para a adoção de atitudes visando à prevenção de doenças;
- Economia Doméstica, com a disseminação de técnicas de planejamento familiar objetivando a redução de desperdícios, bem como o controle financeiro;
- Cidadania Direitos e Deveres, buscando resgatar o sentido da cidadania como consciência e exercício dos direitos civis e políticos.

Fontes: http://www.innatus.org.br/0projetos_comperj.htm (Acesso em: 10 de setembro de 2008) e Folder produzido pelo INNATUS.